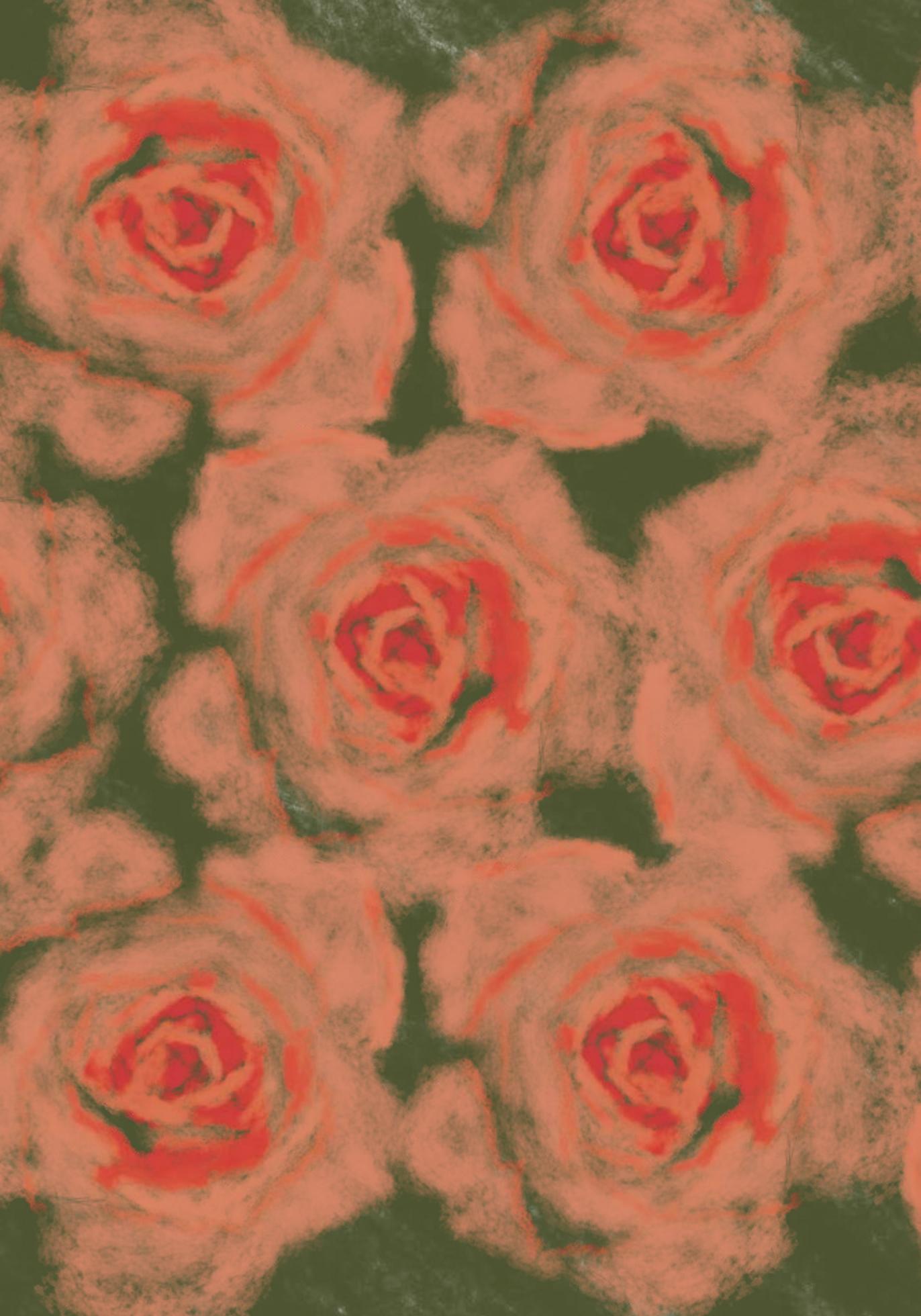
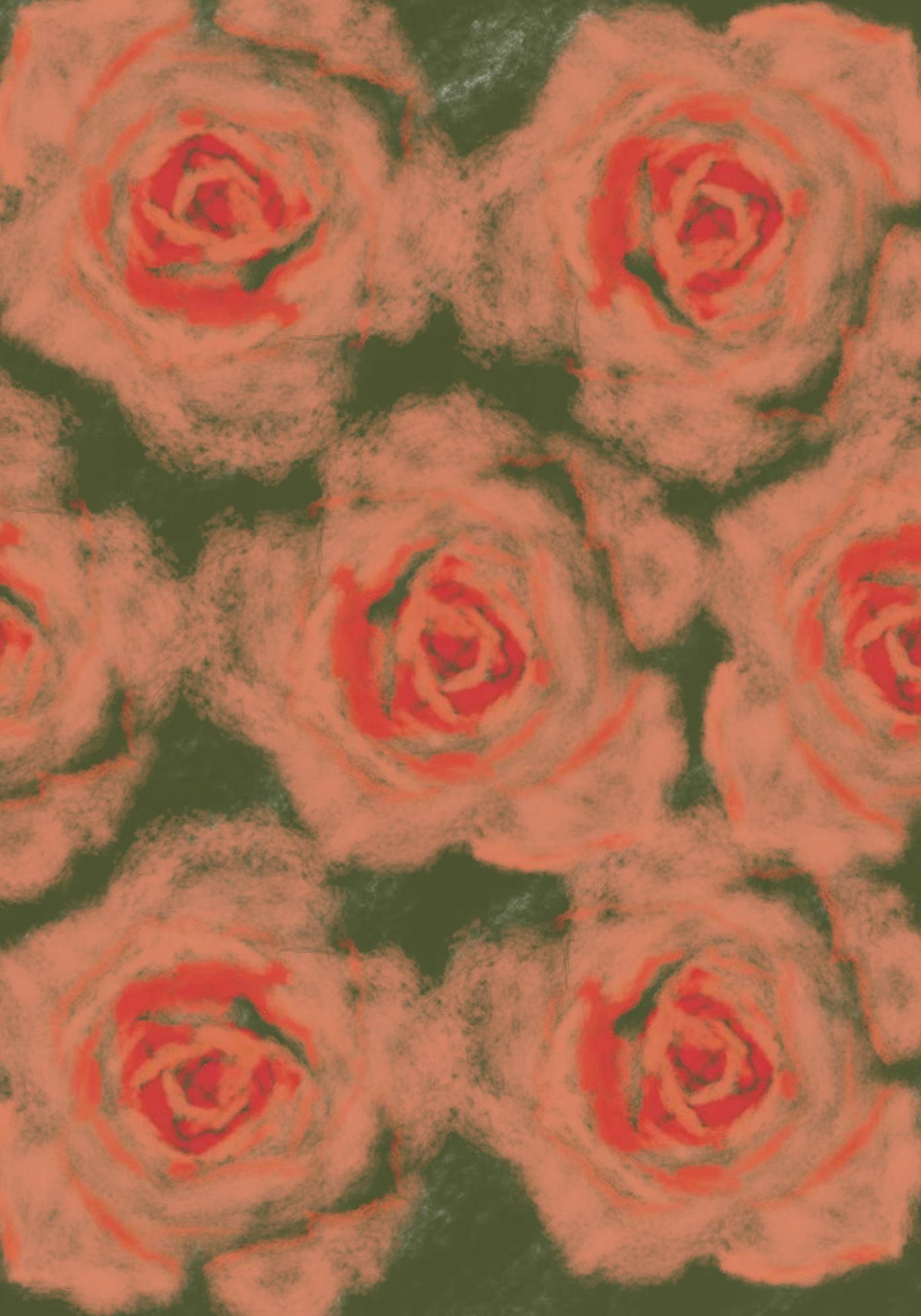




_VOZES
DA DOR,
DA LUTA E DA
RESISTÊNCIA
DAS MULHERES /
MÃES **DE**
VÍTIMAS DA
VIOLÊNCIA
DE ESTADO
NO BRASIL_





SUMÁRIO

06	INTRODUÇÃO
09	PARTE I - A VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL
10	1.1 Padrões da violência de Estado no Brasil
23	1.2 As consequências da violência de Estado na democracia
30	PARTE II – A ABORDAGEM METODOLÓGICA: “NÃO FALEM DE NÓS SEM NÓS – O PROTAGONISMO DAS MULHERES/MÃES DE VÍTIMAS COMO PESQUISADORAS SOCIAIS”.
32	2.1 Estudar a Violência de Estado: A Necessidade de Novas Abordagens
36	2.2 Fundamentos Teóricos e Éticos: Produção de conhecimento a partir das experiências em educação popular
40	2.3 História de uma construção conjunta: Aproximação dos Movimentos Sociais com a Academia
48	2.4 Nós por nós: mulheres/mães de vítimas e pesquisadoras sociais
56	2.5 O notório saber e o estudo da violência de Estado



60	PARTE III – O ADOECIMENTO COMO RESULTADO DO TRAUMA DECORRENTE DA VIOLÊNCIA DE ESTADO
62	3.1 O <i>modus operandi</i> da violência de Estado na perspectiva das famílias das vítimas
83	3.2 “Nesse momento o meu mundo caiu”: As sequelas da violência de Estado e os processos do adoecimento das famílias de vítimas
140	3.3 “A justiça somos nós” – o acolhimento pelos movimentos de mães e a luta pela justiça e pela memória
163	PARTE IV – CONCLUSÃO
164	4.1 Recomendações de políticas públicas de reparação
172	4.2 Posfácio
176	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
180	EQUIPE DE PESQUISA

INTRODUÇÃO

Este relatório reúne os referenciais teórico-metodológicos, as principais reflexões e os resultados da pesquisa “Vozes de Dor, da Luta e da Resistência das Mulheres/Mães de Vítimas da Violência do Estado no Brasil”.¹ Trata-se de uma pesquisa colaborativa entre pesquisadoras da Universidade de Harvard, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Movimento Independente Mães de Maio, um movimento social formado por mães de vítimas dos “Crimes de Maio”, após o massacre cometido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e por grupos de extermínio ligados à polícia militar em maio de 2006.

O trabalho de pesquisa nasceu da aproximação do Movimento Independente Mães de Maio com o grupo de pesquisa do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF), da Unifesp, como desdobramento de outro processo de pesquisa-ação realizado anteriormente² (Caaf-Unifesp, 2019), que evidenciou a necessidade de aprofundar a discussão, em uma perspectiva dialética, sobre o sofrimento, o adoecimento, a luta e a resistência das mulheres/mães em decorrência da violência de Estado.

O movimento exigiu da academia essa obrigatoriedade de nós estarmos dentro da situação, acompanhando a pesquisa. Até porque primeiramente o Ministério Público ele deu para nós essa responsabilidade de fazer as investigações próprias [das mortes dos nossos filhos]. Ele falou 'faça suas próprias investigações,' então nós aprendemos a ser pesquisadoras, nós começamos a colher passo a passo para tentar desenhar de que forma foram assassinados. (Relato de Débora Maria da Silva)

¹ A pesquisa foi coordenada por Débora Maria da Silva, Yanilda González e Raiane Patrícia Severino Assumpção, e realizada pelas pesquisadoras Edna Carla Souza Cavalcante, Nivia do Carmo Raposo, Rute Fiuza, Aline Rocco, e Valéria de Oliveira. Teve o financiamento por meio de uma Bolsa de Pesquisa Colaborativa do Centro David Rockefeller de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Harvard, além de financiamento complementar do Centro de Liderança Pública e o Centro Bloomberg de Cidades da Escola de Governo da Universidade de Harvard. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa (CEP) da Unifesp sob número 0051/2022 (parecer final – aprovado em 06/04/2022)

² Trata-se da pesquisa intitulada “Violência de Estado no Brasil: uma análise dos crimes de maio de 2006” disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/documentos/Relat%C3%B3rio_-_Crimes_de_Maio.pdf

A pesquisa atual buscou aprofundar uma pergunta que surgiu dessa primeira experiência de aproximação do Movimento Independente Mães de Maio com o grupo de pesquisa do CAAF/ Unifesp: a morte prematura de um grande número de mães de vítimas do massacre de maio de 2006. Conforme relata uma das mães que integrou a equipe de pesquisa como pesquisadora social:

Encontramos também alguns endereços que a gente chegava e perguntava pela mãe, e a mãe já tinha falecido. Então a gente começou a ficar assustada com aquilo que a gente viu, vimos assim que umas oito mães que tinha morrido... Então quando eu me deparei com as mortes de mães do movimento e com as mortes das mães que nós encontramos [na pesquisa], não tinha como, eu não queria adoecer dessa forma. Eu estava achando que as nossas mortes são tudo semelhantes, [causadas] pela tristeza, né? E aí eu achei melhor ter essa possibilidade de ter essa contemplação dentro da pesquisa. (Relato de Débora Maria da Silva)

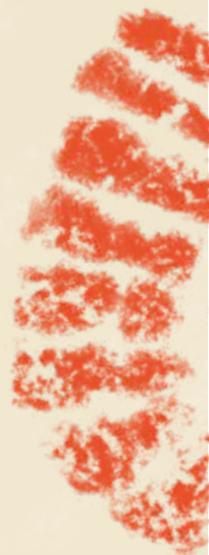
Assim, a pesquisa apresentada neste relatório visou compreender as experiências de adoecimento, a ação política e as transformações da vida cotidiana vivenciadas por mães de vítimas da violência de Estado no Brasil, utilizando um referencial teórico-metodológico fundamentado na educação popular (Assumpção 2020; Assumpção, Silva e Rocco 2018), que possibilita a construção coletiva do conhecimento e o protagonismo das vozes e as narrativas das mulheres afetadas pela violência de Estado e, ao mesmo tempo, incorporá-las como parte da equipe que elaborou a pesquisa, coletando e analisando os dados.

A partir do referencial teórico-metodológico utilizado na pesquisa fica evidente o papel imprescindível da voz e do protagonismo das pessoas diretamente atingidas pela violência de Estado. Com o objetivo de entender as dinâmicas compartilhadas e as divergências nas experiências com a violência de Estado em diferentes territórios, a equipe de pesquisa inclui mães de vítimas da violência de Estado em quatro estados brasileiros: Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Esta pesquisa colaborativa, portanto, empregou várias estratégias de pesquisa participativa para identificar e analisar as consequências da violência

de Estado por meio das narrativas de mães de vítimas de violência de Estado. A finalidade desta pesquisa e a metodologia empregada foi explicada por uma pesquisadora social da equipe:

"Mostrar que as histórias delas também são importantes, que merecemos ser lidas e referenciadas dentro da academia, me traz alegria. Me renova a esperança, principalmente se essa leitura fizer parte da formação de profissionais que atendam as massas. Pois acredito que nossos estudos podem contribuir também para o fim do racismo institucional." **(Relato de Nívia Raposo)**





I
P
A
R
T
E

A VIOLÊNCIA
DE ESTADO
NO BRASIL

1.1 PADRÕES DA VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL

A violência estatal no Brasil atinge patamares completamente desconhecidos na enorme maioria das democracias no mundo. Observando especificamente a evolução da letalidade policial no transcurso dos últimos 10 anos, evidencia-se uma tendência de aumento significativo, especialmente no período 2013-2018 (Ver Tabela 1). Em 2022, as forças policiais do Brasil mataram 6.429 pessoas, o equivalente a 13% de todas as mortes violentas intencionais no país (FBSP 2023, 59). O panorama é ainda mais preocupante nos estados que conformam o foco da atual pesquisa, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro. Nesses estados as vítimas letais das forças de segurança pública representaram 29,7% e 22%, respectivamente, das mortes violentas intencionais. Em São Paulo, a proporção das vítimas letais das policiais militares e civis em relação às mortes violentas intencionais foi 11% em 2022, mas já alcançava 20% em 2017. Apenas no Ceará observamos uma proporção menor entre a letalidade policial e as mortes violentas intencionais, de 4,8%. Portanto, há um grupo armado que poderia ser responsabilizado por 4,8% das mortes violentas intencionais – ou 11%, e mais ainda 22% ou 29%. Esse grupo deveria ser alvo de estratégias concertadas com a finalidade de reduzir essa violência. Porém, quando esse grupo é o braço armado do Estado, não observamos a urgência dos governantes para salvar milhares de vidas anualmente.

TABELA 1. MORTES DECORRENTES DE INTERVENÇÃO POLICIAL NO BRASIL E NOS QUATRO ESTADOS DA PESQUISA

ANO	BRASIL	BAHIA	CEARÁ	RJ	SP
2013	2.212	234	39	416	614
2014	3.009	278	53	584	965
2015	3.320	354	86	645	832
2016	4.222	457	109	925	856
2017	5.159	726	159	1.127	940
2018	6.220	794	221	1.534	851
2019	6.357	773	136	1.814	867
2020	6.416	1.137	143	1.245	814
2021	6.493	1.335	119	1.356	570
2022	6.429	1.464	150	1.330	419

Fonte: Anuários Brasileiros de Segurança Pública de 2014 a 2023, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É importante reconhecer que, embora o foco da atual pesquisa seja a violência letal, a violência de Estado tem diversas manifestações, incluindo torturas, espancamentos, abordagens violentas (Silva 2021), além de outros maus-tratos, agressões e abusos. Essas modalidades também têm um impacto negativo e profundo na população, como aponta a Rede de Observatórios da Segurança.³ Portanto, a violência letal é apenas um indicador de um fenômeno e um conjunto de práticas mais amplas.

Outra manifestação preocupante da violência de Estado é o desaparecimento forçado. O número de desaparecidos no Brasil é enorme, estimado em mais de 74.000 pessoas em 2022.⁴ Contabilizar quantos são vítimas do desaparecimento forçado é algo difícil, pois “o país sequer reconhece essa prática como crime, o que torna inviável a contabilização dos casos.”⁵ Mas os casos emblemáticos que se tornaram de conhecimento público ao longo dos anos – entre eles os desaparecimentos forçados na chacina de Acari⁶ e nos Crimes de Maio,⁷ os casos de Amarildo de Souza⁸ no Rio de Janeiro e Davi Fiúza⁹ na Bahia – demonstram o desaparecimento forçado como parcela significativa dos casos de violência do Estado.

“IMAGINE A DOR, ADIVINHE A COR”: VIOLÊNCIA DO ESTADO RACIALIZADA

A violência exercida pelas forças de segurança pública no Brasil também se distingue no mundo democrático por sua característica racializada. Uma campanha recente dos movimentos sociais no Brasil procurou chamar a atenção para os padrões racializados da violência policial, desafiando o público com o slogan, “imagine a dor, adivinhe a cor.” A verdade por trás daquele slogan se torna evidente quando se analisam os dados demográficos dos alvos da violência policial. Enquanto 55% dos brasileiros se identificam como negros, os brasileiros negros representam 83% das vítimas de mortes nas mãos da polícia (FBSP 2023, 65). Como demonstra a Tabela 2, o impacto despropor-

³ https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Rede-de-Observatorios_primeiro-relatorio_20_11_19.pdf

⁴ <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/desaparecidos-no-brasil-da-contagem-de-registros-as-responsabilidades-do-estado/>

⁵ <https://www.conectas.org/noticias/em-acao-inedita-onu-avalia-pratica-de-desaparecimento-forcado-no-brasil/>

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/1563412>

⁷ <https://ponte.org/en/maes-de-maio-defensoria-e-conectas-denunciam-desaparecimentos-de-vitimas-dos-crimes-de-maio-na-oea/>

⁸ <https://justicaracialdireito.com.br/en/memorial/amarildo-de-souza/>

⁹ <https://ponte.org/davi-fiuzza-16-anos-foi-morto-por-17-policiais-militares-conclui-policia-baiana/>

cional da letalidade policial sobre as pessoas negras no Brasil se repete nos quatro estados incluídos em nosso estudo. Os altos níveis de violência policial enfrentados pela população negra no Brasil talvez sejam melhor exemplificados pelas condições no estado da Bahia, cuja população é 80% negra. Em 2022, as polícias do estado da Bahia mataram 1.464 pessoas, dos quais 95% eram negras. Aliás, o total de vítimas letais das polícias baianas é maior do que as cerca de 1.200 vítimas mortas por 18.000 forças policiais nos Estados Unidos, cuja população é 23 vezes maior do que a da Bahia. Esses números evidenciam o que alguns pesquisadores caracterizam como a “banalização” da violência contra jovens pretos, pobres e periféricos, população que sofre processos de criminalização pela sociedade e pela polícia, a qual usa a suspeição como justificativa para matar (Brasil, Santiago, e Brandão 2020).

TABELA 2: LETALIDADE POLICIAL NOS QUATRO ESTADOS BRASILEIROS, POR RAÇA OU COR

ESTADO	% DAS VÍTIMAS QUE SÃO NEGRAS	% DA POPULAÇÃO QUE É NEGRA
Bahia	95%	80%
Ceará	80%	71%
Rio de Janeiro	87%	58%
São Paulo	64%	41%

Obs: As porcentagens refletem as vítimas para as quais a raça ou cor foi informada

Fonte: “Pele Alvo: A Bala Não Erra O Negro”, Rede de Observatórios de Segurança, novembro 2023

TENDÊNCIAS RECENTES DA VIOLÊNCIA POLICIAL NOS QUATRO ESTADOS

A violência policial no Brasil é um fenômeno complexo e variado, com dinâmicas particulares em cada estado. Aliás, além da tendência geral de crescimento dos números de mortes nas mãos das forças de segurança pública ao longo da última década, podemos identificar outros processos e práticas compartilhados entre os quatro estados estudados na atual pesquisa.

Ao avaliar os padrões da violência nos resumos apresentados aqui, é importante ressaltar a resposta institucional. Além do negacionismo por parte dos governantes, observamos em todos os estados o abandono e rejeição de ferramentas para reduzir a letalidade policial. Por exemplo, em São Paulo, o

governo do estado ameaça a efetividade de um programa de uso de câmeras corporais nas fardas dos policiais, o qual foi demonstrado contribuir com a redução dos casos de mortes de adolescentes causadas por policiais.¹⁰ No Rio de Janeiro, como detalhamos abaixo, o governo do estado desacatou uma liminar do STF que contribuiu à redução das mortes em operações policiais durante a pandemia.

BAHIA

Entre os quatro estados, a Bahia exibe uma tendência de aumento pronunciado e a mudança mais radical nas taxas de mortes causadas por policiais desde o ano 2013. Entre 2013 e 2022, o número de mortes decorrentes de intervenção policial teve um aumento de 526% no estado da Bahia, apesar da população do estado ter diminuído no mesmo período. No último ano da série apresentada na Tabela 1, 1.464 pessoas morreram em confronto com a polícia baiana, o qual “representa alta ante 1335 mortes registradas no ano anterior. A taxa, no período, passou de 9,5 por 100 mil habitantes para 10,4 por 100 mil habitantes.”¹¹ A violência policial no ano 2023 continuou a mesma tendência. Entre julho e setembro de 2023, a polícia militar matou 195 pessoas, um aumento de 80% comparado com o ano anterior.¹²

As vítimas da violência letal do Estado representam grande variedade demográfica – desde Railan Santos da Silva, uma criança de 7 anos que foi morto enquanto assistia um jogo de futebol, até Maria de Lurdes Alves dos Santos, de 65 anos, atingida por uma “bala perdida”, durante sua caminhada matinal.¹³

Uma das principais modalidades da violência letal do estado é a chacina, acontecimentos violentos que resultam na morte de três ou mais pessoas. Um levantamento do Instituto Fogo Cruzado demonstrou a participação predominante das forças de segurança na produção de mortes em chacinas: de 18 chacinas registradas entre julho e dezembro de 2022, “13 ocorreram durante ações e operações policiais, com 45 mortos. Uma média de duas chacinas policiais por mês.”¹⁴ Em 2023, a Polícia Militar da Bahia matou 19

¹⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/tarcisio-muda-sistema-e-cameras-vao-ser-acionadas-por-pms-ou-de-maneira-remota-em-sp.shtml>

¹¹ <https://www.estadao.com.br/brasil/bahia-tem-19-mortos-em-operacoes-policiais-ministerio-publico-investiga-nprm>

¹² <https://apublica.org/2023/10/bahia-mortes-por-intervencao-policial-aumentam-quase-80-no-terceiro-trimestre/>

¹³ <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/bahia-numero-de-mortos-por-policiais-cresceu-300-em-sete-anos-1123>

¹⁴ <https://www.correio24horas.com.br/salvador/chacina-do-cabula-completa-oito-anos-ainda-sem-julgamento--0223>

pessoas em várias chacinas ao longo de 4 dias, alegando troca de tiros com suspeitos.¹⁵

Dois casos emblemáticos demonstram o modus operandi das chacinas policiais e as negligências nas respostas institucionais. No caso da Chacina do Cabula, em fevereiro de 2015, uma operação policial deixou 12 mortos, todos jovens entre 15 e 28 anos de idade.¹⁶ A polícia alegou troca de tiros, apesar de todos os 143 disparos originarem com a polícia, dos quais 88 atingiram as vítimas.¹⁷ A versão policial foi questionada pelo Ministério Público da Bahia, o qual denunciou que os policiais envolvidos na ação “encurralaram e executaram sumariamente os jovens”.¹⁸ Porém, os policiais foram absolvidos duas vezes (em 2015¹⁹ e 2018) e as duas sentenças foram anuladas.²⁰ Essas irregularidades na justiça baiana levaram a Procuradoria-Geral da República a pedir a federalização do caso, mas o pedido foi negado.²¹

Outro caso de alta repercussão foi a Chacina da Gamboa em março de 2022. Naquela ocasião, policiais baianos mataram três jovens na região da Gamboa, alegando, mais uma vez, troca de tiros. No entanto, testemunhas denunciaram que agentes da PM retiraram os jovens de um bar e os levaram numa casa abandonada onde foram baleados.²² Segundo o Ministério Público, não houve indícios de “conflito armado no local e no momento dos fatos.” A denúncia do Ministério Público foi contundente ao identificar uma tendência alarmante na atuação policial, a qual é atravessada por padrões generalizados de arbitrariedades e discriminação social no uso da força letal:

Pelo exposto, verifica-se que o delito de homicídio sob comento, praticado pelos denunciados contra as vítimas Cléverson, Alexandre e Patrick foi cometido por motivo torpe, pelo fato de os policiais presumirem que todas as vítimas seriam

¹⁵ <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/01/bahia-registra-19-mortes-apos-confrontos-entre-policiais-militares-e-suspeitos-em-quat-ro-dias.ghtml>

¹⁶ <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/02/06/chacina-do-cabula-acao-da-pm-que-deixou-12-mortos-na-ba-segue-sem-solucao-apos-4-anos.ghtml>

¹⁷ <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/02/sobe-para-13-numero-de-mortos-em-tiroteio-com-pm-em-salvador.html>

¹⁸ <https://ponte.org/en/com-12-jovens-negros-mortos-chacina-do-cabula-completa-5-anos-sem-desfecho/>

¹⁹ <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/07/policiais-envolvidos-em-acao-com-12-mortes-no-cabula-sao-absolvidos.html>

²⁰ <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/09/04/justica-anula-sentenca-que-inocentou-pms-envolvidos-em-acao-que-deixou-12-jovens-mortos-em-salvador-ha-3-anos.ghtml>

²¹ <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/229567-stj-decide-nao-federalizar-caso-cabula-e-mantem-investigacao-com-justica-baiana>

²² <https://www.correio24horas.com.br/salvador/acao-da-policia-militar-na-gamboa-deixou-tres-mortos-0322>

*criminosos da localidade de Gamboa de Baixo e que poderiam agir ofensivamente para matá-los, diante do desvalor de suas vidas, mesmo sem que houvesse qualquer reação armada ou resistência.*²³

Não obstante esse pronunciamento devastador do Ministério Público, a resposta do governo do estado revela uma atitude de negacionismo e indiferença institucional perante a escalada da violência policial. No mesmo ano que aconteceu a Chacina da Gamboa, a Secretaria de Segurança Pública declarou que “não coloca o homicídio, latrocínio ou lesão dolosa seguida de morte praticado contra um inocente, na mesma contagem dos homicidas, traficantes, estupradores, assaltantes, entre outros criminosos, mortos em confrontos durante ações policiais”.²⁴

CEARÁ

Embora o patamar da letalidade policial não seja tão alto como nos outros estados, a tendência no Ceará também é de aumento dos números de pessoas mortas pela polícia. O número de vítimas cresceu quase 300% entre 2013 e 2022. O Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará informou que, “No primeiro trimestre de 2024, foram 54 mortes por intervenção policial, aumento de 38,46% se comparado ao mesmo período de 2023.”²⁵ Essa violência tem um impacto desproporcionado nos mais jovens, como demonstram casos de letalidade policial nos últimos anos. Em 2020, policiais mataram o menino Mizaél Fernandes da Silva, de 13 anos, enquanto ele estava dormindo; no ano anterior, agentes da PM mataram Juan dos Santos Ferreira, de 14 anos, numa praça.²⁶ Como apontou um deputado estadual do Ceará, “O elevado número de mortes resultantes de operações policiais não é um indicativo de sucesso, mas sim de fracasso.”²⁷

O fracasso de uma política de segurança pública baseada no uso da força letal arbitrária contra jovens ficou em evidência em um dos casos de violência policial de maior repercussão no estado, a Chacina do Curió. Entre a noite do dia 11 de novembro e a madrugada do dia 12 de novembro de 2015,

²³ Denúncia Ministério Público do Estado da Bahia Ref. Procedimento Investigatório Criminal – Ideia no 003.9.74053/2022 / Inquérito Policial Militar CORREG-IPM-1261-2022-03-01 – Ideia no 003.9.157671/2022. 25 de outubro de 2023

²⁴ <https://www.estadao.com.br/brasil/bahia-tem-19-mortos-em-operacoes-policiais-ministerio-publico-investiga-nprm/>

²⁵ <https://cadavidaimporta.com.br/news/mortes-mip/>

²⁶ <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2020/09/2020-09-11-nota2.pdf>

²⁷ <https://www.opiniaoce.com.br/ceara-registra-mais-de-13-mil-mortes-por-intervencao-policial-em-uma-decada/>

agentes da Polícia Militar do Ceará mataram 11 pessoas, a maioria jovens de 16 a 19 anos de idade, na região da Grande Messejana, em Fortaleza. Igual a outras chacinas ocorridas no estado de São Paulo, o crime se entende como represália contra comunidades pobres e periféricas após a morte de um policial num episódio de latrocínio.²⁸

Por um lado, a Chacina do Curió tem muitos elementos em comum com outros casos de chacinas cometidas por policiais no Brasil, com vários padrões na atuação policial que compõem o “modus operandi” das chacinas policiais. Segundo uma reconstrução dos fatos pelo Ministério Público do Estado do Ceará,²⁹ as mortes ocorreram ao longo de várias horas, em nove locais ou “episódios.” Em cada episódio, grupos compostos tanto por policiais fardados em viaturas quanto por um grande número de homens encapuzados em veículos descaracterizados com as placas encobertas, exerceram violências arbitrárias contra os moradores, incluindo espancamento, tortura, e execuções sumárias. Segundo o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), vários moradores declararam que ligaram ao CIOPS (Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança) para solicitar viaturas, mas as viaturas não chegaram ou passaram perto do local dos fatos sem atender as vítimas.

Porém, a resposta institucional ao caso diferencia a Chacina do Curió da grande maioria dos casos da violência policial no Brasil. O caso foi devidamente investigado pelo Ministério Público do Ceará, por uma força-tarefa de 12 promotores da justiça, o qual levou o MPCE a denunciar 45 policiais pelos homicídios sete meses depois dos fatos.³⁰ O caso foi julgado em 2023, tendo como resultado a condenação de quatro policiais, “com penas que somam mais de mil anos de prisão.”³¹

No entanto, vale a pena ressaltar que a responsabilização de policiais que cometeram homicídios no caso da Chacina do Curió não foi suficiente para reduzir a letalidade policial no estado do Ceará, a qual cresceu significativamente desde 2015. Edna Carla Souza Cavalcante, integrante da equipe da pesquisa e coordenadora do Movimento Mães da Periferia do Ceará, refletiu sobre a continuidade da violência policial no Ceará após o assassinato do seu filho, Álef, na Chacina do Curió:

²⁸ <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/11/dois-dos-11-mortos-em-chacina-no-ce-responderam-por-crimes-leves.html>

²⁹ <https://mpce.mp.br/2023/06/curio-relembre-os-nove-episodios-da-maior-chacina-do-estado/>

³⁰ <http://11docurio.com/a-investigacao/>

³¹ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/25/quatro-policiais-sao-condenados-por-participacao-na-chacina-do-curio-penas-somam-mais-de-1000-anos-de-prisao.ghtml>

Em 2020 fundei um movimento que se chama Mães da Periferia de Vítimas por Violência Policial do Ceará, isso mostra que mesmo com toda nossa luta a polícia não parou de matar dentro do Ceará... Em todos esses anos de luta por justiça pelo meu filho e por todas as vítimas da chacina do Curió, o quadro da violência dentro do Ceará não mudou muita coisa. Pois as mortes continuam acontecendo e a bandeira por memória e justiça das mães da periferia só vem aumentando a cada ano... Isso tudo é muito triste, saber que os nossos jovens não têm o direito de viver, de estudar, de se profissionalizar e formar famílias.

RIO DE JANEIRO

Depois de um período de redução importante na letalidade policial no Rio de Janeiro, de 1.330 mortes em 2007 a 416 em 2013,³² a última década é definida por um grande aumento da letalidade policial. A queda é geralmente atribuída à política das Unidades de Polícia Pacificadora, mas o começo do desgaste dessa política a partir de 2014 coincidiu com um período de altas na violência letal cometida pela polícia do estado. Mesmo quando as taxas de homicídio caíram em 2020, chegando ao menor índice de homicídios no estado desde 1991, as mortes nas mãos da polícia continuou desenfreadamente, atingindo a maior taxa de letalidade policial em 22 anos.³³

Uma das características da violência policial no RJ é a frequência de operações policiais extremamente militarizadas e letais. Um estudo do Instituto Fogo Cruzado registrou 283 operações policiais com três ou mais vítimas civis entre 2016 e 2023 – uma média de 3 chacinas policiais por mês – as quais deixaram um saldo de 1.137 civis mortos.³⁴ Segundo a pesquisadora Silvia Ramos, “consolidou-se uma política de segurança baseada em operações de conflito” em 2018, quando se declarou a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro.³⁵ Sempre com a justificativa de combater a criminalidade e o tráfico de drogas, as operações policiais frequentemente resultam em um grande número de mortos, como a operação contra uma

³² <https://oglobo.globo.com/politica/no-rio-policia-matou-30-mais-em-2014-em-sao-paulo-28-15085530>

³³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>

³⁴ <https://fogocruzado.org.br/site-chacinas-policiais>

³⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>

“reunião de chefes do tráfico” no Complexo da Penha em 2023 que deixou 10 pessoas mortas.³⁶ Mesmo quando diminui a frequência das operações policiais, a letalidade aumenta, como foi demonstrado por um levantamento realizado pela Rede de Observatórios da Segurança.³⁷ Apesar de registrar uma queda de 15% nas operações policiais no Rio de Janeiro entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, o número de mortos cresceu 161%, de 18 a 47.

Uma liminar do Supremo Tribunal Federal – a ADPF 635 ou “ADPF das Favelas” – em junho de 2020 colocou restrições no uso das operações policiais no período da pandemia. Um estudo do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos registrou uma queda de 34% na letalidade policial em 2020, em comparação com o ano anterior, calculando que “a restrição das operações policiais salvou, ao menos, 288 vidas em 2020.”³⁸ Mas o período de cumprimento da liminar foi de apenas alguns meses, demonstrando a pouca vontade do governo do estado de reduzir o número de mortes decorrentes das operações policiais.

O descumprimento à ADPF das Favelas pela polícia do estado teve seu ápice no massacre de Jacarezinho em 2021, a qual foi a operação “mais letal da história” do Rio, deixando mais de 25 mortos.³⁹ O simbolismo do maior massacre ter acontecido em Jacarezinho é enorme. A comunidade de Jacarezinho é onde mora a maior população negra da cidade do RJ,⁴⁰ e tem um histórico, tanto de operações policiais de alta letalidade – como uma operação em 2007 que deixou oito mortos⁴¹ – quanto à resistência contra a violência policial por parte da comunidade.⁴² O massacre em Jacarezinho em 2021 também demonstra como a violência de Estado também é uma violência contra a memória. Um ano depois do massacre de Jacarezinho, moradores construíram um memorial às 28 vítimas do massacre (incluindo um policial civil). O memorial foi derrubado por policiais, usando um caveirão e marretas para destruí-lo.⁴³

³⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/02/policias-militar-e-civil-fazem-operacao-no-complexo-da-penha-moradores-relatam-intenso-confronto.ghtml>

³⁷ <https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/Ac%CC%A7o%CC%83es-da-Poli%CC%81cia-em-dois-meses-1.pdf>

³⁸ https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021_Um-ano-de-ADPF-das-favelas_GENI.pdf

³⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-rio-tem-numero-recorde-de-mortes.ghtml>

⁴⁰ <https://vejario.abril.com.br/coluna/william-reis/historia-favela-jacarezinho>

⁴¹ <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL48178-5606,00-OITO+MORTOS+EM+OPERACAO+DA+POLINTE R+NO+JACAREZINHO+RJ.html>
<https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL44061-5606,00-TRES+PESSOAS+SAO+BALEADAS+EM+OPERACAO+NO+JACAREZINHO+RJ.html>

⁴² <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL54319-5606,00-RJ+MORADORES+DO+JACAREZINHO+PROTES TAM+CONTRA+VIOLENCIA+POLICIAL.html>

⁴³ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/policia-do-rj-destroi-memorial-em-homenagem-aos-mortos-no-massacre-do-jacarezinho.shtml>

Outra característica importante da violência de Estado no Rio de Janeiro é a grande presença e domínio territorial de milícias, grupos armados paramilitares integrados por agentes do Estado, entre eles policiais militares e civis, militares e agentes penitenciários.⁴⁴ Um estudo do Instituto Fogo Cruzado e do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos evidenciou a expansão significativa das milícias no RJ, declarando-as “a principal ameaça à segurança pública no Grande Rio”.⁴⁵ As áreas controladas por milícias têm baixa ocorrência de operações policiais, e são favorecidas por outras entidades do estado que facilitam o controle territorial, e o lucro, das milícias.⁴⁶ Um levantamento mostrou que, de quase 900 mortes em operações policiais no primeiro semestre de 2019, nenhuma aconteceu numa região controlada por milícias.⁴⁷ A intersecção entre as milícias e o Estado, e seu impacto na violência de Estado, teve sua manifestação mais impactante no assassinato de Marielle Franco.⁴⁸

Outro aspecto importante da violência de Estado no Rio de Janeiro é a prevalência do negacionismo e a indiferença oficial. Em 2019, o Governador Wilson Witzel acabou com um programa que incentivava policiais a reduzir a letalidade nas operações através de um bônus, originalmente estabelecido pelo Decreto 41.931, o qual definia um conjunto de metas estratégicas, incluindo a redução do “Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial.”⁴⁹ O governador Witzel anunciou a mudança no mesmo dia que se pronunciava sobre a morte de Ágatha Félix, uma menina de 8 anos que foi morta por uma “bala perdida” da PM, segundo testemunhas. Witzel defendeu a continuidade da sua política de segurança baseada na violência letal, afirmando “não é porque nós temos um fato terrível como esse que vamos parar o estado.”⁵⁰ No mesmo ano, o braço armado do Estado, cuja responsabilidade é garantir a segurança da população, foi responsável por mais de 40% de todas as mortes violentas na região metropolitana do Rio de Janeiro.⁵¹

44 <https://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/combate-as-milicias-uma-meta-importante-da-iervencao>

45 <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/mapa-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>

46 <https://geni.uff.br/2021/04/30/a-expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados-4/>

47 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/20/policias-mataram-881-pessoas-em-6-meses-no-rj-nenhuma-em-area-de-milicia.htm>

48 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/23/relatorio-da-pf-conclui-que-motivacao-da-execucao-de-marielle-franco-pode-estar-ligada-a-grilagem-de-terras-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/03/24/relatorio-pf-atrapalhar-investigacao-caso-marielle.htm>

49 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/24/witzel-acaba-com-incentivo-a-diminuicao-de-autos-de-resistencia-no-rj.ghtml>

50 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/witzel-fala-pela-primeira-vez-apos-morte-de-agatha-no-complexo-do-alemao.ghtml>

51 https://brasil.eipais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566423448_948955.html

SÃO PAULO

A violência policial em São Paulo caracteriza-se por uma grande variação ao longo das últimas décadas, marcada por episódios chocantes de alta repercussão. Em 1992, o Brasil teve o maior massacre dentro de um presídio, quando ao menos 111 pessoas encarceradas foram assassinadas pela Polícia Militar na Casa de Detenção (Carandiru). No mesmo ano, a polícia matou mais de 1.400 pessoas, o maior número de mortes causadas pela polícia registrada no estado de São Paulo até hoje. Em maio de 2006, o governo estadual respondeu a uma série de ataques do grupo criminoso PCC (Primeiro Comando da Capital), o qual resultou na morte de dezenas de policiais, lançando um ataque total contra as periferias urbanas de São Paulo e a Baixada Santista. Ao longo de uma semana, em maio de 2006, a polícia matou centenas de jovens negros das periferias urbanas e favelas, incluindo 60 na Baixada Santista.⁵² Dezesete anos depois, a Operação Escudo e sua sucessora, a Operação Verão, resultaram em cerca de 84 vítimas fatais, mais uma vez em sua maioria jovens negros das periferias urbanas e favelas da Baixada Santista.⁵³

Uma das ironias perversas da violência exercida pelas polícias do estado de São Paulo é que, com a exceção do período 2021-2022, o número de mortes decorrentes de intervenções policiais continua elevado, apesar do estado contar com uma das taxas de homicídio mais baixas do país. No mesmo ano que o governo do estado declarou com orgulho que alcançou a “menor taxa de homicídios da série histórica”⁵⁴, as mortes causadas por policiais militares cresceram 34% em relação a 2022.⁵⁵ Os números mostram uma tendência ainda mais preocupante em 2024, com um aumento de 138% no primeiro trimestre em relação ao ano anterior.⁵⁶ Enquanto outros atores armados da sociedade matam menos, o braço armado do estado de São Paulo mata mais. A discrepância entre a violência das forças de segurança pública do estado de São Paulo em comparação com outros atores têm sua expressão mais

⁵² O número total de vítimas dos “Crimes de Maio” permanece desconhecido, mas várias investigações colocam o número de vítimas na faixa de 400 a 600 (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense 2018; Delgado, Ferreira Dodge e Carvalho 2011; Nogueira 2007). Veja também <https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>

⁵³ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/12/mae-de-6-e-pessoas-com-deficiencia-as-vitimas-fatais-da-operacao-verao.amp.htm>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/governo-de-sp-encerra-operacao-escudo-que-resultou-em-28-mortes>

⁵⁴ <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/menor-taxa-de-homicidios-da-serie-historica-coloca-estado-de-sp-entre-os-mais-seguros/>

⁵⁵ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/03/mortes-cometidas-por-pms-em-servico-aumentam-34percent-em-2023-1o-ano-de-tarcisio-a-frente-do-governo-de-sao-paulo.ghtml>

⁵⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/sob-tarcisio-numero-de-pessoas-mortas-por-pms-em-sp-cresce-138-em-um-ano.shtml>

chocante nos casos de letalidade policial contra crianças e adolescentes. Uma pesquisa da Unicef revelou que, entre 2016 e 2018, o número de mortes cometidas pela polícia contra vítimas na faixa etária de 0 a 19 anos (347) foi maior do que o número de homicídios dolosos contra o mesmo grupo (246).⁵⁷

Uma característica da violência policial em São Paulo que merece ser ressaltada se relaciona às evidências contundentes das arbitrariedades no uso da força. Um estudo detalhado realizado pela Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo em 2018 demonstra que o exercício do monopólio da força legítima – característica sine qua non do Estado – não é determinado pelos fatores definidos na lei, conforme exige um estado democrático de direito. O estudo da ouvidoria não só revelou a aplicação de um “filtro” racial e de classe – com 65% das vítimas sendo negras e 75% das vítimas tendo apenas o ensino fundamental – mas também apresentou uma análise inédita da suposta legalidade das mortes (Mariano 2018). Enquanto a lei permite o uso da força letal em função da legítima defesa, a pesquisa da Ouvidoria avaliou 756 casos de mortes decorrentes de intervenção policial, e determinou que apenas 26% dos casos tiveram indícios de que houve legítima defesa. Entre os restantes, 48% apresentaram indícios de “excessos na legítima defesa”, e em 26% dos casos não houve confronto armado.

O negacionismo e a indiferença oficial observada em outros estados também é uma problemática importante no estado de São Paulo. A manifestação mais indignante do negacionismo e da indiferença veio através das declarações do governador Tarcísio de Freitas. Perante as críticas à atuação truculenta da PM na Operação Escudo em 2023, o governador se manifestou “extremamente satisfeito” com o desfecho das operações policiais de alta letalidade no litoral paulista.⁵⁸ O governador foi ainda mais explícito em resposta às críticas sobre as mortes decorrentes da Operação Verão em 2024, afirmando, “o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí.”⁵⁹

⁵⁷ <https://ponte.org/en/policia-e-principal-responsavel-por-mortes-intencionais-de-criancas-e-adolescentes-em-sp/>

⁵⁸ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/31/tarcisio-diz-que-esta-extremamente-satisfeito-com-operacao-da-policia-com-mortos-na-baixada-santista.ghtml>

⁵⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/pode-ir-na-onu-no-raio-que-o-parta-nao-to-nem-ai-diz-tarcisio-sobre-denuncias-de-abuso-da-pm-no-litoral.shtml>

VIOLÊNCIA DE ESTADO E O CONTEXTO DA PESQUISA

Para as quatro pesquisadoras sociais que integram a equipe de pesquisa, a inserção na problemática da violência de Estado ocorreu através da vivência. Cada estado é representado por uma pesquisadora social que perdeu o filho no contexto de casos emblemáticos de violência de Estado, e que transformou seu luto em luta e se tornou uma referência dos movimentos sociais contra a violência policial no Brasil. Rute Fiuza é a mãe de Davi Fiúza, vítima do desaparecimento forçado pela Polícia Militar do Estado da Bahia em 2014. Edna Carla Souza é a mãe de Álef Souza Cavalcante, uma das onze vítimas da Chacina do Curió, no Ceará. Nivia Raposo é a mãe de Rodrigo Tavares Raposo, morto por um policial militar que integrava uma milícia na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Débora Maria da Silva é a mãe de Edson Rogério Silva dos Santos, uma das vítimas dos Crimes de Maio de 2006 no Estado de São Paulo.

Portanto, os padrões e dinâmicas da violência policial descritos neste capítulo não são apenas uma variável a ser analisada. A violência de Estado foi um fator transversal em cada fase da pesquisa. Durante o processo de elaboração do marco teórico e o procedimento metodológico da pesquisa em 2021, no contexto da pandemia global, as pesquisadoras e mães de referência lidavam ao mesmo tempo com a devastação sócio-econômica gerada pela pandemia, respondendo às necessidades das suas respectivas comunidades arrecadando recursos e providenciando cestas básicas e kits de higiene às mães e familiares de vítimas da violência de Estado. Em 2022 e 2023, durante o período de coleta de e análise de dados, as pesquisadoras, enquanto mães de referência, responderam às escaladas da violência policial no período post-pandemia, acolhendo e orientando mães e familiares de vítimas atingidas em novos episódios de violência, como a Chacina da Gamboa na Bahia e a Operação Escudo em São Paulo. No mesmo período, as pesquisadoras sociais também tiveram que acompanhar julgamentos de policiais acusados nos casos dos próprios filhos, como foi o caso do julgamento que resultou na condenação de quatro policiais por homicídios no contexto da Chacina do Curió.

1.2 AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO NA DEMOCRACIA

A violência é contemplada nas ciências sociais como uma condição *sine qua non* do Estado. Um dos principais teóricos sobre o Estado, Max Weber, aponta o “monopólio da violência legítima” como característica indispensável do Estado. O Estado, segundo Jenny Edkins, “Como unidade política, é produzida e definida pela violência organizada”, pelo qual “a violência física continua sendo uma ferramenta que somente o Estado é permitido usar” (2003, p. 6). Na sua examinação do conceito da necropolítica, entendido como a “subjugação da vida ao poder da morte”, Achille Mbembe (2003) declara que a soberania do Estado “expressa-se predominantemente como o direito de matar” (Mbembe, p. 39).

Porém, essa violência estatal não tem sido exercida, nem mesmo na democracia contemporânea, para a garantia da cidadania, e nem mesmo de maneira uniforme em relação aos cidadãos. A violência de Estado só se torna possível a partir das desigualdades de poder, tanto entre o Estado e a cidadania, quanto entre diferentes grupos sociais. O conteúdo anterior sobre os padrões e as estatísticas da violência policial no Brasil e nos quatro estados nesta pesquisa evidencia as enormes discrepâncias raciais, sociais e territoriais no exercício da violência por parte do Estado. A concentração da violência letal contra a população pobre, preta e periférica demonstra como a polícia opera na reprodução das desigualdades e hierarquias sociais. Portanto, a polícia é uma ferramenta central na estratificação da cidadania, em que o acesso aos direitos fundamentais da cidadania em democracia – entre eles o direito à vida e à proteção contra a violência arbitrária do estado – é determinado pelas hierarquias sociais (González, 2017).

Nesse sentido, o Estado exerce um poder abrangente nas vidas das pessoas através das ações dos seus agentes, por meio das leis, das políticas públicas e suas instituições. O Estado torna-se fator determinante das condições de vida dos seus cidadãos, em particular no caso das populações empobrecidas e racializadas. Perante o impacto desproporcional do Estado na vida das pessoas, a violência estatal implica a vulneração da dignidade, a qual Bernadette Atuahene define como “a noção de que todas as pessoas têm o mesmo valor, o que lhes dá o direito de viver como seres autônomos e não sob a autoridade de outra pessoa” (Atuahene, 2016, p. 801).

O aspecto relacional da dignidade humana possibilita compreender o “caráter essencialmente dialético” do trauma decorrente da violência de Estado. Como aponta o psicólogo social salvadorenho Ignacio Martín-Baró, “Como uma dimensão dialética, o trauma não define um sujeito doente, ao contrário define a especificidade de uma relação entre a sociedade e seus indivíduos.” (Moreira e Guzzo, 2015). Essa relação indivíduo-sociedade gera as condições que colocam alguns indivíduos e grupos sob a autoridade de outros, demonstrando a relação entre a desigualdade social, dignidade, e traumas como componentes essenciais da violência de Estado.

Portanto, a desigualdade e a estratificação social são referências para definir quais grupos sociais serão beneficiados pela proteção do Estado e quais serão o alvo de repressão (González e Mayka, 2023). Achille Mbembe, em diálogo com a obra de Michel Foucault, observou que “a função do racismo é regular a distribuição da morte e possibilitar as funções assassinas do estado” (Mbembe, 2003, p. 17).

No caso brasileiro, o uso da violência letal por parte do Estado reflete justamente uma distribuição racializada, conforme afirma Mbembe (2003). Como já foi apontado, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022, 84% das vítimas da letalidade policial eram pessoas negras, e a taxa de pessoas negras vítimas dessa violência era de 4,5 vezes maior que a das pessoas brancas.⁶⁰ Esses padrões de violência estatal correspondem a uma tendência geral na América Latina, onde a violência exercida pelo Estado é estratificada pelos principais indicadores da desigualdade social (Brinks, 2008).

O panorama atual da violência de Estado no Brasil e na região entram em contradição explícita com os princípios regedores do Estado democrático de direito. Em contextos democráticos, o uso daquele “monopólio da violência legítima” por parte do Estado – exercido pelas instituições policiais – deveria ser utilizado com a finalidade de garantir a proteção da população, segundo estritas restrições definidas pelo Estado de direito, e ser sujeito de controle externo civil robusto (González, 2021).

Essa discrepância entre a teoria democrática e a realidade das “democracias violentas” da América Latina (Arias e Goldstein, 2010) agrava o trauma decorrente da violência estatal. Como observa Edkins (2003),

⁶⁰ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022-infografico.pdf>

O que chamamos de trauma ocorre quando os próprios poderes que acreditamos que nos protegerão e nos darão segurança se tornam nossos algozes[...]. Uma ilusão de segurança e proteção é quebrada. Os eventos vistos como traumáticos parecem refletir uma forma particular de vínculo íntimo entre a pessoa e a comunidade e, o mais importante, expõem o papel desempenhado pelas relações de poder. (Edkins, 2003, p. 4).

A situação de trauma como resultado da violência exercida pelos poderes que deveriam garantir a segurança, foi expressada por Rafaela Mattos, a mãe de João Pedro, um menino de 14 anos morto pela polícia militar do Rio de Janeiro em 2020: “Eu não sei o que eu vou sentir quando tiver uma operação dessa novamente. É complicado ver pessoas que deveriam nos proteger, matando tanto. Você não sabe se está segura ou não quando a polícia está presente.”⁶¹

O MODUS OPERANDI DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

A violência de Estado é geralmente contemplada como eventos pontuais, os quais são contabilizados e agregados em bancos de dados quantitativos de mortes causadas por agentes do Estado. Na atual pesquisa adotamos uma conceptualização da violência de Estado como um processo recorrente, exercida de forma diferenciada conforme estratificação das desigualdades sociais – raciais, de gênero, econômica e territorial – e que tem um impacto profundo nas vidas das vítimas, suas famílias e comunidades.

González (2024) define o conceito do trauma decorrente da violência de Estado como “os danos psicológicos, físicos, sociais e materiais duradouros sofridos por indivíduos resultantes de ações coercitivas do Estado” (p. 4). Segundo González, o processo do trauma decorrente da violência de Estado é constituído por uma sequência de interações entre as vítimas e as instituições do Estado. A ênfase atual da maioria dos jornalistas, acadêmicos, funcionários públicos e organizações da sociedade civil é na ocorrência violenta pontual que resulta na morte da vítima. Porém, as narrativas das mães e dos familiares das vítimas demonstram que a morte da vítima é apenas

⁶¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>

o começo do trauma. O trauma decorrente da violência de Estado resulta tanto das próprias características da morte, quanto dos processos posteriores relacionados à busca de informação sobre o caso e a luta por justiça pela vítima. Nessa sequência, os familiares das vítimas são obrigadas a interagir com instituições do Estado como a polícia civil que apura os fatos, o Instituto de Medicina Legal e polícia científica encarregados dos laudos e as perícias, e o Ministério Público responsável por exercer o controle externo da atuação policial e determinar se o caso vai chegar na justiça.

É notável que, apesar das diferenças e particularidades institucionais, sociais, políticas e históricas de cada estado da União, a pesquisa atual identifica padrões de atuação das instituições do Estado, demonstrando a permanência do que fora denominado como o modus operandi da violência de Estado (Assumpção, Rocco & Silva; 2019). Os relatos de mães de vítimas da violência policial analisados nas seguintes páginas, evidenciam como as interações com as instituições do Estado responsáveis pelas investigações dos casos e a responsabilização dos perpetradores são caracterizadas pela criminalização da vítima, a negação de informações e acesso a documentos – às vezes a negação até ao acesso aos restos mortais do próprio filho – investigações paralisadas e a obrigação das próprias famílias de de recolher provas de forma independente, e o arquivamento dos casos.

Além do luto e a dor incomensurável de perder um filho ou outro ente querido, as mães e familiares das vítimas devem lidar com experiências de humilhação, estigma contra a vítima e a família, a negação e o ocultamento de informação, o apagamento do papel das famílias nos processos, a negação da memória da vítima, e a impunidade (Assumpção; Amadeo; Frinhani; Rocco; Silva & Silva; 2018). É importante ressaltar também que, em vários contextos, o próprio estado cria órgãos estatais para receber as demandas das famílias das vítimas, mas sem dotar esses órgãos com os recursos e as faculdades necessárias para dar respostas efetivas às famílias e atender às demandas por justiça. Como demonstram os relatos descritos na Parte III deste relatório, essa sequência de processos e interações têm um custo significativo para as famílias das vítimas, produzindo transformações na vida e no âmbito familiar e transtornos para a saúde física e mental.

Portanto, o trauma decorrente da violência de Estado vai além da instituição policial responsável pela morte da vítima, implicando toda a sequência de processos e instituições do sistema da justiça que não só causam danos por omissão ao demonstrar sua ineficácia no controle externo da polícia e no esclarecimento dos fatos, mas que também prejudica as famílias através da criminalização, negação e humilhação.

DEMOCRACIA PARA QUEM?

Os relatos das mães obtidos no processo de pesquisa e apresentados no atual relatório revelam como a violência de Estado e a implicação de um conjunto de instituições do Estado são determinantes na produção do trauma posterior, o que nos obriga a pensar em questões mais amplas sobre a democracia, colocando em evidência como o trauma decorrente da violência de Estado enfraquece os direitos, a dignidade e a autonomia inerentes à cidadania democrática. A violência de Estado em si e a atuação das outras instituições do Estado corroem os valores chave da democracia, entre eles o direito à vida e de proteção contra a atuação arbitrária do Estado, o direito à informação, a transparência institucional, e o princípio de accountability (entendido como a obrigação de prestar contas à população e a responsabilização).

Um fator agravante nesse sentido é o papel da desigualdade, não só no acionar violento da polícia, mas também na resposta das instituições que não conseguem restringir o uso da força letal e não cumprem com a obrigação de investigar os casos e responsabilizar os perpetradores de abusos e atrocidades. A forte concentração da letalidade policial na população racializada e empobrecida da sociedade nos obriga a questionar o alcance da democracia brasileira, a qual tem sido muito elogiada internacionalmente. É evidente que, apesar de estarmos formalmente no contexto de um Estado democrático de direito, a lei – e as garantias que deveriam proteger a cidadania da atuação violenta e arbitrária do Estado – não é aplicada de forma igualitária a todos os setores da sociedade. Em diversos momentos, autoridades policiais têm afirmado justamente a legitimidade dessa desigualdade. Em 2013, um funcionário da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro declarou que “Fuzil deve ser utilizado em guerra, em operações policiais em comunidades e favelas. Não é uma arma para se utilizar em área urbana.”⁶² Do mesmo jeito, o ex – comandante da ROTA – uma das unidades policiais com maior taxa de letalidade no Estado de São Paulo – chamou a atenção ao iniciar seu mandato declarando que “É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado”.⁶³ A negação da igualdade perante a lei, dos direitos e a garantia

⁶² (<https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/129/fuzil-no-centro-da-cidade-nao-mas-na-favela-sim>)

⁶³ (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rot-a.htm?cmpid=copiaecola>)

de proteção contra a atuação arbitrária do Estado à parcela da sociedade definida como pobre, preta e periférica se estende à resposta das demais instituições do Estado aos casos de letalidade policial. Não é por acaso que 84% das vítimas das mortes causadas pela polícia são negras, e que a resposta institucional que recebem as famílias das vítimas é caracterizada pela negação da informação, da justiça, e até da memória das vítimas. Como demonstram as narrativas das mães de vítimas analisadas neste relatório, tanto o exercício da força letal em si quanto a (falta de) resposta das instituições democráticas servem como ferramenta de reprodução da desigualdade e das hierarquias sociais. Como bem apontou uma das coordenadoras da atual pesquisa, Débora Maria da Silva,

O estado de direito para quem? Uma democracia para quem? Para o asfalto, para a branquitude? Porque ela não chegou na favela, na periferia... Nós queremos uma democracia ela seja de classe, de raça, e de gênero. Aí nós alcançamos essa tal igualdade, ela está muito longe das nossas mãos. (Intervenção em audiência pública no dia 18 de maio de 2023)



ALEXANDRE
01 de março de 2022
Bahia



RAFAEL
28 de janeiro de 2020
Bahia



RODRIGO
16 de outubro de 2017
Bahia



JEAN CARLOS
11 de maio de 2013
Bahia



MATHEUS SILVA
10 de maio de 2012
Bahia



RILDEAN DE JESUS
25 Março de 2010
Bahia



MIZAEL FERNANDES
01 de junho de 2020
Ceará



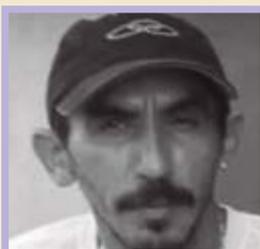
JUAN SANTOS
13 de setembro de 2019
Ceará



WEVERTON MESQUITA
28 de novembro de 2017
Ceará



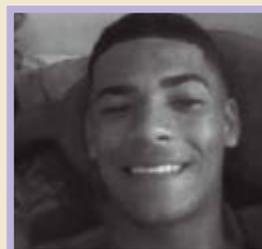
RAFAEL ANTUNES
11 de agosto de 2015
Ceará



FRANCISCO RICARDO
13 de fevereiro de 2014
Ceará



CARLOS HENRIQUE
13 de julho de 2020
Rio de Janeiro



LUCAS DA SILVA
outubro de 2018
Rio de Janeiro



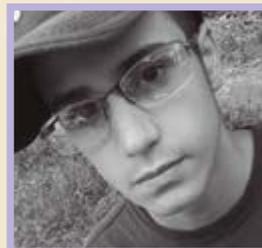
FERNANDO
23 de outubro de 2017
Rio de Janeiro



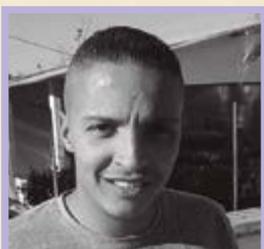
JOHNATHA
14 de maio de 2014
Rio de Janeiro



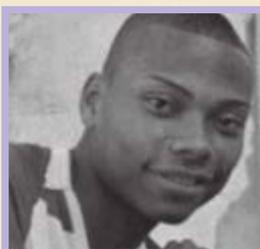
RENATO
31 de março de 2005
Rio de Janeiro



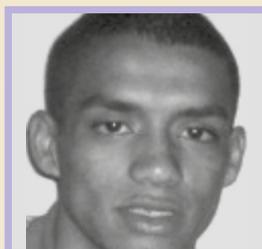
IGOR
18 de março de 2020
São Paulo



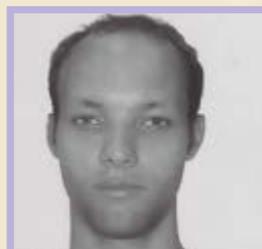
RENATINHO
18 de março de 2015
São Paulo



JOSÉ RODRIGO DE PINA
07 de outubro de 2012
São Paulo



PAULINHO
15 de maio de 2006
São Paulo



WAGNER DOS SANTOS
15 de maio de 2006
São Paulo



30



A ABORDAGEM
METODOLÓGICA:

“NÃO FALEM DE
NÓS SEM NÓS -
O PROTAGONISMO
DAS MULHERES/MÃES
DE VÍTIMAS COMO
PESQUISADORAS
SOCIAIS”

PARTE III

2.1 ESTUDAR A VIOLÊNCIA DE ESTADO: A NECESSIDADE DE NOVAS ABORDAGENS

Essas características da violência estatal, particularmente em democracias – as desigualdades nas relações de poder, a traição do vínculo entre cidadão e o governante que o deveria representar e proteger, o trauma e a perda de autonomia – geram exigências pontuais para quem quiser compreender e pesquisar suas causas, modalidades e consequências.

O ponto de partida deste relatório é que a pesquisa no contexto da violência estatal deve estar atenta aos riscos de re-traumatização, às desigualdades de poder entre os pesquisadores e as comunidades afetadas, bem como ao legado de práticas extrativistas por parte dos pesquisadores, as quais incluem a priorização dos objetivos do pesquisador em detrimento das experiências, necessidades e saberes das comunidades afetadas, e a falta de devolutiva e comunicação sobre os resultados ou produtos da pesquisa (Bunting; Kiconco; Quirk, 2023).

“NÓS AGORA SOMOS PESQUISADORAS, NÃO SOMOS OBJETO DE PESQUISA”

A pesquisa “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado no Brasil,” visou construir um modelo de pesquisa participativa, fundamentada na concepção de educação popular, orientada por questões apresentadas pelas mães de vítimas de violência estatal, as quais não só tinham uma trajetória de militância em movimentos sociais de direitos humanos, como também contribuíram com a produção de conhecimentos acadêmicos sem o reconhecimento formal das instituições.

A pesquisa realizada buscou enfrentar as falhas do modelo de pesquisa tradicional, apontadas de forma recorrente pelas mães:

A mãe, ela é usada para ser pesquisada. A mãe é usada para o sensacionalismo midiático que não traz uma devolutiva para nós as mães. **(Relato de Débora Maria da Silva)**

A gente sempre foi alvo de pesquisa. Só que essas pesquisas não tem nenhum retorno para a gente. Assim como um TCC, que as pessoas fazem. Eu já disse que eu não faço mais TCC... Nunca há um retorno, uma devolutiva de saber quando essas pessoas apresentam seu TCC para a Banca, o que é que eles falam? Quando eles publicam? Quais são os comentários que eles falam? Dá um retorno em relação a isso, e se isso impactou algumas pessoas de fazer alguma mudança ou até de aparecer nos lugares quando a gente faz eventos. Eu fiz tanto TCC aqui na UFBA e nas faculdades, e nenhum nunca foi num evento das Mães aqui. Agora eu não faço mais para esse pessoal, eu não faço mais. E cansei da gente sempre ser objeto de pesquisa. Uma das coisas que me interessou muito, que chegou até a ser uma coisa que me emocionou foi essa frase: Nós agora somos pesquisadoras, não somos objeto de pesquisa. **(Relato de Rute Fiuza)**

A gente costuma ser sempre objeto de pesquisa. É convidada para todas as áreas, do direito, assistência social, psicologia. Então acaba sendo que a gente conhece muitas pessoas dentro desses nichos, que são pessoas que não nos atendem depois. **(Relato de Nívia Raposo)**

[Quando fui convidada à pesquisa] eu pensei assim, que fosse pesquisadora, ou seja, as professoras iam pesquisar e a gente ia fazer uma fala e pronto. Não, não tinha noção bem do que era, porque infelizmente têm algumas professoras, não todas, algumas professoras, né? Porque por elas serem acadêmicas, elas acham que uma mãe da periferia não tem estudo, não tem capacidade... Quem é acadêmico tende a humilhar a mãe, aí a mãe serve para extrair a dor para ela fazer matéria, mas a mãe não serve como pesquisadora em muitos cantos, né? **(Relato de Edna Carla Souza)**

Assim, a pesquisa realizada procurou quebrar as hierarquias que definem as pesquisas tradicionais, as quais colocam as pessoas afetadas no papel de “objetos” de pesquisa, cuja participação não só é instrumentalizada pelos pesquisadores formais e suas instituições acadêmicas, como também reproduz as desigualdades de poder que marcam a relação entre o Estado e as comunidades afetadas pela violência estatal.

A metodologia da pesquisa se baseia na construção coletiva, priorizando a empatia, a reciprocidade e as relações horizontais, reconhecendo a potencialidade e, ao mesmo tempo o sofrimento da experiência das pessoas que viveram a violência de Estado, principalmente as mães que perderam seus filhos pela mão do Estado. Essa pesquisa se soma ao movimento de pesquisadores e pesquisadoras que questionam as metodologias de pesquisa tradicionais e apontam as limitações desses modelos para a produção de conhecimento sobre processos sociais complexos.

Esses(as) pesquisadores(as), principalmente desde o Sul Global, nos apresentam com o desafio de priorizar “pesquisas que não se limitam à universidade ou as elites profissionais, mas que possam ser parte das vidas cotidianas das pessoas” (Appadurai 2006, p. 173).

As vivências das vítimas e sobreviventes da violência de Estado são fundamentais para a produção de conhecimento sobre a mesma. Como apontou Lélia Gonzalez, “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzales, 1984, p. 224). O mesmo conceito desse “conhecimento situado” se aplica à compreensão da violência de Estado, que é produto do racismo, sexismo e outras relações de dominação.

Conforme as reflexões de Patricia Hill Collins (2012) “os indivíduos e grupos são posicionados de forma diferente em uma matriz de dominação, o que tem implicações para a forma como vivenciamos a sociedade, incluindo o que sabemos e o que podemos imaginar, e as realidades materiais que acompanham essa experiência” (Collins, 2012, p. 454). Como aponta Collins,

Colocar as ideias e experiências de mulheres não brancas no centro da análise requer a invocação de uma epistemologia diferente com relação a que tipo de conhecimento é válido. Precisamos distinguir entre o que foi dito sobre grupos

subordinados no discurso dominante e o que esses grupos poderiam dizer sobre si mesmos se tivessem a oportunidade. (Collins, 1994, p. 372).

Portanto, produzir o conhecimento sobre a violência de Estado de requer um trabalho conjunto entre quem sofreu de forma direta a violência e pesquisadores que estejam implicados em desvelar e contribuir com aquele(as) que vivenciaram essa experiência, como foi explicado por uma pesquisadora social da equipe:

Os fenômenos da vida são percebidos por diversos ângulos. Esses jogos de escalas são entendidos pela população que carrega os marcadores sociais mais criminalizados. Para esses foram criados pelo estado as punições e as leis para garantir a proteção de quem tem capital. Desenvolver um pensamento novo exige que descolonizemos o ser, pois o processo colonizador faz as pessoas acreditarem ser natural o racismo aplicado aos nossos corpos. Diante disso, é importante os familiares se verem proprietários da própria fala...pois ainda que tenhamos leitura, é difícil nos enxergar nos livros, principalmente em pesquisas universitárias. Dada essa importância, ouvi-los e escutá-los sempre é emocionante, mas ao mesmo tempo gera força no sentido de tentar coisas novas para entregar para eles. (Relato de Nívia Raposo)

No contexto de pesquisas sobre a violência estatal, as vozes das suas vítimas e sobreviventes são indispensáveis não só para entender a dinâmica dessa violência e seu impacto nas vidas das pessoas afetadas e a sociedade em geral; como também para buscar identificar mecanismos para transformar as estruturas que facilitam a continuidade dessa violência.

Como observou Edkins, “Os sobreviventes de abuso político no Ocidente contemporâneo têm algo poderoso a dizer, mas é algo que não pode ser dito no vocabulário dos poderosos, e é perigoso para as instituições políticas existentes”. (Edkins, 2003, p. 7).

2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ÉTICOS: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR.

E o mundo não é um laboratório de anatomia nem os homens são cadáveres que devam ser estudados passivamente.

(Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, 2017, p. 180)

O debate instaurado acerca da produção do conhecimento nas ciências sociais a partir do Sul global teve início em meados dos anos 1990 por estudiosos dessa área que passaram a discutir timidamente como produzir conhecimento teórico-prático a partir das experiências extensionistas dentro das universidades, contradizendo as epistemologias norte-cêntricas e europeias.

A este debate atualmente denominaram “decolonialidade”⁶⁴ um termo usado para definir um conjunto de teorias, práticas e movimentos que buscam libertar a produção de conhecimento, a cultura e as relações sociais da episteme eurocêntrica e da matriz colonial de poder. A decolonialidade questiona a suposta universalidade e neutralidade do conhecimento ocidental e da modernidade, que foram impostos aos povos colonizados como formas de dominação, exploração e discriminação. Surgiu como uma crítica ao colonialismo e ao imperialismo ocidental, iniciada com as grandes navegações e a conquista das Américas no século XV e se perpetuaram com a globalização e o neoliberalismo nos séculos XX e XXI.

A decolonialidade é um projeto político e epistêmico que visa desconstruir as estruturas coloniais de poder e a reconstruir novas formas de existir, pensar e agir no mundo, baseadas na pluralidade, na interculturalidade e na desobediência, denunciando como esses processos históricos produziram uma hierarquia racial, social, econômica e cultural entre o centro (Europa e Estados Unidos) e a periferia (América Latina, África, Ásia) do mundo, considerada

⁶⁴ O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade e o pensamento moderno, principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh, Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2000), Nelson Maldonado-Torres (2017) e Walter Dignolo. Mais informações, consultar: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade>

também um projeto ético e estético com vistas a recuperar a dignidade, a memória e a criatividade dos povos subalternizados, sendo, portanto, uma proposta de transformação social que busca uma nova humanidade mais justa, democrática e solidária.

No Brasil, este debate não é novidade, posto que Paulo Freire (2017) defende o diálogo como elemento fundante da produção de conhecimentos, de tomada de consciência e de promoção de processos libertadores. Em sua obra mais importante, *Pedagogia do Oprimido*⁶⁵, publicada ainda na década de 1960, o autor contribui com reflexões sobre a função social das instituições produtoras do conhecimento.

Esta obra que contém grande contribuição na área da educação, foi adotada como premissa no desenvolvimento dos processos educativos reconhecido como educação popular, visto que propunha procedimentos teórico-metodológicos por meio de uma concepção de educação que parte da realidade dos sujeitos oprimidos, considerando suas experiências, e, dialogicamente, constrói outras possibilidades de vivenciar a realidade.

Falar de educação popular na concepção freiriana implica em destacar que Paulo Freire acreditava numa educação libertadora, que deve ser construída através do diálogo, em conjunto com os sujeitos envolvidos no processo educativo; ou seja, educadores e educandos ensinando e aprendendo mutuamente. Disse ele: *“Se as elites opressoras se fecundam, necrofilamente, no esmagamento dos oprimidos, a liderança revolucionária somente em comunhão com eles pode fecundar-se”*. (Freire, 2017, p. 179)

E complementa:

Esta é a razão pela qual o que fazer opressor não pode ser humanista, enquanto o revolucionário necessariamente o é. Tanto quanto o desumanismo dos opressores, o humanismo revolucionário implica a ciência. Naquele, esta se encontra a serviço da “reificação”; nesta, a serviço da humanização. Mas, se no uso da ciência e da tecnologia para “reificar”, o sine qua desta ação é fazer dos oprimidos sua pura incidência, já não

⁶⁵ *Pedagogia do Oprimido*, foi publicado na versão em espanhol no ano de 1968 no Chile. No Brasil a 1ª edição foi publicada no ano de 1974. A versão consultada para este texto é a 63ª edição publicada no ano de 2017.

é o mesmo o que se impõe no uso da ciência e da tecnologia para a humanização. Aqui os oprimidos, ou se tornam sujeitos, também, do processo, ou continuam "reificados". [...] O humanista científico revolucionário, não pode, em nome da revolução, ter nos oprimidos objetos passivos de sua análise, da qual decorram prescrições que eles devam seguir.

Isto significa deixar-se cair num dos mitos da ideologia opressora, o da absolutização da ignorância, que implica a existência de alguém que decreta a alguém.

No ato desta decretação, quem o faz, reconhecendo os outros como absolutamente ignorantes, se reconhece e à classe a que pertence como os que sabem ou nasceram para saber. Ao assim reconhecer-se tem nos outros o seu oposto. Os outros se fazem estranheza para ele. A sua passa a ser a palavra "verdadeira", que impõe ou procura impor aos demais. E estes são sempre os oprimidos, roubados de sua palavra. (Freire, 2017, p. 179-180)

Foi justamente pensando neste *quefazer* que buscamos nesta pesquisa transformar o abstrato em concreto, considerando as demandas e experiências vivenciadas entre movimento social e universidade, construindo um diálogo conjunto entre os sujeitos envolvidos no processo de produção de conhecimento.

Por produção do conhecimento entendemos o processo de criar, sistematizar e comunicar novas informações, ideias ou saberes sobre diferentes aspectos da realidade. A produção do conhecimento envolve diferentes sujeitos, métodos, fontes e finalidades, dependendo do campo de estudo e da demanda social que envolve a interação entre sujeitos, objetos, contextos históricos e culturais de modo que não é algo fixo e imutável, mas dinâmico e passível a transformações ao longo do tempo.

Assim, há uma aposta na aproximação entre saberes – saber popular e o saber científico –, por poder permitir uma compreensão a partir de mecanismos múltiplos e diversos de apreensão e verificação de evidências sobre as experiências de vida frente à violência estatal. Em se tratando de movimento social, que tem pauta de luta específica, o saber construído por experiência direta do mundo se relaciona com o conhecimento científico de forma

complementar, crítica ou dialógica, buscando integrar os saberes populares e científicos sem hierarquizá-los ou desqualificá-los.

A partir dessa concepção e da construção vivida na pesquisa “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado no Brasil” houve a necessidade de apresentar o processo metodológico da mesma, realizada pela universidade com as mulheres/mães integrando a equipe como pesquisadoras sociais.

2.3 HISTÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO CONJUNTA: APROXIMAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E ACADEMIA

O PET EDUCAÇÃO POPULAR DA UNIFESP/BAIXADA SANTISTA

O PET Educação Popular é um projeto que envolve ensino, pesquisa e extensão que integra o Programa de Educação Tutorial do MEC/SeSu. Foi criado no ano de 2010 por uma docente⁶⁶ de uma das unidades da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo na cidade de Santos, região metropolitana da Baixada Santista.

Esse grupo, a partir de sua criação deu início às atividades com dezoito estudantes dos cursos de graduação existentes no campus Baixada Santista divididos em frentes de atuação/intervenção. A metodologia utilizada permitia que esses estudantes levassem a contribuição do referencial teórico-metodológico freiriano de educação popular para desenvolvimento de diversas atividades de extensão e pesquisa junto e com a comunidade do entorno do campus.

Nas palavras da professora que coordenava o projeto a respeito dessa aproximação temos:

Meu primeiro contato com as Mães de Maio foi em 2011, eu já estava na Unifesp – Universidade Federal de São Paulo no campus Baixada Santista

com uma atuação bastante forte em um projeto de extensão que depois se transformou em um programa de educação tutorial que tinha frentes de extensão, de ensino e de pesquisa, atuando por meio da educação popular com demandas presentes na região da Baixada Santista. Uma das ações era na questão da segurança pública junto com os jovens guardiões, que eram jovens que recebiam bolsa da prefeitura de Santos para realizar um trabalho quase que de guarda do patrimônio público. Nós introduzimos uma

⁶⁶ Raiane P S Assumpção – CV: <http://lattes.cnpq.br/2899447703219719>

discussão sobre ética, cidadania, direitos humanos que foi bem importante para reconfigurar o programa.

Foi por esse caminho que nós organizamos em maio de 2011 um evento para tratar da segurança pública na Baixada Santista e contamos com a presença das Mães de Maio para falarem sobre a situação de violência de Estado, ausência de atuação do sistema de justiça perante as mortes ocorridas em maio de 2006.

Então, é nesse contexto que eu conheci o Movimento Mães de Maio, a demanda e a questão que estava colocada. A partir daí fomos buscando desenvolver inúmeras ações dentro da universidade de forma que pudéssemos construir. Mas, primeiro, buscamos entender o que era essa demanda, fazendo com que não fosse algo próprio dessa lógica de apropriação do conhecimento para a academia, mas transformando isso em um conhecimento teórico num processo de construção junto com as mães, reconhecendo esse saber da experiência, da luta, do sofrimento, o significado do sofrimento e ao mesmo tempo aquela busca por respostas, que muitas vezes a sociedade não dá, pelo contrário, reitera a violação de direitos e do próprio sistema de justiça que também viola. (Relato de Raiane Assumpção)

No ano seguinte, em 2012, a fundadora e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio, Débora Maria da Silva entrou em contato com integrantes⁶⁷ de uma dessas frentes – que inicialmente desenvolvia um trabalho com o Conselho da Juventude da cidade de Santos/SP, numa perspectiva de fomento à participação social – na expectativa de desenvolver um trabalho em conjunto com a Universidade através de aulas de informática.

Essa proposta vinha no sentido de fortalecer e divulgar a luta do movimento por meio da comunicação audiovisual, na esperança de que o conhecimento em informática iria auxiliar na divulgação do movimento, garantiria a autonomia deste e a maior participação das integrantes, visto que a comunicação do movimento com a sociedade em geral era realizada por e-mail e

⁶⁷ Aline Rocco (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1583354080357611>) e Valéria A. Oliveira (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7626336242155149>)

redes sociais, e a maioria das mães não tinham conhecimento básico em informática.

Esta aproximação passou a ser fonte inspiradora para o cotidiano do PET possibilitando construir um projeto de sistematização denominado “Registro e Sistematização das Experiências de Educação Popular”, iniciando a partir disso uma relação de troca de experiências e ações colaborativas entre as mulheres/mães integrantes do movimento e as/os alunas/os da universidade.

Assim, nós fomos desenvolvendo outros projetos na universidade com a criação do CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos que eu coordenei e aí tinha uma frente de atuação para tornar essa questão mais conhecida e depois, também, por meio dos trabalhos desenvolvidos nas ações de extensão, eventos, cursos de formação, e processos de formulação de conhecimento trazendo as mães para o interior da universidade fazendo com que essa questão pudesse se transformar em tema de pesquisa, mas um tema de pesquisa-ação na verdade, que pudesse ter conhecimento e traduzir isso em uma ação efetiva na perspectiva de implementação de políticas públicas. (Relato de Raiane Assumpção).

Dentre essas ações, a criação do Centro de Referência em Direitos Humanos⁶⁸ da Unifesp no campus Baixada Santista, a participação nos fóruns de Educação Popular, rodas de conversas, círculos de cultura, semana da consciência negra e a construção conjunta no trabalho de pesquisa sobre os crimes de maio de 2006, que gerou o “Relatório Final Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006” (CAAF, Unifesp, 2019).

Foi a partir de 2015 que sendo eu pesquisadora da temática sobre direitos humanos, educação popular e violência de Estado fui convidada pela equipe, que naquele momento estava na coordenação do recém-criado CAAF – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, para fazer parte de uma pesquisa sobre a violência de Estado na democracia em parceria com o Centro

⁶⁸ Inicialmente criado como Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), posteriormente foi adequado para Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH).

Latino-Americano da Universidade de Oxford e apoio do British Council – Fundo Newton e eu disse que poderia participar desde que o projeto correspondesse a essa demanda que é a demanda em que eu trabalhava, que já estava construindo ali uma linha de pesquisa, numa produção do conhecimento conjunto por meio de uma metodologia específica, reconhecendo as mães como mães pesquisadoras de fato, pesquisadoras sociais, que constrói a práxis de fato, num movimento de ação-reflexão-ação a partir da experiência concreta.

E aí nós desenvolvemos essa pesquisa, que foi bem importante, sobre os crimes de maio de 2006 no estado de São Paulo, com foco na Baixada Santista e ali foi possível construir uma metodologia própria, genuína, junto com as mães, reconhecendo as mães como pesquisadoras sociais e ao mesmo tempo apontando que não eram casos isolados, mas que o modo de operar do Estado, que o *modus operandi* do Estado, seja na retirada das vidas ou na reiteração da violência de Estado por meio da ausência do sistema de justiça. Então aquela pesquisa foi bem importante e de lá para cá, porque esta pesquisa terminou em 2018 e nós fomos aprofundando também e as mães se apropriando do que é a antropologia forense, o que é a construção ou esse encontro de saberes científicos/acadêmicos com o saber popular para rebater a formulação do sistema de justiça de forma a comprovar que este Estado é um Estado que viola direitos, e isso tem sido bem importante. **(Relato de Raiane Assumpção)**

O resultado deste estudo trouxe grande contribuição tanto para a Unifesp quanto para o Movimento Independente Mães de Maio, sendo possível desenvolver outros trabalhos acadêmicos, como por exemplo a publicação de um capítulo de livro sobre as reflexões suscitadas na pesquisa, artigo em revista internacional, entre outros. Além disso, no mesmo ano de 2018 o “Relatório Final” foi entregue para a apreciação da CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos em uma audiência pública realizada a pedido do Movimento Independente Mães de Maio na cidade de São Paulo.

Na estreita relação entre os saberes, é importante destacar a potência que existe na construção conjunta, visto que as trocas possibilitam de fato uma

transformação nas diferentes visões de mundo, como podemos perceber no relato a seguir:

Essa aproximação fez todo diferencial tanto na minha formação acadêmica, quanto na minha vida política e social. Me fez aprender na prática que existem outras formas de produção de conhecimento para além da educação formal e bancária. Além disso, a Universidade Pública tem uma função e uma responsabilidade social, tendo na extensão, no ensino e na pesquisa parte essencial ao processo de transformação social e cultural. Isso posto, a aproximação com o Movimento Independente Mães de Maio vem nos provocando, no sentido de nos movimentarmos, sendo fundamental para essa construção dialógica entre conhecimentos populares e conhecimentos científicos, intervindo diretamente em demandas e pautas sociais extremamente necessárias, incidindo inclusive na construção conjunta de políticas públicas. Trabalho conjunto que muitas vezes encontra obstáculos, uma vez que ainda há muito o que se transformar dentro dos muros das Universidades, que ainda produzem profissionais que se acham detentores de todo o saber e não reconhecem os saberes populares. (Relato de Aline Rocco)

Eu ouvi falar pela primeira vez sobre o Movimento Mães de Maio dentro da universidade no ano de 2012, quando estudava no curso de serviço social. Antes disso não fazia a menor ideia de que existia um grupo de mulheres que lutavam por justiça frente à violência perpetrada pelo Estado por meio da polícia militar. No ano seguinte, passei a integrar o grupo de alunos do PET Educação Popular e assim acompanhar as ações desenvolvidas por essas mulheres/mães e a aproximação entre universidade e movimento social. Posteriormente, fui convidada a integrar o grupo de pesquisa sobre os "crimes de maio de 2006" atuando a partir da pesquisa-ação, fato que contribuiu para minha aproximação mais efetiva com as demandas do movimento de mães. Posso afirmar que ao longo

desses anos acompanhando o Movimento Mães de Maio, passei por grande transformação pessoal e enquanto profissional e pesquisadora, percebi com convicção que os sujeitos devem ter suas vozes incorporadas ao processo de pesquisa, produzindo conhecimento conjuntamente a partir de suas próprias realidades e experiências cotidianas. Nessa perspectiva, é crescente a admiração por essas mulheres/mães, bem como a responsabilidade de continuar neste caminho, contribuindo com a construção de conhecimento conjunto e comprometido com a transformação da realidade. (Relato de Valéria de Oliveira)

O MOVIMENTO INDEPENDENTE MÃES DE MAIO

Em 2006 após os ataques protagonizados por agentes da segurança pública que ocorreram entre os dias 12 e 20 de maio em todo o estado de São Paulo causando a morte de mais de 500 jovens civis, teve início as ações do Movimento Independente Mães de Maio na cidade de Santos, região metropolitana da Baixada Santista/São Paulo.

Este movimento iniciado por seis mulheres/mães que tiveram seus filhos e filhas assassinados/as naqueles dias de terror passaram a buscar respostas pelos ataques que resultaram na morte de seus filhos/as. Essas mulheres/mães começaram a luta na dor do luto que neste ano de 2023 contabiliza mais de uma década, completando dezessete anos da falta de responsabilização do Estado pelos crimes que parou o estado naqueles dias sombrios.

Nos anos seguintes aos ataques ocorridos naquele período as mulheres/mães que integravam o Movimento intensificaram suas ações construindo estratégias de articulação e acolhimento de outras mulheres/mães que continuaram chegando após ataques ocorridos nos anos seguintes, participando de vários espaços contando suas histórias na tentativa de preservar a memória de seus filhos brutalmente retirados de seu convívio e assim cobrar respostas do Estado executor das ações autoritárias de extermínio daqueles jovens.

De acordo com o relato da coordenadora e uma das fundadoras do Movimento, entre as ações e estratégias desenvolvidas chegaram até a Unifesp por meio de um convite, dando início a uma relação de troca e de construção conjunta.

A aproximação do PET com as Mães de Maio para nós foi muito significativa, até porque nós tínhamos esperança de ter um espaço de discussão, de acolhimento para nós fazermos nossas reuniões dentro de um espaço na Unifesp. [...] Foi pela aproximação desse PET na figura da Aline – aluna do curso de serviço social – que na época fazia parte do grupo de alunos que atuavam nessa extensão universitária. Naquele momento foi muito difícil para ela chegar até nós, porque nós tínhamos uma agenda muito intensa. Mesmo assim, quando esse convívio se concretizou trazendo humanização ao movimento, nós começamos a construir junto com os estudantes o que era direitos humanos e o que era o movimento. [...] Naquele momento foi grande o reconhecimento do movimento dentro da universidade, não foi fácil, foi uma luta árdua, mas foi a partir daí que nós iniciamos vários trabalhos em conjunto. Construimos várias formações em direitos humanos e esse percurso trouxe um resultado muito positivo para nós, no sentido do desenvolvimento humano, porque estar à frente de um movimento que não tinha apoio de uma universidade e o governo não dava para nós a oportunidade de mostrar o outro lado da história, que precisava ser contada. **(Relato de Débora Maria da Silva)**

Cabe ressaltar que os “Crimes de Maio”, por meio das articulações do Movimento, foram denunciados em diversas instâncias, nacionais e internacionais. E, apesar de ser reiteradamente recomendado por organismos internacionais que o Brasil tome medidas cabíveis e concretas para o enfrentamento do racismo e a violência estatal, a letalidade, a tortura policial e os desaparecimentos forçados seguem ocorrendo como prática rotineira em todo o território brasileiro, provavelmente como efeito da ausência de responsabilização e reparação pelo que ocorreu em maio de 2006.

Dentre as inúmeras ações que foram desenvolvidas pelas mulheres/mães estão a publicação de livros contando suas histórias, as entrevistas em contribuição aos trabalhos de conclusão de curso de várias áreas do conhecimento, a participação em debates e palestras sobre inúmeros temas, as formações na perspectiva de defesa dos direitos humanos com alunas/os de

vários cursos em universidades diversas. Além disso, promoveram eventos, elaboraram artigos, contribuíram na produção de vídeos e campanhas, avançando e passando a contribuir com a produção de conhecimento.

Mas nós avançamos, com certeza, provocando a academia sempre que possível, até que viemos a aceitar a indicação da Unifesp junto com o CAAF, que já existia, interlaçando uma proposta de desenvolver o trabalho, dessa belíssima pesquisa dos crimes de maio de 2006, a qual nós participamos juntos, buscando coletar os endereços de familiares das vítimas que era uma das coisas que almejávamos, porque o movimento não dispunha de todos os contatos. Através dessa pesquisa fomos indicadas como pesquisadoras ou como produtoras de conhecimento popular, pois só foi possível a pesquisa ser realizada com um resultado tão gratificante, porque a união dos saberes entre universidade e movimentos sociais é o caminho para o desenvolvimento humano. (Relato de Débora Maria da Silva)

Para além da aproximação entre o Movimento Independente Mães de Maio e a Unifesp construindo ações e produzindo conhecimento conjunto, potencializando as denúncias nas diversas instâncias contra o extermínio dos jovens nas periferias de todo o país, essa articulação está presente no acolhimento de outras mulheres/mães que acontece desde o ano de 2017 a partir da organização de encontros regionais, nacionais e internacionais das mães e familiares de vítimas da violência de Estado.

2.4 “NÓS POR NÓS”: MULHERES/MÃES DE VÍTIMAS E PESQUISADORAS SOCIAIS.

A aproximação do Movimento Independente Mães de Maio com o grupo de pesquisa do CAAF/ Unifesp deu início a esta proposta de pesquisa como desdobramento do processo de pesquisa-ação realizado anteriormente, que segundo Thiollent (1985) não se limita a uma relação pesquisador/pesquisado. A pesquisa-ação considera construir significados e soluções coletivas para os problemas a serem observados a partir dos investigados, das ações e do contexto. Assim sendo, esta atuação conjunta evidenciou a necessidade de aprofundar a discussão, em uma perspectiva dialética, sobre o sofrimento, o adoecimento, a luta e a resistência das mulheres/mães em decorrência da violência de Estado.

O processo metodológico e o resultado da pesquisa-ação apontaram que o impacto da dor pela perda violenta de um ente querido, tem desenvolvido uma espécie de esquecimento dos afetos que, somada às condições – social, de gênero, étnico-racial, territorial – dessas mulheres/mães resulta no silenciamento do sofrimento e, conseqüentemente, no desenvolvimento de doenças físicas e mentais graves.

Nesse sentido, de modo a continuar o caminho traçado a partir de uma experiência de diálogo e reconstrução de narrativas para a construção de conhecimento sobre a violência de Estado é que se deu o processo de articulação de uma pesquisa sobre o que é o sofrimento causado pela dor da perda, como ocorre o processo de adoecimento e qual a forma que tem ocorrido o enfrentamento dessas questões presentes no cotidiano das mulheres/mães, considerando a relação dialética entre violência estrutural, violência de Estado e a inserção na luta social.

Assim, foi nesse processo de articulação que essa pesquisa foi concebida, tendo como parceria uma docente da Escola de Governo da Universidade de Harvard, uma docente da Universidade Federal de São Paulo, duas pesquisadoras e uma pesquisadora social do CAAF/ UNIFESP e as mães de vítimas da violência de Estado de outros estados brasileiros atuando como pesquisadoras sociais. Por pesquisadoras sociais definimos como a pessoa possuidora de notório e genuíno saber pela vivência, ou seja, que detém um conhecimento legítimo e peculiar, adquirido a partir de suas experiências na realidade social, enquanto dinâmica própria da vida individual e coletiva.

Nesse processo, é importante destacar o relato a seguir, que demonstra a potência de articulação do movimento social:

Eu conheci a Débora em 2016, e a partir daquele momento ela fez uma série de provocações que influenciaram muito na visão do meu papel como pesquisadora e docente atuando na área da violência policial, sempre insistindo na importância da inserção das mães de vítimas de violência de Estado no âmbito universitário. Débora foi muito acertada no seu argumento que as universidades (especialmente as universidades situadas no Norte Global) têm uma obrigação enquanto instituições de formação de futuros profissionais, de criar espaços institucionais para as comunidades racializadas, empobrecidas e injustiçadas.

Nossa primeira experiência de construção conjunta começou por uma proposta feita por Débora de unir mães de vítimas de diversos países. Através de um edital da Universidade de Chicago (onde eu era docente naquele momento) obtivemos financiamento para realizar três encontros internacionais com mães de vítimas de violência estatal do Brasil, a Colômbia e os Estados Unidos; o projeto chamado "O Luto Como Resistência" realizou-se em parceria com o Centro de Estudos Afrodiaspóricos da Universidade Icesi de Cali, Colômbia. Os primeiros encontros foram em Chicago (2017) e em Cali (2018), enquanto o terceiro encontro aconteceu no marco do Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos (LASA) em Boston no ano 2019, onde as mães lideraram um workshop. O quarto encontro, programado para junho de 2020 em São Paulo, foi cancelado por causa da pandemia da COVID-19.

No contexto da pandemia, a Débora retomou uma preocupação que tínhamos conversado durante vários anos, o adoecimento de mães de vítimas de violência de Estado, um processo que tinha piorado por causa da pandemia. Após entrar no corpo docente da universidade de Harvard, surgiu um edital para pesquisas colaborativas com

instituições brasileiras. Aproveitamos aquele edital para abordar a problemática do adoecimento, elaborando um projeto de pesquisa em colaboração com o Movimento Mães de Maio e pesquisadoras da Unifesp. Pensamos o edital como uma oportunidade de concretizar um modelo de pesquisa que colocasse as mães de vítimas de violência estatal no papel de pesquisadora – ao contrário de tantas experiências anteriores nas quais elas foram vistas apenas como objeto de estudo. Em primeiro lugar, isso implicou o reconhecimento do papel central das mães na produção do conhecimento, através de um plano de trabalho onde cada fase da pesquisa – incluindo a definição das pautas principais, a leitura do material teórico, a elaboração da metodologia da pesquisa, a seleção de participantes, e a análise de dados – seria realizada de maneira conjunta e horizontal. Em segundo lugar, isso exigia uma remuneração significativa como reconhecimento institucional do tempo e esforço dedicado à pesquisa por parte das mães. Portanto, a maior parte do orçamento do projeto foi composta por bolsas mensais para cada mãe-pesquisadoras (e duas pesquisadoras da Unifesp) durante um ano, além da remuneração das mães entrevistadas. Outro edital de Harvard vai possibilitar a viagem de todas as integrantes da equipe aos Estados Unidos para o lançamento do relatório da pesquisa na Universidade de Harvard. Esses elementos da pesquisa foram importantes para consolidar o nosso modelo de pesquisa participativa e o reconhecimento institucional das mães como pesquisadoras sociais. **(Relato de Yanilda González)**

Ressaltamos que em relação às mulheres/mães dos outros estados que integraram a equipe de pesquisa, o convite/indicação partiu da mãe de referência Débora Maria da Silva que coordena as ações do Movimento Independente Mães de Maio, também articulando a parceria entre as docentes das universidades para desenvolver este projeto de pesquisa. As mulheres/mães que foram convidadas a construir esta proposta enquanto pesquisadoras sociais são referência nos territórios que atuam.

- Débora Maria da Silva é mãe de referência do Movimento Independente Mães de Maio, de São Paulo, que atua desde o ano de 2006 em ações de denúncia, lutando pela responsabilização do Estado pela morte de seu filho Edson Rogério, acolhendo as demandas de outras mães que perderam seus filhos e filhas para a violência de Estado;

- Edna Carla Souza Cavalcante é mãe de referência do Movimento Mães da Periferia em Fortaleza/CE. Edna teve seu filho Álef Souza Cavalcante assassinado por agentes da segurança pública do Estado do Ceará em novembro do ano de 2015 em uma chacina conhecida como "Chacina do Curió". Desde então vem desenvolvendo ações de acolhimento, denúncia e luta por justiça pelo seu filho e de outras dez mães que tiveram seus filhos vitimados na ação da polícia militar;

- Nívia Raposo é mãe de referência do Movimento de Mães da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. Desenvolve ações de denúncia desde que teve seu filho Rodrigo Tavares assassinado pela milícia⁶⁹ em outubro do ano de 2015.

- Rute Fiuza é mãe de referência do Movimento Mães do Nordeste na Bahia. Atua na cidade de Salvador desde que seu filho Davi Fiúza foi considerado desaparecido após uma intervenção realizada por agentes da polícia militar da Bahia. Desde então busca por justiça e responsabilização do Estado pelo desaparecimento de seu filho.

⁶⁹ A milícia é um poder paralelo, que não integra as forças armadas ou de polícia de um país, composta por militares, paramilitares ou civis armados. De acordo com a Anistia Internacional, as milícias utilizam da força para extorquir a população em determinados territórios urbanos ao redor do mundo. No Brasil é prática comum: "A milícia domina os territórios quase sempre com a arma e o distintivo do Estado, mas se sustenta com uma ramificação de atividades econômicas: cobram taxa de segurança, pirateiam sinal de TV fechada, agenciam o transporte alternativo e, em certos casos, obrigam trabalhadores a consumir água e alimentos fornecidos pelas quadrilhas" - Fonte: <https://anistia.org.br/informe/marielle-uma-historia-que-eles-nao-conseguiram-interromper/>.

A ADOÇÃO METODOLÓGICA NESTA PESQUISA

O referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa foi a concepção freiriana de educação popular – que parte da realidade dos sujeitos envolvidos no processo, onde uns aprendem com os outros e todos entre si, por meio do diálogo –, promovendo ações que possibilitem evidenciar sua visão de mundo através de práticas diversas, visando suscitar reflexões coletivas sobre as questões que envolvem a realidade concreta, que possam contribuir com a construção conjunta a partir da práxis (ação-reflexão-ação), para o alcance da autonomia e de transformação pessoal e social.

Tal concepção, possibilitou a construção conjunta de saberes na perspectiva da pesquisa-ação, priorizando as vozes das pesquisadoras sociais desde a estruturação inicial do projeto, permitindo que assumissem o protagonismo na definição da agenda das reuniões de equipe realizadas quinzenalmente, na sugestão de textos para leitura e discussão, que identificassem perguntas e demais aspectos relativos ao estudo. A reflexão de uma integrante da equipe aborda o nosso processo de construção coletiva:

Eu fiquei mais surpresa ainda quando a gente começou a levar na verdade as pautas. Porque aí a gente não estava sendo direcionadas, a gente estava construindo junto, fazendo uma construção coletiva do que a gente queria, sobre o que é que a gente queria falar, quais as perguntas? qual o caminho que a gente podia seguir? Qual a metodologia? (Relato de Nívia Raposo)

Na primeira etapa foram realizadas reuniões de planejamento e organização das agendas no formato de rodas de conversa por meio virtual. O primeiro trimestre, as reuniões foram baseadas na revisão do projeto que serviram como espaço essencial para desenvolver conjuntamente as perguntas e os objetivos da pesquisa, bem como as estruturas teóricas que orientaram nossa investigação incluindo obras de Paulo Freire, Lélia González, Sílvio Almeida, Frantz Fanon e Djamila Ribeiro.

Nos encontros da equipe de pesquisa foram definidos os critérios para orientar a seleção das mulheres/mães que seriam convidadas a participarem da pesquisa – 5 mulheres/mães de cada estado. Finalizado o projeto,

passamos para a fase de cadastramento das mães pesquisadoras sociais na Plataforma CNPQ Lattes e Plataforma Brasil, critérios necessários para submissão do projeto ao Comitê de Ética da Unifesp.

Os encontros subsequentes se concentraram no compartilhamento de experiências pelas mães pesquisadoras sociais que refletiam os temas identificados nos textos teóricos discutidos nos meses anteriores. Essas rodas de conversa auxiliaram na identificação das principais evidências relacionadas às perguntas que o projeto de pesquisa buscava responder, no que diz respeito (1) ao adoecimento vivenciado pelas mulheres/mães após a perda de seu filho pelas mãos do Estado, às sequelas de doenças físicas, psicológicas e emocionais que compõem o pós-luto, o que poderíamos chamar de “vidas posteriores” do luto e do trauma induzido pelo Estado; (2) a perda de autonomia e resistência em relação às autoridades do Estado em sua busca por justiça; e (3) as desigualdades de poder em relação a outras instituições sociais – inclusive organizações acadêmicas e da sociedade civil – as quais deveriam reforçar a dignidade das mães no processo de luto.

A segunda etapa consistiu em implementar os critérios de seleção das mulheres/mães participantes da pesquisa, ficando a cargo da mãe pesquisadora social fazer o convite nos respectivos estados. Foram agendadas as datas para coletar as narrativas das mulheres/mães que são construídas a partir da memória e do diálogo, pois segundo Souza (2006), a narrativa é compreendida como um elemento representativo da construção e significado das vivências pessoais e sociais, gerando modos de compreender experiências e sentidos coletivos. O intuito é identificar como são refletidos fatos que ocorreram e ocorrem, expressando os aspectos sociais e culturais no modo de existir, agir e de pensar dos sujeitos.

A equipe de pesquisa definiu que nos dias agendados individualmente com as mulheres/mães participantes, a mãe pesquisadora social teria como apoio o acompanhamento de uma das pesquisadoras do CAAF, sendo divididos em duas regiões. Uma das pesquisadoras acompanhou as mães pesquisadoras sociais de São Paulo e Rio de Janeiro e a outra acompanhou as mães pesquisadoras da Bahia e Ceará.

Esses encontros para coleta das entrevistas/narrativas, caracterizados como trabalho de campo, ocorreram por meio virtual e seguiram o roteiro de questões que foi estruturado com o objetivo de elencar informações essenciais para responder as questões motivadoras da pesquisa, portanto, levantou dados sobre a trajetória de vida das mulheres/mães, os sentimentos e consequências decorrentes da morte dos filhos/as e as alternativas encontradas para (sobre)viver após a perda de seus filhos/as.

O trabalho consistiu em disponibilizar uma sala de reuniões através da Plataforma Google Meet onde os diálogos e relatos entre as mães foram gravados em vídeo, sendo arquivadas sob sigilo. As mães participantes foram reembolsadas pela participação por meio de diárias tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unifesp. As gravações foram transcritas para posterior análise de conteúdo qualitativo. Após a revisão dos relatos houve um processo de devolutiva, ou seja, a transcrição foi apresentada e discutida com cada participante para garantir que o diálogo estivesse de acordo, correspondendo com a gravação. A importância do processo das devolutivas para as mães entrevistadas foi apontado por uma das mães-pesquisadoras da equipe:

Elas gostaram porque o que elas falaram realmente estava ali, não foi uma coisa que elas falaram e botaram outras palavras, como se outra pessoa "costurasse" o que ela disse. Não, a fala dela ficou igual, quer dizer que o protagonismo foi da própria mãe. Então que ela teve o direito da fala dela ser garantida, sem ter visto superada a sua fala, sem ser acrescentada... não, foi a própria fala de uma mãe da periferia que teve a sua dor e que contou. Como é sua dor sem ter esse negócio de arroteios, ninguém diz assim, 'vamos enfeitar aqui porque vamos falar na parte teórica.' Não, não foi na parte teórica, foi na parte da verdade. (Relato de Edna Cavalcante)

Além das coletas de narrativas individuais com as mulheres/mães participantes, foram realizadas rodas de diálogo ou círculos de cultura, conforme a concepção teórico-metodológica propostas pela Educação Popular a partir de Freire (2017), compreendidos como um espaço de ensino-aprendizagem, em que se faz uso da palavra ou do modo de se expressar, para intervir e vivenciar ações coletivas, (re)significando práticas e concepções por meio do diálogo e das relações afetivas, respeitosas e horizontais.

Além disso, os Círculos de Cultura apontam para uma concepção de ser humano e de educação em que “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais” (FREIRE, 1994, p. 61), nesse sentido, princípios como estar em comu-

nhão, convivência, comprometimento, colaboração, corresponsabilidade e solidariedade são valores que estruturam duas essências do processo educativo: a dialogicidade e a reciprocidade presentes nas relações entre as mulheres/mães.

Neste estudo, foram realizados três círculos de cultura pelo modo virtual através de sala na Plataforma Google Meet. O primeiro contou com a participação das pesquisadoras sociais e das mulheres/mães dos estados do Rio de Janeiro e Bahia. Seguindo o mesmo formato, o segundo foi feito com os estados de São Paulo e Ceará. O terceiro contou com o grupo geral dos quatro estados e a equipe de pesquisa.

Esses encontros foram permeados por trocas de experiências entre as participantes, por reflexões acerca da violência policial que assola as comunidades periféricas das cidades. Contudo, foi imprescindível estar em um espaço de escuta e vínculos semelhantes no sentido de compreender onde reside questões que levam ao adoecimento.

2.5 O NOTÓRIO SABER E O ESTUDO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

A vivência dos efeitos da violência estatal – incluindo a experiência trágica e injusta da perda do filho, o enfrentamento às instituições do estado na busca da verdade e a justiça – como também a militância nos movimentos sociais de direitos humanos, constituem uma espécie de notório saber que é fundamental para o estudo das causas e consequências da violência de Estado.

[...] é necessário que a gente traga para o conjunto da universidade esse reconhecimento das pesquisadoras sociais como pesquisadoras que têm um saber que é notório, que é genuíno, que a universidade não consegue produzir esse conhecimento se não for com as mães e a outra é que ainda falta muito para a incorporação desse conhecimento na ação concreta das políticas públicas, então, acho que esse é o aspecto negativo, mas enquanto perspectiva de futuro, acredito que a gente tem condições de avançar nessa compreensão de trazer o reconhecimento das mães pesquisadoras, fazer com que essa metodologia seja reconhecida e usufruída, reconhecendo a origem e quem produziu essa metodologia que é bem importante, como também a implementação de políticas públicas que traga esses saberes como elemento essencial para sua formulação e execução. (Relato de Raiane Assumpção)

Principalmente quando fala da dor que você sente, outras mães sentem aquela partilha, aquele compartilhamento. Aquela partilha ao mesmo tempo é uma segurando a mão da outra... Ela se sentirá acolhida porque ela sabe que a história dela não vai virar apenas um conteúdo para as fábulas de uma professora, porque se uma professora não passa por aquela dor, é fábula para ela. É realidade para a mãe, mas para a professora que não passa, é fábula. Então ela sabe que a história dela não foi fábula de nenhuma acadêmica, mas sim foi uma história contada por outra mãe, ela foi entrevistada por outra mãe que sentiu a mesma consequência que ela sentiu. Então ela se sentirá acolhida porque

naquele momento ela sabe que uma pessoa estava dando a voz a ela, estava dando o espaço para ela falar, para você pesquisar e ela também se sentir acolhida. **(Relato de Edna Cavalcante)**

Nós resolvemos fazer o que era o sonho da gente, ir atrás das famílias e estar junto com a equipe, fazendo trabalho de base, para poder trazer 99% da veracidade dessa pesquisa, contando a verdadeira a história dos crimes de Maio. Então para nós foi fundamental andar nas periferias nas favelas, se deparando com todos os riscos perigosos que poderiam acontecer. E também é ter um desdobramento mais favorável para nós como movimento, como mãe, de que se os próprios estudantes fossem sozinhos. Porque o movimento ganhava confiança para fazer essa pesquisa mais robusta... A gente já é acostumada a fazer essas rodas de troca, dali sai muitas coisas que elas não tem coragem de falar para ninguém, só para nós mesmo. Então por isso é muito importante o fato de essa pesquisa ser de mãe por mãe. Porque tudo que ela já falou, a gente já sabe de tudo que ela falou porque a gente faz as trocas nas rodas. E muitas vezes ela não fala quando tem pessoas de fora. **(Relato de Débora Maria da Silva)**

Se não tivesse uma mãe, porque elas têm muita coisa do outro, né? Para ela falar assim, aí esse povo da academia, esse povo quer fazer seus projetos em cima da gente. As mães são inteligentes, elas sabem das coisas. E falam assim, como é que eu vou dar entrevista para uma mulher que nunca perdeu o filho, uma mulher branca, uma mulher que deve ser classe alta, eu entendi o lado delas porque eu também senti isso. E comigo aí elas ficaram confortáveis, né? **(Relato de Rute Fiuza)**

Eu, ao entrevistar uma mãe, é me ver falando também. É como se eu estivesse vendo meu reflexo, então eu sei exatamente o que elas estão passando, eu sei exatamente o que elas estão vivendo. Eu sei como é a vida daquela mulher sofrida. Essas pessoas são pessoas que eu faço parte

da vida delas, não é só da militância, é para além disso. É eu estar nos aniversários dela, estar acompanhando o jogo de futebol, estar lá enchendo a cara xingando o juiz, sabe? Bebendo com elas, é eu estar fazendo parte do dia a dia dos filhos. Porque ali não é só ela, é toda uma família... Então eu sabia a realidade daquelas pessoas, é saber o que ela está falando, saber o que ela está sentindo. E eu sei que o que eu perguntar elas vão responder porque elas confiam plenamente em mim. (Relato de Nivia Raposo)

Como já dito, consideramos que as mulheres/mães pesquisadoras sociais possuem um saber notório a partir da luta pela justiça e da experiência cotidiana. Desse modo torna-se possível reconhecer o valor desse saber, posto que, não se origina nas instituições acadêmicas, contudo, conforme demonstrado em seus relatos, pode-se afirmar que estes saberes se complementam com os saberes acadêmicos, produzindo novos conhecimentos.

As experiências que possuem vêm demonstrar o conhecimento profundo e relevante que adquiriram como forma de resistência. Estes saberes são fontes de inspiração e de diálogo para o saber acadêmico, que pode se beneficiar das diferentes perspectivas e experiências que são oferecidas.

O diálogo entre esses saberes – o acadêmico e o saber adquirido pela experiência – tem potencialidade para uma construção conjunta que contribua para o desenvolvimento científico, cultural e social, bem como desenvolver possibilidades de criar respostas que transformem a realidade.

Nos capítulos a seguir é apresentada a análise da relação identificada entre a violência de Estado e os processos de adoecimento que vivem as mães e famílias das vítimas dessa violência. Como fora apontado previamente, as narrativas das mães e familiares das vítimas demonstram que a morte da vítima é apenas o começo de um processo de trauma, sofrimento e adoecimento que é reproduzido pelos processos posteriores relacionados à busca de informação sobre o caso e a luta por justiça pela vítima. A dolorosa contradição desse processo foi sintetizado por uma das mães entrevistadas:

[...] conheço muitas mães que teve o único filho por problemas, dificuldades, e resolveram ficar nesse filho só. E esse único filho foi assassinado

pela polícia e [a mãe] hoje adoecida, sozinha, nem o filho e nem a saúde. (M., Bahia)

A análise apresentada nos próximos capítulos revelam a responsabilidade do Estado por ter causado esse adoecimento, através de uma sequência de criminalização da vítima, humilhação das famílias, descaso nas investigações e o arquivamento da grande maioria dos casos. Como indica a narrativa de uma mãe de vítima de São Paulo, há uma linha direta entre a atuação (e omissão) do Estado, e os transtornos para a saúde física e mental das mães e das famílias:

A mãe é morta todos os dias porque não tem respostas do Estado. São 7 anos; 7 anos que espero alguma audiência e até hoje nenhuma audiência teve. Tem mães que nunca tiveram audiência e quando a mãe fica sabendo foi pra gaveta, é arquivado o caso. É onde aquela mãe morre outra vez. Aquela mãe já estava morta, ali, na hora do arquivamento pode enterrar aquela mãe. (MC., São Paulo)



**O ADOECIMENTO
COMO
RESULTADO
DO TRAUMA
DECORRENTE
DA VIOLÊNCIA
DE ESTADO**

PARTE III

3.1 O MODUS OPERANDI DA VIOLÊNCIA DE ESTADO DESDE A PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS

Na introdução deste relatório detalhamos as práticas institucionais que constituem o modus operandi da violência de Estado e sua incompatibilidade com as expectativas de um Estado democrático de direito. Essa incompatibilidade foi expressa por uma das mães entrevistadas, apontando uma das maiores contradições entre as garantias da cidadania democrática e a atuação do braço armado do Estado contra uma parcela da cidadania:

Ele era um filho amado, meu primogênito que fiz de tudo para cuidar, proteger, e saber que pessoas ruins que existem no mundo, a polícia, não sei, pessoas que a gente acredita que é pra proteger, tirar a vida de jovens e simplesmente desaparece. (C., Bahia)

Como já foi descrito na introdução, uma das tendências na atuação do Estado perante a violência policial incessante é a estratégia do negacionismo. O negacionismo oficial se manifesta em diversas formas, desde a defesa da atuação policial e a criminalização da vítima, até a caracterização dos casos mais indignantes como casos isolados e não como práticas sistemáticas. Esse diálogo entre uma das pesquisadoras sociais e uma mãe de vítima que foi entrevistada para a atual pesquisa identifica e invalida várias das estratégias do negacionismo:

"Nivia: Procurando a responsabilização do Estado por esses crimes e na verdade o Estado individualiza a luta, finge que não tem culpa dizendo que foi um pequeno grupo de insubordinados, mas o Estado mesmo não assume.

S., Rio de Janeiro: Tem caso aí que eles querem culpar a própria pessoa. Eu fico indignada, mas como culpar a própria pessoa,



2013
11
MAI

ONDE
ESTA
JEAN



como se ela fosse pedir pra matarem ele.

Nivia: Como se a pessoa estivesse no lugar errado e na hora errada.

S.: Como lugar errado e na hora errada, quem agiu errado, ele?

Nivia: É verdade, porque tem crianças sendo mortas no caminho da escola, crianças que nem chegaram a nascer porque estão dentro da barriga da mãe.”

As narrativas das mães e familiares analisadas neste capítulo trazem elementos importantes para contrapor as estratégias negacionistas (afirmando se tratar de casos pontuais), permitindo identificar padrões na atuação de várias instituições do Estado.

“ELE É POLÍCIA, ERA POLÍCIA TIA”: QUANDO O BRAÇO ARMADO DO ESTADO AGE COMO GRUPO DE EXTERMÍNIO

Conforme demonstram as narrativas das mães, as forças policiais nos quatro estados, em muitas ocasiões, se assemelham mais a grupos de extermínio do que a agentes da lei.

Uma mãe da Bahia, cujo filho foi vítima de desaparecimento forçado, relatou como foi o desaparecimento do filho:

[...]quando ele foi para abrir o portão, saiu esses homens de dentro do carro, fortemente armados, com rosto coberto. E quando saiu já foi com aquela arma em punho, e ele se apavorou, não conseguiu nem mais abrir o portão. Saiu correndo e eles atrás atirando e a vizinhança toda pedindo, 'o que é isso, ele não é ladrão, não é marginal, deixe ele,' e eles atrás. Como as pessoas que viu que presenciou, porque eu tava trabalhando, dizem que ali foi polícia com os carros descaracterizados. Em seguida esses homens com esse carro e encapuzados, chegou, pegou ele pelo braço. Teve uma senhora,

ela não me conhecia, mas ela falou, 'oxente para onde vão levar esse menino?' Simplesmente não deram a mínima, diz que pegaram ele, amarraram o braço, botaram algema, alguma coisa no braço dele e jogaram ele na mala do carro, e até a data de hoje, a gente não sabe de nada. (Mm., Bahia)

O relato de outra mãe de vítima, do Estado de São Paulo, evidencia como essa atuação constitui uma prática sistemática, descrevendo como os agentes policiais que mataram seu filho atuaram como grupo de extermínio:

A., São Paulo: A gente sabia que tinha um grupo que estava matando os jovens na Tiradentes, era isso que a gente sabia – fiz até uma reportagem para a Record.

Débora: Tinha um grupo, mas eles não sabiam identificar se esse grupo era de policiais?

A.: Eles não sabiam... mas, os meninos que estavam com o meu filho falaram, "tia, não era assalto. Os caras não falavam em gíria, tinham mais ou menos uns 40 anos e a forma dele posicionar a arma... ele é polícia, era polícia tia". Tanto é que os outros meninos da mesma turma que foram mortos, foram mortos nos horários. O meu filho foi morto às 08 horas da noite. Os meninos que foram mortos da mesma turma, foram mortos entre 08 e 10 horas da noite. Foram em torno de uns 10 meninos e que estão sendo investigados, que eu puxei e depois o DHPP também puxou, só que aí eles viram que essa matança vem de 2019, da mesma forma.

A frequência de chacinas protagonizadas por policiais é uma tendência nos quatro estados, como foi demonstrado no primeiro capítulo. O caso de uma das familiares entrevistada evidencia que as chacinas policiais vêm acontecendo há muitos anos. A irmã de uma das vítimas da Chacina da Baixada Fluminense em 2005, onde 29 pessoas foram mortas por policiais no transcurso de uma noite só, contou sobre o assassinato do irmão por um grupo de extermínio integrado por policiais:

Corri no local e já encontrei ele sem vida, com um tiro no rosto... Aí chegou a reportagem "calma, calma foi uma chacina que aconteceu, veio desde Nova Iguaçu acontecendo essa chacina, então ele é uma das vítimas dessa chacina. Já foram vinte e poucas pessoas mortas entre Nova Iguaçu e Queimados, então calma." Eu saí na reportagem de roupa de dormir, descabelada. Aí, quando amanheceu, acho que pegaram o corpo do meu (irmão) cinco horas da manhã, seis e pouco... Preciso de 29 vítimas em uma só noite pra ter a condenação deles. Eu fico estarelecida! Às vezes eu me pergunto, o Renato não está aqui por causa desses covardes. Um rapaz novo, com tantos sonhos, tanta coisa pra viver. O rapaz era noivo, amava a mulher, estava construindo a casa pra casar e tiraram os sonhos deles. (S., Rio de Janeiro)

Outra dimensão do abuso da autoridade do Estado por parte dos policiais que foi evidenciada nas narrativas de várias mães foi a usurpação do monopólio da violência legítima por parte de policiais que praticaram homicídios, para intimidar as famílias das vítimas. Várias mães relataram abordagens, invasões de domicílio e outras ameaças por parte de policiais, as quais elas entenderam como represálias.

[...]a casa da minha mãe foi invadida várias vezes pela polícia, quiseram levar a minha mãe como traficante, meu sobrinho foi agredido, então, assim, mudou a minha vida. (T., Ceará)

Eu sigo com bastante medo e tem acontecido umas coisas aqui, que as polícias estão descendo aqui, entraram na casa de minha filha, chegaram até a minha varanda... A mais velha é medrosa, não mostra a cara, tem medo. A polícia entrou na casa dela... Eu achei isso aí um confronto, uma coação, porque assim, ele entrou lá e viu o quadro, tem uma foto do meu filho, ele viu, ele entrou lá não só a primeira vez e viu a foto, porque ele entrou depois de novo e fez a mesma coisa, por isso eu achei um tipo de ameaça, para mostrar que eles estão de volta, foi isso que eu achei. (S., Bahia)

No caso da última mãe citada, ela também relatou outra experiência de coação contra a comunidade após um ato de protesto contra as mortes na Chacina da Gamboa:

[...]três dias depois eles desceram aqui na Gamboa, deram tiro para cima e falaram assim: "Vai fazer o seu protesto e se a gente tiver que matar a gente mata mesmo", eu achei, como é o nome que fala, está aqui na minha boca, me esqueci, eu achei que foi uma ameaça... O secretário [de Segurança] falou que eles não poderiam fazer nada para afastar.. Aí perguntei para eles, "já que vocês não tinham esse poder de afastar os policiais, mas tinha esse poder de fazer mãe chorar." (S., Bahia)

Essas ameaças têm um efeito dissuasivo, pois várias mães relataram uma sensação de medo generalizado nas suas comunidades, levando muitas testemunhas a se calar e a não contribuir no esclarecimento dos casos:

[A advogada que ia acompanhar o caso] disse que isso aí tudo ela vai correr atrás, tanto que ela conversou comigo para eu arrumar umas testemunhas, só que aqui o pessoal tem muito medo... aí outra pessoa que eu fui conversar, vizinha lá dela, viu o dia que [meu filho] saiu, que de repente soube da morte dele, ela me disse a mesma coisa, "se fosse um caso que outra pessoa tivesse matado, eu ia com todo prazer, mas é polícia a gente tem medo, a gente tem muito medo". (Ma., Ceará)

Porque é uma comunidade tomada por milícias covardes que fazem coisas com familiares, oprimindo, sem a gente poder falar, gritar, falar o que aconteceu realmente. Saíram várias famílias daqui que perderam os filhos por medo. (E., Rio de Janeiro)



A CRIMINALIZAÇÃO DA VÍTIMA PARA ABSOLVER O ESTADO

Observamos como a polícia, outras entidades do Estado e a própria sociedade civil criminalizam a vítima com a finalidade de buscar um motivo posterior para justificar a morte. No Ceará, no caso de um menino de 13 anos que foi assassinado pela polícia em 2020 enquanto estava dormindo, a mãe denunciou a criminalização de seu filho: “a polícia dizer que o meu filho estava armado é mentira! É mentira porque os peritos confirmaram que o meu filho estava dormindo” (L., Ceará).

Outra mãe do Rio de Janeiro contou que outras instituições também participam do processo de criminalização da vítima:

Quando chegou no IML foi a mesma coisa que estar na delegacia. Perguntou como ele era dentro de casa, se ele era agressivo, se ele me batia, se ele usava droga, se ele se envolvia... foi uma audiência tipo quando uma pessoa é presa, era um juiz e uma mãe réu por ter um filho negro, ter tatuagem, estar sem documento, foi levado como bandido. (E., Rio de Janeiro)

Em todos os estados as mães entrevistadas apresentam realidades que demonstram que o processo de estigmatização e criminalização da vítima também é reproduzido pela mídia e pela própria sociedade, sendo resultado da desigualdade social. Como relatou uma mãe da Bahia:

Eles mereceram morrer segundo o Estado porque eram envolvidos e as vezes eu tive que ouvir isso das pessoas, “morreu, estava envolvido não tava?”, digo sim, “mereceu morrer, tinha que morrer”... são essas e outras coisas que nós passamos, a gente não tem dignidade, não tem direito nem a ter os nossos filhos. E ainda a mídia prega que somos mulheres de úteros podres que botamos no mundo filhos marginais. Qual é a mãe em sã consciência que deseja um filho a margem da sociedade, um filho usuário de droga largado que não é igual o filho do rico, que tem direito a clínicas, tem direito a tudo. Porque

eles também são drogados, só que eles deitam em lençóis macios, eles frequentam as universidades, eles têm clínica particular. Eles têm uma babá para cuidar, e a gente larga nossos filhos à mercê de qualquer coisa para poder ir trabalhar. (M., Bahia)

“NÃO FOI FEITO NADA, NADA FOI RESOLVIDO”: AS FALHAS SISTEMÁTICAS NAS INVESTIGAÇÕES DOS CASOS

Não é novidade que a violência policial no Brasil é caracterizada pela impunidade (González e Silva 2024, 16), tendo como resultado o arquivamento da grande maioria dos casos. Porém, as narrativas das mães cumprem um papel fundamental para compreensão desse fato recorrente, demonstrando como e porque os processos investigativos pouco produzem de responsabilização dos perpetradores.

Em todos os estados as mães relataram experiências de investigações prolongadas e sem resultado. Duas mães de vítimas da Bahia expressaram sua frustração com a demora. Uma mãe disse, *“Fomos no Ministério Público e nada foi feito, até hoje, 10 anos”* (L. Bahia), enquanto a outra mãe descreveu a sensação de desgaste perante a falta de resposta sobre o caso do filho desaparecido: *“eu busquei muitas informações lá em Salvador, muito tempo atrás no Ministério Público, delegacia, Polícia Civil, mas é tão desgastante, tão cansativo que não foi feito nada, nada foi resolvido”* (C., Bahia).

As narrativas das mães dos estados do Ceará e o Rio de Janeiro também demonstram como outras instituições contribuem para a demora e a falta de resultados:

Veio até mim um programa que tem aqui que ajuda vítimas de violência, no caso NUAUVI, depois disso fui na CGD, fiz a denúncia, fizeram a investigação, estavam esperando o resultado dessa reconstituição que demorou 1 ano para fazer, 1 ano ela demorou e quando saiu o resultado, foi com esse resultado que não tem capacidade do PM ter atirado no meu filho. [T., Ceará]

O caso do meu filho tem 4 anos e meses. Até a data de hoje não obtivemos justiça. Fomos para

o Fórum de Paracambi. Do Fórum de Paracambi a promotora falou que ia pedir um recurso a mais, ou que viria fazer uma reconstituição...o que o pessoal da DH (Delegacia de homicídios de Belford Roxo) fez? Foi transferir para o Fórum de Japeri. Pra que? Porque sabiam que a promotora de Paracambi ia dar em cima para obter resposta. Então jogaram para o de Japeri sabendo que podem arquivar o caso a qualquer momento, porque não vão fazer nada. O que ela pediu não foi feito. Trocaram até de Fórum. (AV., Rio de Janeiro)

Estes relatos apontam problemáticas estruturais que obstaculizam a responsabilização dos perpetradores: a fragmentação do processo investigativo. O resultado dessa fragmentação institucional é a responsabilidade compartilhada entre várias entidades. Os relatos das mães evidenciam a falta de coordenação entre essas entidades e a falta de comunicação transparente com a família da vítima, o qual deixa os familiares com a sensação de ficar “rodando” entre uma instituição e a outra:

Eu correndo atrás de delegacia para abrir B.O, essas coisas, e eles me botaram para ficar rodando, botaram para ficar indo em Delegacia, botava para ir na promotoria, depois no fórum e era só rodando. (Ma., Ceará)

Essa fragmentação institucional às vezes encobre outra problemática grave, a falta de vontade de investigar a polícia por parte das outras instituições. Como apontou uma mãe de São Paulo, cuja própria investigação da morte do filho revelou a presença de um grupo de extermínio dentro da polícia:

Então, eles [a DHPP] disseram que investigaram, não chegaram a lugar nenhum, autoria nenhuma, porque para indiciar alguém eles precisam prender a pessoa e ter a arma. Eles tinham falado que iam investigar os plantões dos policiais, PM, investigar o histórico dos que estavam no dia, confrontar as outras mortes, mas nada disso foi feito. Eu achei que eles iam fazer e eles não fizeram, apenas

concluíram e falaram que não podiam investigar e depois receber um processo... Assim, o próprio Estado não concluir não correr atrás, não ter feito nada... e quando me chamaram, muitas provas se perderam. Já tem a perda e essa não resposta do resultado que você não tem, de saber quem matou, te mata aos poucos, é muito doloroso. (A., São Paulo)

Para várias mães e familiares essas omissões no processo investigativo são vivenciadas como descaso, uma negligência na investigação dos casos e na comunicação com as famílias:

Desde o começo que a gente tentou fazer o boletim de ocorrência - a minha mãe já não lembra tanto disso -, já no dia 17 (de maio de 2006), tivemos bastante dificuldade, então começa que o próprio delegado falou pra gente "ele passou pelo sistema prisional, então vai procurar no IML", então desde o primeiro dia já começou o descaso e no meu ponto de vista foram respostas ruins desde o começo, né? Foi uma sequência de descaso que acontece até os dias de hoje. Só depois de 1 ano dos crimes de maio, que teve toda uma mobilização na imprensa, que o secretário de segurança pública da época (em 2007), que era o (Ronaldo) Marzagão se sentiu pressionado e chamou uma reunião com os familiares dos desaparecidos para nos ouvir, né? Foi só um ano depois que foi instaurado inquérito policial na delegacia de desaparecidos, DHPP para investigar. E é isso, depois de 1 ano não vai ter mais nenhuma evidência que conseguisse elucidar o caso. Foram respostas ruins desde o início. (F., São Paulo)

É um sofrimento grande, você vê descaso, você chega em uma Delegacia, no setor, o pessoal, sei lá, não dá a mínima para você, não dá importância, não tá nem aí, você tá falando, tá aquela coisa que parece que está até duvidando de você, por ser negra, por ser pobre, não mereça o respeito, a atenção, a preocupação deles de correr atrás, investigar, descobrir o que aconteceu. (Mm., Bahia)

Não teve investigação. Esse crime não foi investigado. Eu não fui dar o meu depoimento na delegacia, porque o meu marido foi na minha frente na delegacia e falou que eu não tinha condições psicológicas pra dar um depoimento. Então eu fiquei devendo esse depoimento para o meu filho porque o meu marido conversou com o delegado, ele era muito conhecido, e o delegado não me chamou pra dar esse depoimento. O pai dele deu o depoimento, mas eu não. Até o pai dele me cobrou isso, mas falei que não podia fazer nada, né? (MS., São Paulo)

Em alguns casos, a conduta dos funcionários públicos vai além do descaso, transformando-se em falta de respeito e humilhação dos familiares da vítima. Uma mãe da Bahia expressou sua indignação com a conduta dos funcionários públicos no momento de denunciar o desaparecimento do filho:

Eu me lembro, eu nunca me esqueço, eu fui dar queixa do desaparecimento do meu filho, eu cheguei lá e a criatura queria que eu falasse coisas que eu não sabia. "Eu não sei, eu sei da minha vida, eu trabalho, não passo o dia na janela cuidando da vida dos outros," e a mulher virou para mim e disse, "você quer dizer que onde você mora é um Condomínio fechado? É um Alphaville da vida?" Então, eu disse, "eu não sei, lá não tem isso não." "Você quer dizer que lá tem piscina?" eu disse, "não tenho, é um bairro de gente pobre, humilde, fora disso eu não sei de mais nada porque eu não tô ligada na vida do povo, eu quero resposta do que aconteceu com o meu filho, ele sumiu, A vida dos outros não me diz respeito eu não sou investigadora." Quer dizer, até isso a afronta que você recebe quando chega, quer dizer porque é lugar de pobre, de gente pobre, você tem que falar isso, falar aquilo, eu não tenho nada a ver com a vida dos outros, eu não ando na rua, como é que eu vou saber que se passa na rua? É isso aí, não fui bem tratada, aquele descaso, desdém estranho que você sente por causa da cor da sua pele, da sua classe social. (Mm., Bahia)

Outra mãe de vítima de São Paulo, relatou como policiais cuja responsabilidade é investigar a morte do filho ironizaram sobre a morte do esposo:

[O caso] ficou na delegacia muito tempo, depois de 3 anos que foi para o DHPP – Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa, que começaram a procurar as testemunhas, que foi feito alguma coisa. Eu lembro que um dia eu entrei dentro da delegacia do Itaim – a gente sempre ia falar com o Dr. Robison, o delegado, e era a mesma ladainha, que estavam fazendo, mas não estavam fazendo nada. Um dia eu fui cobrar e um dos investigadores falou assim “mas e o seu marido?” Faziam 5 meses que Renatinho tinha morrido. Eu falei “o meu marido morreu, acabou de morrer, faz 5 meses que eu perdi o meu filho e vocês não fizeram nada ainda,” aí ele falou assim, “o seu marido também foi a polícia que matou?” Olha o que me falou! Eles criminalizam a gente! Eu falei “não, ao contrário, o meu marido tinha câncer. O meu marido morreu de tanta tristeza porque vocês mataram o meu filho”. (MC., São Paulo)

Para muitas mães, as falhas e omissões na investigação e a falta de informação resultam da desigualdade social. As narrativas das mães e familiares entrevistadas revelam que o trato que recebe por parte dos funcionários públicos encarregados com a investigação das mortes as deixam com a sensação de que, por causa de seu pertencimento social, elas não têm acesso aos direitos e a proteção do Estado que correspondem à cidadania em um estado democrático de direito.

Nós nos sentimos revoltadas porque eles têm muito preconceito com a gente tanto porque a gente é pobre, meu irmão era preto, como se eles que fossem a vítima e nós os culpados. (F., Ceará)

Até hoje eu tô em busca de resposta do que aconteceu com ele, fui para todos os setores que vocês imaginarem e não obtive resposta, ia para a Delegacia para ver se tinha alguma informação, se tinha alguma resposta e nada. A única coisa que me diziam é que estavam investigando. Ministério público a mesma

coisa, procurava saber, estamos investigando, quer dizer, 12 anos, e tá investigando, como que tá investigando, como é que não tem uma resposta, um sinal sequer, e é aquela coisa, eu sempre digo, penso e falo mesmo, somos pretos, pobre, morador de favela, poder aquisitivo não é alto, se tivéssemos um poder aquisitivo alto, com certeza estavam sim investigando, estariam procurando, alguma coisa já teriam para dar resposta para a gente, alguma coisa já teriam para nos dizer. (Mm., Bahia)

“FUI OBRIGADA A PROVAR QUE MEU FILHO NÃO ERA CRIMINOSO:” AS INVESTIGAÇÕES AUTÔNOMAS DAS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS

A experiência reiterada de descaso, a falta de resposta por parte das instituições, e a criminalização das vítimas levam muitas famílias a se sentirem obrigadas a investigar as mortes de forma independente. Em todos os estados as famílias das vítimas narraram o processo pelo qual identificaram, localizaram e entrevistaram testemunhas, realizaram a coleta de provas, e procuraram os restos mortais das vítimas.

Eles não estiveram na praça, eles não vieram bater foto, praticamente tudo que tem lá foi a minha família que levou, foi o meu esposo, meu filho, praticamente tudo que tem lá foi dito por nós, no nosso depoimento porque por eles mesmo nunca nem levantaram de lá para fazer uma investigação. (T., Ceará)

teve uma vez que [o Ministério Público] ligaram para mim perguntando se eu sabia alguma coisa, é eu que tinha que ter a resposta ou eles que tinham que me dar a resposta, e aí fica aí é como se nossos filhos não valessem nada, não é ser humano, nós mães não é ser humano, a gente sofre muito e isso acaba com a vida da gente, isso acaba com a família. (Mm., Bahia)

Então foi fundamental o meu cunhado ter tido essa ação de ir até a delegacia. A partir daí, o delegado orienta ele - porque é isso né, de fazer o papel da

polícia – de ir atrás das testemunhas, porque se você não tem testemunhas nada vai andar. E graças a Deus a Patrícia, minha irmã, foi no local, na rua onde o Johnatha foi baleado e aí ela P. a perguntar para as pessoas se alguém tinha visto o que tinha acontecido, se as pessoas poderiam ir até a delegacia relatar, porque a gente não ia deixar ficar assim. E acho que as pessoas já estavam tão revoltadas, porque ele foi assassinado por policiais da UPP, Unidade de Polícia Pacificadora de Manguinhos.” (AO., Rio de Janeiro)

Olha, a investigação foi eu que fiz. Porque até pra pegar o RG do meu filho, que foi tirado do bolso, eles ficaram, vem pra lá vai prá cá, me fazendo de besta. Mas, eu consegui pegar o RG dele. Fui, peguei o RG dele e voltei na rua, comecei a investigar, a procurar projétil, mas eles já tinham limpado tudo. Quando atiraram no meu filho, já apareceu uma viatura limpando e cercando, foi coisa de segundos, ninguém chamou a polícia. Eles chegaram, já estavam esperando pra fazer a limpeza, mas eu ainda consegui um projétil, que até hoje estou esperando um resultado de balística pelo GAECO, até agora, vai fazer 10 anos esperando o resultado da balística. E já está mais do que provado que as pessoas que eu citei o nome não tem como não ser, porque se eles voltarem atrás, em 2006 essas mesmas pessoas estão sendo citadas – na época eu não sabia, depois que eu vim saber. É isso, 10 anos sem investigação, quem investigou, descobriu quem foi, como foi e o porque foi – foi vingança mesmo – por maldade, meu filho não devia nada. Foram os agentes do Estado. E, a reportagem que saiu no jornal aquela noite foi de que todos que morreram naquela noite eram membros do PCC, do crime organizado. Aí, fui obrigada a provar que meu filho não era criminoso, que não tinha envolvimento nenhum. Vieram me pedir desculpas, mas não investigou. (MH., São Paulo)

Em alguns casos, o descaso institucional é tão extremo que, ainda depois da família realizar sua própria investigação para localizar o corpo da vítima, as instituições deixam as famílias desamparadas. Uma mãe do Rio de Janeiro contou qual foi a resposta institucional quando a família conseguiu descobrir o local onde estava o corpo de seu filho desaparecido:

A polícia de Queimados não foi lá, disse que era um local que não tinha número, então falaram que eles não iam, que Nova Iguaçu não era a jurisdição deles. Aí ficamos lá ligando pra alguém fazer algum favor para poder o camburão ir lá buscar porque a gente não ia conseguir nem deixar o corpo lá, ficamos lá. (V., Rio de Janeiro)

Outra mãe de São Paulo relatou como foi o processo investigativo que revelou que seu filho foi assassinado por um grupo de extermínio integrado por policiais. Ela resolveu investigar o caso do seu filho até por medo do que poderia acontecer com seus familiares masculinos: *“Como os meus filhos são homens e os meus irmãos também, então eu fiquei com medo de pôr eles para investigar e, eu como mulher, ficaria mais fácil, né?”* (A., São Paulo). Essa mãe identificou e entrou em contato com vários jovens até descobrir o motivo e como ocorreu o assassinato do filho, bem como também os indícios de envolvimento policial. Porém, quando ela levou essas informações às instituições competentes, a resposta foi devastadora:

Chega lá no DHPP, você fala e eles querem que você entregue o menino. Como que eu podia entregar o menino? Eles querem que você entregue o menino – “ah, você tem que falar que é pra gente trazer ele aqui pra ele falar”. Me pergunto: eles não tinham uma outra maneira de fazer uma investigação, tipo quebrar o sigilo desses policiais? Quer dizer que eu tenho que entregar o menino pra ele ser morto? Eu não podia fazer isso. (A., São Paulo)

“ELES TÊM MUITA CERTEZA DA IMPUNIDADE:” ARQUIVAMENTO, ABSOLVIÇÃO E A FALTA DE RESPOSTAS

As narrativas das mães e familiares entrevistadas para a atual pesquisa confirmam as pesquisas anteriores que demonstram a baixa taxa de condenação em casos de letalidade policial (Brinks 2008) e que analisam os “nós que tem impossibilitado a responsabilização da polícia que mata” (Ferreira 2022). As vivências das famílias de vítimas de violência de Estado evidenciam a persistência dos mecanismos da impunidade nos quatro estados, como as “absoluções sistemáticas, arquivamentos de inquéritos policiais, lavraturas dos antigos `autos de resistência” (Ferreira 2022, 2246).

Uma mãe da Bahia cujo filho foi vítima de desaparecimento forçado, expressou sua frustração com o encerramento do caso do filho sem nenhuma resolução:

O Ministério Público sabe o que aconteceu. No ano retrasado, mandou uma carta para mim, dizendo que tinha encerrado. Como é que encerra um desaparecimento, se não encontrou nada, se não tem resposta de nada, como é que dá por encerrado? E isso machuca e de lá para cá eu fiquei pior, mas eu fiquei pior porque eu não aceito, não vou aceitar, nunca, eles tinham que investigar melhor, procurar melhor. (C., Bahia)

Outra mãe de São Paulo relatou a experiência dolorosa das famílias das vítimas na luta pela justiça ao ver o descaso nas investigações e a falta de comunicação transparente finalizar no arquivamento do caso:

Você ainda tem aquele fio de que eles vão achar. Daí você adoce mais ainda por não ter a resposta, porque se você tem uma resposta e pode punir – a perda já é uma tragédia horrível, mas quando você tem uma resposta e você pode punir, o que foi, o porque, já dá um alívio, ameniza, mas nunca passa. E quando não tem a resposta eu fico me perguntando: perdi o meu filho, essa pessoa está solta, está por aí vivendo, sorrindo e livre pra matar mais jovens... Eu me sinto derrotada...o próprio Estado não concluir, não correr atrás, não ter feito nada... e quando me chamaram, muitas provas se perderam. Já tem a perda e essa não resposta do resultado que você não tem, de saber quem matou, te mata aos poucos, é muito doloroso. (A., São Paulo)

Uma tendência notável que surgiu das narrativas das mães e familiares é que, em alguns casos, as vítimas foram mortas por policiais que já tinham cometido outros homicídios, os quais também não foram devidamente investigados e punidos. As narrativas, então, revelam um ciclo de impunidade, onde o arquivamento anterior possibilitou a recorrência de mortes, as quais também finalizaram com o arquivamento dos casos.

Esse sargento já tinha cometido um crime só que ele foi inocentado desse crime, sem ser o do Mizael. Ele deixou o rapaz cadeirante, mudo e surdo, ele já tinha um processo, só que desse processo ele foi inocentado... Pois eu quero justiça, quero que eles paguem presos. Certo que não vai trazer o meu filho de volta, não, mas ele preso não vai poder fazer o que fez com o meu filho. O que acontece, se ele ficar solto, trabalhando e recebendo o dinheiro nosso, vai fazer com outra criança lá na frente. (L., Ceará)

quando eu entrei dentro daquele Ministério Público eu falei o quanto eles têm responsabilidades pela morte de nossos filhos. Que eles não cumprem com a obrigação deles, não fazem o papel deles. Eu falei que o meu filho foi morto por um policial que respondia por triplo homicídio e três tentativas de homicídio. Se ele estivesse preso. Se estivesse pagando pelos crimes que ele cometeu, talvez hoje o meu filho estivesse vivo. Então, é muita falha desse sistema de justiça. Não só o policial que aperta o gatilho e tira a vida de nossos filhos tem que ser responsabilizado, mas todo esse sistema que nos assassina. Todo esse sistema de justiça tem as mãos sujas com o sangue dos nossos filhos. (AO., Rio de Janeiro)

Mesmo nos poucos casos que chegam até a fase do julgamento, a responsabilização é obstaculizada. A irmã de uma vítima do Ceará que participou da pesquisa relatou como, apesar de alguns aspectos excepcionais - por exemplo, os policiais foram presos, indiciados e afastados da corporação com celeridade - no final os policiais foram absolvidos na fase do júri.

Não, eles não estão presos. Foi assim, no mesmo dia eles foram presos. Aí teve uma investigação, com 7 meses eles foram afastados da polícia, porque como tinha DNA, tinha gravação, tinha prova, nas unhas do meu irmão tem raspa da pele de um dos policiais. Como foi comprovado que foi eles mesmo que tinham matado meu irmão, eles foram indiciados. E enquanto tivesse o julgamento ele tinha que ficar no presídio

militar, depois ir para o presídio comum quando eles perdessem a farda. Aí eles perderam a farda, foram afastados da polícia e perderam a farda, aí começou a investigação. Com 2 anos e 7 meses eles foram para julgamento, teve audiência, no júri popular, que foi o que aconteceu, o advogado deles botaram outra viatura no meio... a viatura tinha passado na outra rua, não conseguiu colocar essa viatura e confundiu o júri popular. Teve o julgamento e eles falaram que não poderiam ficar presos por conta que tinha outra viatura e tinha que investigar essa outra viatura, aí eles foram soltos e agora o caso tá em Brasília. (F., Ceará)

Observações realizadas pelas mães e familiares que participaram da pesquisa possibilitam uma melhor apreensão sobre as causas do ciclo de impunidade e a reprodução da violência de Estado, pois viveram na pele e mantém graves sequelas para as famílias das vítimas da violência de Estado (Smith 2016), as quais serão abordadas detalhadamente no próximo capítulo.

com tantos casos de impunidade que tem, que existe e a gente não sabe mais o que fazer, por isso que eu não busquei mais nada em relação a isso, não que eu deixei o meu filho de lado, não é isso, mas uma coisa que eu não quero mais ficar trazendo para mim e por conta do outro filho que não está bem, hoje ele está bem por conta do remédio, toma remédio controlado pelo resto da vida, ele ficou, então também não quero mais trazer isso para ele. (C., Bahia)

Eles têm muita certeza da impunidade. Eles têm muita certeza da impunidade, sabe. Por isso eles agem assim. Eles já tinham matado outras pessoas e nada aconteceu. Não aconteceu nada! É uma coisa que dá força para que eles continuem agindo dessa forma violenta, né. (AO., Rio de Janeiro)

Ah, eu me sinto, assim...na mesma hora que eu tenho esperança...eu sinto que eu não sei o que vai dar isso, se nós vamos conseguir mudar

isso, se eu vou conseguir ainda ter justiça pela morte do meu filho, porque eu vejo tantas mães que já perderam os filhos bem antes que eu... vejo tudo indo pra gaveta, tudo sendo arquivado... na mesma hora que a gente tem aquela força, aquela espera, vemos que o Estado é muito grande perante nós, nós somos uma formiguinha, sabe? Eles têm poder. E o nosso poder, nós não temos esse poder. Temos aquela força, aquela garra, mas o poder está lá, neles e os poderosos não fazem nada para mudar isso. (MC., São Paulo)

O meu sentimento é de não justiça, de impunidade. Eles sabem que podem fazer o que quiserem, pois não vão ser punidos nesse país. Tenho sentimento de abandono, não aconteceu porque Deus quis! Deus não quis isso. Então, tenho o sentimento de abandono, de injustiça, que é o sentimento maior... É muito difícil no nosso país ter a justiça que a gente está buscando. Que a justiça seja para todos e não seja só para um grupo de meia dúzia de pessoas tendo direito. Só os mais pobres, periféricos não têm direito a essa justiça! Se matarem um filho de um desembargador, eles vão atrás dessa pessoa que matou, eles encontram, eles fazem a justiça. Agora, porque os nossos estão morrendo? Não foi só naquela época! A matança continua, e continua, continua, com os pobres, os negros, os periféricos. (MS., São Paulo)

Não tenho expectativa [de justiça] nenhuma. Eu não acredito na justiça para as pessoas menos favorecidas, falo das pessoas que têm baixa renda, que não tem condições de pagar um bom advogado, que mora na baixada, que os filhos estudam em escola pública porque são pobres e que são rotulados como os marginais, como bandido. (V., Rio de Janeiro)



3.2 “NESSE MOMENTO O MEU MUNDO CAIU”: AS SEQUELAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO E OS PROCESSOS DO ADOECIMENTO DAS FAMÍLIAS DE VÍTIMAS

“O que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação?”⁷⁰

O modus operandi das instituições – a criminalização das vítimas, o descaso, as investigações paradas, a falta de transparência, o arquivamento de casos, e a absolvição dos perpetradores – deixa inúmeras marcas de dor e sofrimento nas vidas dessas mulheres e mães, ocasionadas pela violência praticada pelo Estado. Marcas que são reiteradas por representantes do Estado que as deveriam estar protegendo em prol de uma segurança pública, que tem de ser direito de todos(as), conforme previsto na Constituição Federal, no artigo 5º, bem como forças sociais e narrativas que legitimam a violência corroborando com a seletividade da justiça, resultando na impunidade. O trauma decorrente da violência do Estado é, portanto, um processo social e político.

“ERA O MEU FILHO”: O MOMENTO INICIAL DO TERROR, O DESESPERO, E A DOR

A seguir temos a análise de 20 narrativas individuais de mães e familiares de vítimas da violência policial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará. Contém relatos sobre como suas vidas foram atravessadas e transformadas, impactando diretamente a vida familiar, a saúde mental e física, com as constantes ameaças, a falta de respostas e a impunidade, além da tentativa de apagamento da identidade e pertencimento das vítimas e seus familiares, como se não tivessem histórias, não fossem dignas de respeito e direitos como cidadãos. A experiência inicial de terror e dor vivenciada por familiares de vítimas da violência do Estado foi sintetizada nas narrativas das mães entrevistadas:

⁷⁰ Veena Das, 2020, pág 27

De repente nós ficamos sabendo, através de uma moça que foi de manhã na minha casa, que alguns homens tinham invadido o imóvel onde ele tava e que tinham levado meu filho e outros 2 garotos amigos dele. Nesse momento o meu mundo caiu, eu desesperada, peguei uma vizinha que viu meu desespero e ficou comigo, outro vizinho que tinha um táxi, foi comigo nos hospitais. A gente foi através do Nina, Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, buscando, na Delegacia a gente foi e ninguém sabia dizer onde o meu filho estava. E daí em diante foi uma busca assim, terrível, muita dor, eu chorava, minha família toda se mobilizou, eu dei entrevista na Rede Bahia procurando meu filho, coloquei cartazes e foi sofrimento, só dor e sofrimento. (C., Bahia)

Então, no dia do crime o meu filho estava aqui, eu pedi pra ele comprar pão, porque eu fiz uma carne louca que ele gostava de comer...aí ele comeu e o amiguinho dele chamou ele pra ir na avenida aqui perto pra ir comprar alguma coisa pra mãe dele... Ai, o meu filho saiu, eu olhei e com 20 minutos recebi uma ligação. A sogra do meu irmão falou assim: "[A], aconteceu alguma coisa?". Falei assim: "não, porque?".... Em seguida, a minha nora ligou - a que é casada com o meu filho do meio. Ela falou assim: "sogra, me pediram pra não te falar nada, mas eu não vou aguentar. Acabaram de dar uns tiros no Igor aqui na frente do meu prédio, na pracinha". Ele encontrou os amiguinhos da sala de aula e ficaram no banco conversando e mostrando um vídeo e rindo - depois eu descobri, né?! Eu falei, como assim? Parecia que não era real. Sai lá fora e falei pra minha vizinha: "me ligaram e falaram que deram uns tiros no meu filho!". O meu irmão pediu pra não avisar pra mim e nem pra minha mãe, por enquanto. Acho que eles queriam falar, né? Nisso, a minha mãe tinha ido levar os cachorrinhos até a esquina - ela sempre leva pra fazer xixi e fazer umas caminhadinhas - uns meninos no carro falaram assim: "entra aqui tia, entra aqui", ela falou assim: "como assim, como assim que vou

entrar aí?" Falou: "não". Um rapaz falou: "oxi, porque você quer que ela entre aí?"..."Não, é que acabaram de dar uns tiros no neto dela". Minha mãe desceu desmaiando, nisso, já encostou um carro e me pegou. O meu irmão quando soube foi para o local, segurou o meu filho e falou Igor, quem fez isso com você? O meu filho fechou o olho, ele jogou o meu filho no carro, pegou a minha cunhada e desceram pro hospital. Então, me pegaram e me levaram pro hospital - porque até aí, eu estava sabendo que o meu filho tomou uns tiros e estava no hospital. E, aquela demora, aquela demora - eu estava na frente da sala de cirurgia - ah, quando cheguei ao hospital estava cheio de carro de PM, né? Eles estavam lá atendendo o que estava ocorrendo, eu falei: "moço, o que está acontecendo, o meu filho está bem?". Ele falou assim, "a gente não pode falar nada." Aí, me chamaram e eu entrei com a minha cunhada e a gente ficou lá e ele estava na sala de cirurgia. Eu ainda pensei assim, ah se ele está na sala de cirurgia tem a possibilidade de não ser tão grave, né? E nisso, demorando chamar a gente pra alguém falar alguma coisa. Eu me aproximei de uma senhora e falei: "senhora, você viu o rapaz que entrou aqui?". Ela falou assim: "vi". Eu perguntei: "como ele estava?" Ela falou assim: "moça, ele não estava bem não, viu?!" (voz embargada). Ela falou assim: "O que você é dele?" Falei: "sou mãe", e ela falou, "ele não tava bem não". Fez uma cara! Em seguida o médico me chamou e chamou a minha cunhada. A gente sentou (voz emocionada) e ele falou assim: "mãe, o seu filho tomou 5 tiros, foram todos fatais, e ele morreu, ou no local, ou no caminho do hospital". Ali eu já não vi mais nada, eu gritava, eu gritava, eu não vi mais nada, ali eu apaguei. Me tiraram do hospital, me tiraram de lá, queriam que eu fosse reconhecer o corpo, eu olhei pra minha cunhada e falei "eu não vou, eu não vou eu não aguentaria"... (choro)...eu não aguentaria. Nisso, muita gente começou a saber e ficar ligando no meu celular, a minha cunhada desligou, ai ela ligou pra alguém e falou, vem tirar a A. daqui agora. Daí me tiraram, não me trouxeram nem pra casa. Me levaram pra sogra

do meu irmão, eu fiquei lá e dali eu não tive força pra fazer nada. Não tive força pra reconhecer, como eles queriam. Pra correr atrás das coisas, B.O, essas coisas tudo, eu graças a Deus tive a minha família, porque eu não teria condições. Até a roupa eu pedi pra parentes escolherem porque não tive condições. (A., São Paulo)

Para a família, além de toda a dor e sofrimento, fica a dura tarefa de buscar pelos filhos sequestrados pelo Estado e o árduo cargo de investigar o que aconteceu, em constante tensão, entre um fio de esperança e medo.

Já faz 10 anos que o Mateus saiu de casa dizendo que ia para uma lan house, eu estava trabalhando, deixei ele com a avó.[...] Foi no dia 10 de maio de 2012. E aí eu fui na casa da namorada dele, e ela disse que não tinha visto ele. Vim para casa, esperei, fiquei aqui esperando, nada dele, quando deu meia noite liguei para o pai, só que o pai dele tava dormindo e não me atendeu, quando foi no outro dia eu liguei e falei com ele, "A., Mateus não veio para casa." Então ele veio aqui para casa, saiu para procurar. Ele foi logo na Delegacia prestar queixa, só que chegando lá, ele disse que teve um policial que falou assim, novinho, 16 anos, ele falou assim, venha cá, foi meu filho, aí o cara disse, não foi daqui não e aí o meu ex-marido ficou desconfiado, que ele chegou e falou para mim, "L. cheguei lá para prestar queixa, e só presta queixa depois de 24 horas." Aí eu fui na segunda-feira com uma pessoa da igreja, eu congregava e um senhor e uma amiga minha me acompanharam e aí prestei a queixa e até o dia de hoje eu não sei o que aconteceu, quer dizer, fiquei sabendo de uma pessoa, que foi uma amiga minha, que chegou para mim e falou que ele tava andando no bairro do Areal, que é aqui no Nordeste, e nesse dia ele passou lá umas 4 horas da tarde, só que a polícia tinha baixado lá, só que ele chegou lá procurando o sobrinho dela, e ela disse: "Mateus o que você está fazendo aqui? Mateus vá para a casa, a polícia baixou aqui agora," e ele, "tá tia eu vou para a casa," mas



não veio para casa, não dormiu em casa e depois ela chegou e disse para mim que teve um colega dele que (2 colegas) dele que estavam com ela lá no bar, lá no bairro do Itaigara e que daí, parou um carro e os 2 meninos correram, mas não foi carro de polícia, foi um carro descaracterizado. Então os meninos correram e ele parou para se justificar, daí pegaram ele, deram um tiro na perna, jogaram na mala do carro e levou, foi assim que fiquei sabendo, tanto que ela até ficou diferente comigo porque quando eu voltei na Delegacia, eu fui chamada de novo, aí fui lá e contei essa história e me pediram o número dela e eu passei para a delegada e aí ligaram para ela, o irmão dela veio para a minha casa, pois ele teve um relacionamento com a minha sobrinha, e aí ele veio para aqui, para casa, dizer que a irmã dele não sabia de nada que eu estava envolvendo a irmã dele e ela não sabia de nada, e aí esses dias até encontrei ela aqui, de sexta para sábado mataram o primo dela, aqui em cima no nordeste, uma matança aqui no nordeste, teve um no Hospital geral, morreu um de 16 anos e o primo dela e ela passou aqui na rua, quase eu perguntei a ela, ela ficou calada, estava ela e a irmã e ela estava muito abatida, esse primo dela é até parente, é primo de um sobrinho meu. (L., Bahia)

A negligência com que os casos de desaparecimento forçado são tratados e a morosidade para os registros e abertura do processo investigativo atrapalham na construção de provas e evidências para elucidação dos casos. Essas mães e familiares não tiveram nem o direito de enterrar os seus filhos, como salienta uma das narrativas de uma família de São Paulo, existe todo um processo de dificultar a materialidade do crime, a partir do momento do desaparecimento:

[...] Na noite de 15 para 16 (de maio de 2006) ele saiu pra ir namorar. Aí, a gente esperou ele no dia 16 até mais ou menos umas 5 horas (17h), só que ele não apareceu. A gente foi na casa da namorada dele pra saber se ele tinha ido lá, mas ele não foi lá. Segundo as informações a gente soube que do lugar que ele foi namorar ele acabou

indo comprar droga numa biqueira e de lá dizem que ele brigou, mas saiu da briga. E nessa mesma noite do dia 16 tinha uma patrulha na rua que estava cercando os meninos que vieram descendo da escola e quando eles chegaram perto o guarda falou: "vocês não se mexam, não façam nenhum movimento, porque nós já temos um presunto aqui e vocês podem ser outro". Então, essas são as informações que a gente tem. O resto a gente não sabe, só sabe a palavra "o Paulinho sumiu", só isso. (M., São Paulo)

Mesmo nos casos de desaparecimento forçado é possível observar que existe um modo de operar e os casos estão ligados a grupos de extermínio com participação de agentes do Estado, como descrito nas narrativas. As mães e familiares fazem a busca angustiante e minuciosa que as instituições deveriam fazer. E ainda se deparam com o descaso e a tentativa de desqualificação e criminalização da vítima como justificativa do uso e abuso do poder, levando a uma legitimidade extraoficial, ocasionando uma sensação de impotência.

A narrativa a seguir, de uma mãe que teve dois filhos executados pela polícia, demonstram como esses processos são vivenciados pelas famílias das vítimas.

[...] a gente chamava ele de Diguinho. Rodrigo, eu disse "o que foi," e ele "foi Diguinho Mãe," então vamos lá, vamos ver, e ele, "Mãe não tem mais nada para ver," mas eu quero ir ver, "Mãe já não está mais lá," tá onde? Aí ele falou onde estava e aí não tinha mais jeito, aí ficamos esperando até o outro dia de manhã para ir no IML, eu sempre disse que se ocorresse alguma coisa com os filhos eu ia lá olhar o corpo todo para ver o que fizeram e eu não cumpri isso, eu não tive coragem de entrar lá para ver o meu filho na geladeira, eu não tirei a roupa dele para ver o corpo, pra ver o que fizeram, eu não fiz isso. Aí depois me falaram que o meu filho foi abordado, ele se ajoelhou e mesmo assim atiraram na cabeça e no tórax do meu filho, sem chance nenhuma, menino magrinho, franzino, me dói muito ver o atestado de óbito dos meus filhos, atirou na cabeça e no tórax. Foi execução, diz que foi o

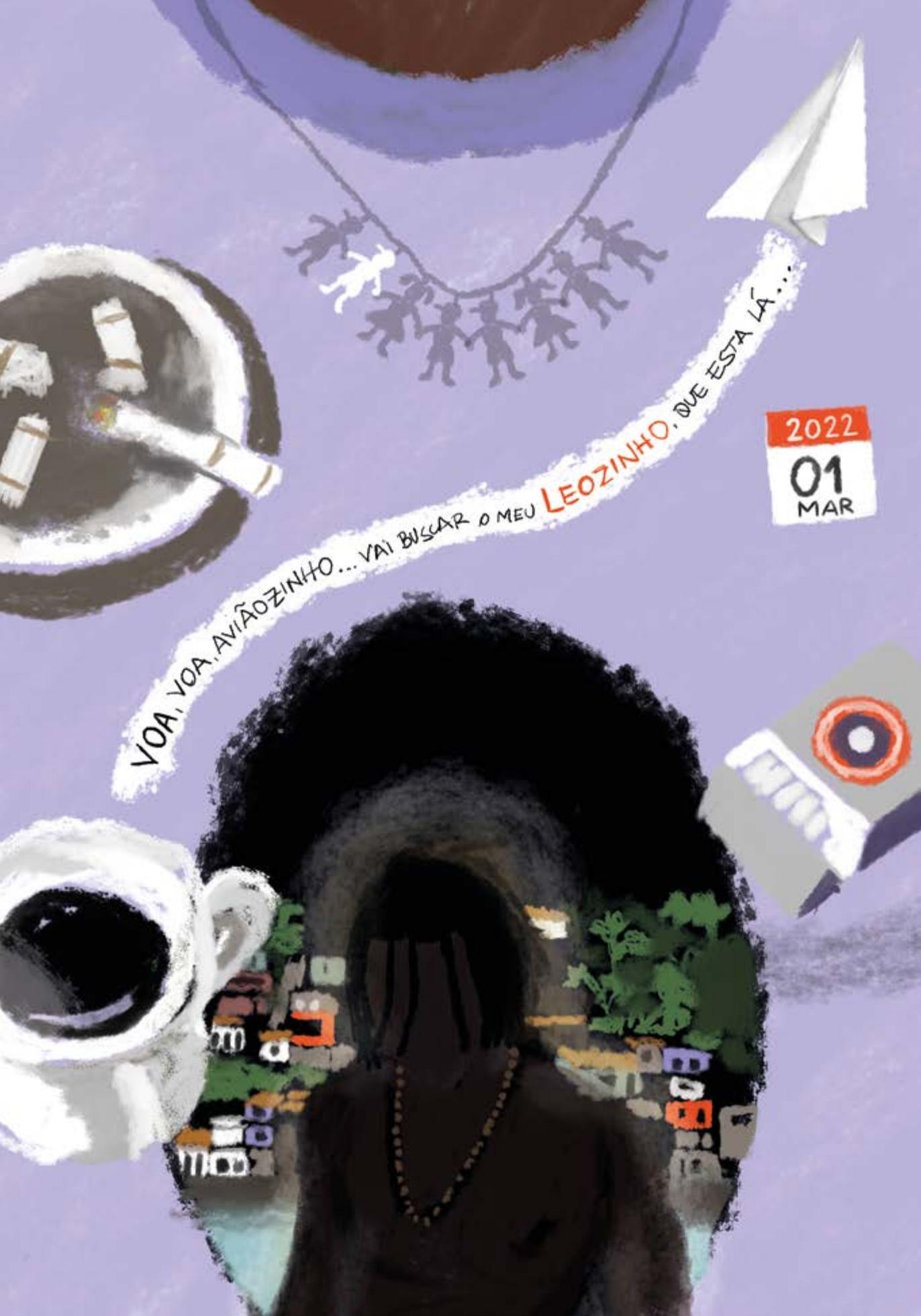
auto de resistência que nem se aplicava mais, isso aconteceu no dia 16 de outubro de 2017, a filha dele nasceu no dia 01 de outubro de 2017, não chegou nem a ver o pai e nem o pai viu a filha. (M., Bahia)

[...] Quando o Rafael faleceu, foi assassinado pela polícia, levei dias e dias, tomando café com pão, porque eu não queria comer a comida que ele mais amava que era feijão. E hoje eu carrego uma anemia forte que o médico falou por conta disso e não me recuperei ainda. Domingo eu vi , eu faço assim como se fosse um purgante, faço aquele feijão para comer porque sei que não irei aguentar ficar de pé, tô com fraqueza nos ossos, anemia, falta de vitamina D, to com rompimento no ligamento do ombro. Vou ter que fazer uma cirurgia, mas com anemia e pressão alta, hoje mesmo senti uma forte na nuca na atividade, não tive coragem de fazer uma fala, não tive força para abrir a boca para falar de encarceramento da juventude. Eu nem sei o que pensam de mim, mas hoje eu não tive a fala, ela não veio e vim para casa. Pessoal sentiu falta, a senhora não falou, aí eu tive que sair logo, porque eu não queria dizer, meu filho gostava muito dessa comida, e eles gostavam todos eles juntos e gostam, o que estão vivo, de cuscuz é a comida que ele mais gosta. Fiquei um tempão sem querer fazer cuscuz, o Rodrigo gostava tanto que ele aprendeu a fazer, Rafael também. Era a base alimentar, eles gostavam demais. Rafael tem um casal de filhos, uma menina de 2 anos e um menino de 6 anos, o menino foi saber outro dia o que aconteceu com ele. A Mãe não quis contar, como eu fiquei tendo pouco contato com ele, pois eu também não fiquei bem, aí quando cheguei aqui com ele, disse, "está com saudade do seu pai?" "É, ele foi embora, me abandonou, minha mãe disse que ele me abandonou," e eu, "pois é, sua mãe disse isso," aí saí e liguei para ela, e ela me disse que não teve coragem de dizer, "ele queria saber como foi, mas eu não tenho coragem de dizer." Eu disse "não, ele tem que em algum momento saber." E aí hoje, outro dia aí perguntei para ele, "cadê Rafael," e ele, "Rafael morreu," "quem disse, foi sua Mãe? É meu filho, seu pai foi embora." Tem que dizer para ele,

já vai fazer 7 anos, ele tem que saber. A menina que ele deixou com 16 dias, chama outra pessoa de pai, porque não tem como né, não conheceu, Júlia também tem a idade de morte de Rafael, então eu sou avó de 3 crianças órfãs e sou uma mãe órfã de meus dois filhos e posso garantir que a minha saúde não vale 1 centavo mais. Eu nunca mais vou ser a mesma, eu acredito que não, não há essa possibilidade, não vejo, esse processo de cura não sei nem se vai ser bom para mim, como eu lembro e choro todos os dias, o pessoal acredita que isso não é natural, não é normal, é uma doença, então serei uma doente, até quando eu aguentar. (M., Bahia)

A consequência da violência é refletida em todo o contexto familiar. Como descrito em algumas das narrativas, as mães ficam órfãs de seus filhos - no caso da narrativa da M., foram dois filhos. Os pais são arrancados dos convívios com os netos(as). As crianças e os jovens são expostos em constante estado de alerta e insegurança, pois não conseguem identificar de onde partem as ameaças que lhe acometem.

[...] Rodrigo foi em 2017, 3 anos. Rafael morreu no dia de aniversário de meu irmão, 28 de janeiro de 2020 e sempre a gente ia lá no dia. Eu ainda disse a ele, vamos lá, diz a ele que desejei Feliz aniversário, aí eu me desanimei e nem fui. Quando deu no fim da tarde eu liguei para ele, e ele, "tô com o celular descarregado, vou carregar para falar contigo," e eu, "tá bom, vou fazer algumas coisas aqui que já estou atrasada e amanhã saio para trabalhar," e ele "tá certo, eu te ligo." Aí fui lavar os pratos, fazer as coisas, quando deu 21 horas, ele demorou de ligar, quando eu liguei ele já não estava entre nós, aquela hora ele tinha acabado de morrer, quando eu liguei que ele não atendeu, aí eu fiquei assustada. Ele sempre atendia, nem que fosse para dizer agora não dá, daqui a pouco. Aí meu coração bateu forte, aí na mesma hora a menina ligou [...] aí pronto, eu fui ligar para o meu filho, não lembro se o meu filho estava aqui, o mais velho, "vamos, vamos." Aí pegou o carro, foi aqui em Praia Grande, aí quando eu estava no meio



VOA, VOA, AVIÃOZINHO... VAI BUSCAR O MEU **LEOZINHO**, QUE ESTA LÁ...

2022
01
MAR



do caminho, ela corre para o hospital, que levaram para o hospital. Cheguei no hospital a gente procurou, falaram que estava ala vermelha, aí já percebi, daqui a pouco a gente vai dar a resposta, aí quando deu a resposta do meu filho, já era para ir lá ver o corpo, reconhecer, no necrotério lá no hospital, aí foi que eu entrei em desespero, outras mães procurando os filhos também que estava perto e ele estava sentado e atiraram nele de costa, aí quem pode correr, saiu correndo, ele já não deu mais, é tanto que deu um tiro na nuca, ele caiu já morto e se apareceu outro tiro, deu depois que botou dentro da viatura lá no caminho, tirou de dentro ele já morto e atirou mais. (M., Bahia)

Uma das estratégias do braço armado do Estado é retirar qualquer contexto afetivo-familiar, negando ao jovem assassinado a sua própria humanidade, na tentativa de apagamento da transmissão de seus legados em forma de memória, pois a memória recheada de afetos, de pertencimento, de um dia ter sido amado por alguém, é também uma forma de resistência.

Há 3 meses atrás aconteceu uma tragédia na minha família, arrancaram meu filho de mim, um filho, segundo filho, por que ao todo eram 8 e agora são 7 e isso está sendo muito doloroso, porque uma mãe cria 8 filhos, depois de homem, lindo, maravilhoso, respeitador, vem alguém e arranca de você, sem sequer, a gente mãe ter direito de abraçar, de beijar, pelo menos para se despedir, foi o que aconteceu comigo. [...] Na madrugada, do dia 28 para o dia 01 de março, meu filho estava chegando em casa, quando a Guarnição da Polícia Rondespe estava no bairro, abordaram ele e mais 2 rapazes. Tiraram a vida dos outros 2, quando eu cheguei ainda para ir buscar meu filho ele ainda estava vivo. Dei boa noite e disse que era mãe de um dos rapazes. Eles simplesmente não falaram nada, só mandaram a gente sair, dizendo: "Saia daqui." Falei "moço, sou Mãe de um dos rapazes," ele apontou uma arma para a minha cabeça e mandou eu sair e quando eu virei, eu ouvi 3 tiros sendo deflagrados. Saí correndo, gritando: "Socorro,

me ajuda, vão matar meu filho," só estava eu e minhas filhas, só tem uma de maior, as outras são tudo de menor. [...] E aquilo ali, comecei a orar, pois eu tenho muita fé em Deus e comecei a orar e falar assim: Oh meu Deus, toma conta, protege e defende, todos eles que estão fazendo a minha dor. E aí, eu ainda com esperança do meu filho estar vivo, fui até o Hospital que levaram, chegou lá a Tia dele foi identificar ele e estava morto. Meu filho só tinha 20 aninhos, e levaram meu filho, arrancaram meu filho de mim, sem sequer sentir a minha dor e isso tá me machucando muito. [...] não vou parar, vou até ao fim, já foi constatado que foi homicídio, foi execução, ainda não sei direito como está o andamento das coisas, porque as pessoas que estão resolvendo, não sei direito, a única coisa, certeza que eu tenho é que foi execução, que eles, os policiais realmente executaram o menino. (S., Bahia)

[...] foi muito difícil para mim, foi muito sofrimento, até hoje fez 7 anos, não esqueço nem de dia e nem de noite, ele era um menino muito amoroso, um menino muito unido com a família, com os irmãos, com as irmãs, tudo ele participava e aqui na Maraponga ele tinha muito amigo, aqui na Maraponga todo mundo ficou revoltado com essa morte, foi uma morte de revolta da maraponga, tanto que faz muitos anos que eu moro aqui, cheguei aqui eu tinha 19 anos e pessoal daqui gostava muito dele e era um menino muito obediente, tudo ele queria participar e eu fiquei assim triste porque no dia ninguém pode ir lá dar assistência a ele, tenho certeza que ele chamou pelo meu irmão, chamava a irmãzinha, chamava irmão, nem os irmãos pode ir, os 2 irmãos, que eram 3, agora só ficou 2 agora, só tem 2 filhos agora e os netos que é filho dele, ele tinha 5 filhos. (F., Ceará)

Por trás do corpo tombado existe uma mãe, filhos, companheiras, amigos, existem laços afetivos, existem sonhos, vontades, projetos de vidas que foram devastados.

O meu filho foi morto enquanto dormia na casa da tia dele. Ele saiu para uma consulta médica e no dia em que ele foi para essa consulta, foi o dia em que ele foi morto. A polícia invadiu a casa, matou o meu filho de 13 anos, o Mizael [...] Você chegar ao hospital às duas horas da manhã – porque eu sobe as duas horas da manhã–, quando me disseram que ele estava no hospital, mas não disseram que ele estava morto. Quando cheguei no hospital o médico era um amigo meu, o B. Quando cheguei os policiais estavam lá, mas os policiais daqui, os que mataram não. Os que mataram fizeram só deixar ele lá na pedra, não chamaram o médico, nem nada. Deixaram o menino lá na pedra e foram embora. O pessoal que trabalha no hospital viu a viatura saindo, correram e foram chamar o médico. Quando o médico foi olhar lá na pedra, o meu filho estava morto, com um tiro no meio dos peitos, um tiro de doze.⁷¹ (L., Ceará)

[...] eu estava trabalhando bem próximo a onde ele foi morto, eu estava trabalhando e ouvi um disparo de arma, só que no momento eu pensei que era alguma coisa que tivesse explodido na casa da vizinha. Eu corri para ver o que tinha acontecido, aí olhei e vi que não tinha sido na vizinha, deve ter sido na oficina que foi o local onde mataram ele. Quando eu voltei a moça que trabalha na casa que era vizinha a oficina, correu e me chamou, dizendo que a polícia tinha pego 2 rapazes e me chamou para saber se conhecia. Eu corri para ver se eu conhecia, no momento que eu saí fora já tinha muita gente, muita gente mesmo... pessoal tudo olhando para mim, mas eu não tinha prestado atenção. Aí quando eu vi estava o compadre dele, a polícia com ele encostado no carro e eu fiquei me perguntando o que a polícia estava fazendo com ele e no mesmo instante que eu olhei, a polícia joga um corpo no chão. Aí eu vi a mãe do meu cunhado desesperada com a mão na cabeça, que é o marido da minha irmã, aí eu disse assim, "meu Deus, mataram o N.," porque vi a mãe dele com a mão na cabeça desesperada. Aí

⁷¹ A irmã de L., tia do Mizael, Lizangela Rodrigues da Silva Nascimento, de 39 anos, foi a principal testemunha do caso. Desapareceu no dia 07 de janeiro de 2023, após a coleta da narrativa. Até o presente momento não obtivemos maiores informações sobre o ocorrido. Link sobre o desaparecimento: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/chorozinho/2023/02/07/amp/desaparecimento-de-tia-de-garoto-morto-em-acao-policial-completa-um-mes.html>

eu fiquei me matutando o que era que o compadre

do meu menino estava fazendo com ele, porque eles não tinham o costume de andar junto, ele tinha costume de andar com o meu menino. Aí foi quando eles levantaram o corpo que eu vi que era o meu filho. Aí eu saí correndo desesperada perguntando o que é que tinha acontecido, porque eles tinham feito aquilo. Aí eles, antes deles tirarem o corpo do meu filho lá de dentro da oficina, demoraram muito para sair de lá de dentro, demoraram muito e quando eles saíram, eu ouvi bem quando eles disseram que "aquele ali estava morto." Quer dizer meu filho, depois de morto, eles algemaram o meu filho, jogaram dentro de uma viatura e desceram com ele para o hospital, na hora que eu corri para perguntar o que tinha acontecido eles já tinham jogado o meu filho dentro da viatura algemado. Eu perguntei, aí eles foram e disseram, "olha o que é que estava com o seu filho," aí eles me mostraram a arma; "eu não quero saber de arma, quero saber do meu filho." Aí eles saíram, só sei que me jogaram em cima de uma moto e eu desci para o hospital, quando a gente chegou no hospital estava quase toda a minha família lá, a gente morava tudo perto e a família é grande, e quando a gente chegou lá estava toda a família lá querendo entrar e eles não deixavam ninguém entrar. Aí foi quando eles abriram a porta da emergência, aí disseram que outro portão iria ser aberto e quando eles abrem o outro portão é porque já estava em óbito, que no caso o meu filho já estava em óbito já lá de onde tiraram ele, aí ficou todo mundo em desespero, porque a gente viu que eles realmente tinham matado meu filho, aí começou a minha luta. (Ma., Ceará)

Esta última narrativa evidencia o processo de desumanização que caracteriza a violência do Estado, demonstrando a naturalização de colocar algemas na vítima, sabendo que já está morta. Outra face da desumanização surgiu em muitos dos relatos, os quais revelaram que os jovens estavam dentro ou próximos de casa, em convívio familiar, onde deveria ser um lugar de segurança, o "lar". Até isso é retirado das pessoas que são "tidas" pelo Estado como 'autorizadas a morrer'.

[...] em 2015, 9 horas da noite, começou um monte de tiro no meio da rua, meu filho estava em casa, tinha 22 anos, foi no dia 11 de agosto de 2015, aí eu disse, meu Deus que tanto tiro é esse senhor, aí eu vi o rapaz passando, correndo e os matador atrás, aí eu corre, corre, senão ele vai te pegar, aí outro rapaz que vinha correndo também passou na minha calçada, como a minha calçada aqui é tem muita planta e os caras pensando que ele tinha entrado na minha casa, aí bateram na porta e disseram assim, abre é a polícia, aí eu não abri e quebraram a minha porta, aí quando viram o meu filho se apresentaram que é a polícia, ele levantou as mãos, começou a atirar sem parar e eu batendo nas costas dele pedindo para não matar o meu filho e eles não paravam de atirar, eu sei que foi muito difícil na minha vida e eu sei que quem matou o meu filho foi a polícia, porque no intervalo que eles estavam lá não apareceu nenhum policial, quando tinha confronto lá, 5 minutos lá ficava lotado de polícia, era viatura, era moto, até helicóptero, mas nesse dia ficou tudo em silêncio e depois que eles saíram lá de casa, eu saí correndo atrás deles, tinha um carro prata na pracinha, aí eles pegaram e ficaram tudo recuado no canto da parede e tem pessoas que morava lá que disseram que tinha uma viatura na subida do Castelo, bairro que tem lá, Castelo encantado e ele ficou bem embaixo escondido no escuro, uma viatura, só esperando os outros policiais matar para eles virem ou era eles mesmo, aí eu peguei fui me aproximando e eles não se aproxime não, em 5 minutos chegou o policial no pé da parede, quando fui chegar perto dele, ele não se aproxime, eu disse me ajuda meu filho está baleado dentro de casa, para mim meu filho não estava morto, mas só que ele já estava morto, porque foi muitos tiros, aí eles pegaram foram lá em casa, aí um olhou para o outro e disse assim, é o Henrique né, e eu disse, não é o Rafael, um olhou para o outro, um olhar suspeito, dizendo, matamos o cara errado, aí de repente chegou um monte de polícia em casa, não deixaram mais eu entrar dentro da minha casa, eu disse, eu vou

entrar, eu ia ficar lá dentro e os meus filhos tudo pequeno, tinha 3 filhos pequenos, graças a Deus que não atingiu nenhum, tinha um menino atrás do armário que eu dividi os quartos, a casa era muito pequena, a bala entrou no armário, atravessou e não acertou nele, graças à Deus. Aí quando foi depois chegou os repórteres, aí eles disseram assim, não fale com eles, não fale porque eles são um bando de carniça, aí eu peguei e disse, vou falar sim, aí eu falei o que tinha acontecido e toda a dor que eu estava passando, eu tive que ser forte para poder ajudar os meus filhos, mas foi muito difícil, muito difícil mesmo. (R., Ceará)

Sou mãe do Juan, meu filho foi assassinado pela polícia militar no ano de 2019, bem precisamente no dia 13 de Setembro de 2019. O Juan estava em uma praça onde tinha muitos jovens, lá estava tendo uma batalha de brega funk e estava tudo tranquilo, só tinha jovens, a maioria das pessoas que estavam naquele local eram jovens, estava todo mundo brincando, tranquilo, não teve tumulto, não teve briga e a partir de um certo momento que chegou uma viatura eles começaram a circular entre as pessoas e naquilo ali as pessoas já foram se disperçando, foram saindo, todo mundo de boa, até que resolveram atirar, no caso a polícia, e com aqueles tiros todo mundo correu, acho que qualquer pessoa em sua consciência que escutou 1 ou 2 tiros não vai ficar parado, vai correr e isso o meu filho também fez junto com os amigos e aí nessa correria o Juan caiu, os meninos continuaram a correr porque os tiros continuavam e quando os amigos do Juan perceberam que ele não acompanhava na correria, os amigos pararam e voltaram até o Juan e ele não reagia, os meninos Juan, Juan, e ele não reagia, então os amigos que estavam ali naquele momento, começou o alvoroço procurando alguém para socorrer, fazer alguma coisa, vendo que ele não reagia e aí colocaram ele no carro e levaram para o Hospital e até então os meninos acharam que ele só tinha caído, poderia ter batido a cabeça e desmaiado, mas quando a minha mãe, o meu esposo chegou no hospital, o rapaz falou vocês estão procurando o menino que chegou baleado e nisso foi

aquele desespero porque até então a gente não sabia o que tinha acontecido, sendo que não teve tumulto, não teve troca de tiros, os únicos tiros que foram dados foi pela polícia militar, não teve confusão e o tumulto quem causou foi a polícia. (T., Ceará)

[...] Olha, em casa não tivemos a informação do fato, foi tão próximo de casa, eu já estava dentro de casa com roupa de dormir e escutei três tiros... meus irmãos correram, porque era próximo de casa...eu cheguei até o portão e minha sobrinha perguntou pra mim, criança hein, na época ela tinha 7 anos... "tia Nem, isso é tiro ou é fogos?" Falei "isso é fogos", ela falou "a minha mãe falou que é tiro", daí eu peguei e fui até o portão e nisso quando cheguei até o portão chegou uma amiga de infância ao meu encontro e eu falei assim "Quinha, isso é tiros ou fogos?" Ela falou, "é tiro Nem, lá no lava jatos". Quando ela falou lá no lava jatos eu entrei pra dentro de casa, botei uma roupa porque já estava com roupa de dormir, botei uma blusa por cima e corri no local, era uma esquina para outra. Corri no local e já encontrei ele sem vida, com um tiro no rosto. [...] Assim que eu cheguei já tinha bastante gente vendo, porque foi próximo, foi às nove e pouco da noite, já tinha muita gente lá olhando e desse momento eu não saí mais de lá, fiquei lá a noite toda. Só entrei pra dentro de casa pra colocar outro tipo de roupa e saí, fiquei lá a noite toda. (S., Rio de Janeiro)

A tentativa de controle dos corpos, resultantes do racismo estrutural, transcorre por todos os aspectos da vida das pessoas que são subjugadas. Na narrativa acima, a mãe relata que o seu filho estava em seu momento de lazer, em um baile funk quando a polícia militar disparou contra os jovens que ali estavam.⁷² Essa relação entre o controle dos corpos pretos, pobres e periféricos e a da violência do Estado relatada nas narrativas nos lembra à lógica do terrorismo, como bem aponta Achille Mbembe em um dos seus ensaios:

⁷² Cabe frisar que esse não é um caso isolado. As manifestações artísticas e o lazer nas favelas e periferias também são criminalizadas. Existe um forte movimento de associar essas expressões ao 'crime organizado', ao 'tráfico de drogas', a 'baderna', à 'vulgaridade'. Tanto que no Legislativo há um histórico de projetos de leis (PL) que tentam criminalizar o movimento do funk e suas manifestações culturais, como o PL 5194/2019 (retirado pelo próprio autor) e depois a ideia legislativa 65.513/2017 que foi rejeitada na comissão parlamentar, não chegando a ser um projeto de lei.

O terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de "estar na dor": estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura (Mbembe 2016, p. 146).

Essas arbitrariedades, abusos, violências e “loucuras” observadas por Mbembe em contextos escravistas ou coloniais ainda permanecem no Brasil, o qual se considera um Estado democrático de direito, evidenciadas pelas narrativas das famílias das vítimas da violência do Estado.

Eu me mudei em outubro de 2013 e quando foi maio de 2014, a mão violenta, pesada do Estado (silêncio, seguido de voz embargada) cai sobre a minha família. Dessa vez assassinando meu filho, aos 19 anos de idade. Meu filho, no dia 14 de maio de 2014, na quarta-feira, três dias após o dia das mães. [...] Minha mãe falou que ele ficou brincando com o cachorro, beijando, tal – a gente ainda tem esse cachorrinho, na casa da minha mãe, um poodlezinho, que quando o Johnatha faleceu a gente sentiu que ele também ficou muito triste, muito triste mesmo. E aí, minha mãe falou que ele disse assim “vó, vou

levar a Ingrid em casa”, e desceu. Ai, minha mãe falou que quando ele desceu ela lembrou que os vizinhos, antes dele chegar, estavam comentando que os policiais da UPP estavam fazendo ronda pela favela, que estavam super agitados. Minha mãe falou que lembrou disso e correu na janela e gritou ele “Johnatha” ele “oi vó”. Aí ela falou “olha, você está com a identidade?”. Aquela preocupação da gente, de achar que a identidade vai garantir a vida dos nossos filhos, o que não acontece. Daí ela falou “você está com a identidade meu filho?” Ele falou “tô vó”. Ela, “então tome cuidado por aí tá? Porque os vizinhos falaram que os polícias estão por aí e, tão, que tão”. Falou “tá bom”, aí ele foi com a namorada. Foram andando. Foi na casa da namorada, deixou ela e conversou um pouco com a mãe dela. Depois a mãe dela relatou que ele conversou um pouquinho com ela, cumprimentou e saiu. Ela falou que ele saiu, ela ouviu os tiros e logo em seguida a outra filha dela mais nova chegou e falou que o Johnatha tinha sido baleado. Logo os moradores tentaram socorrer, levaram ele pra UPA. Ele levou um tiro nas costas, mas chegou na UPA sem vida. Depois que ele saiu da casa da namorada passou na rua onde estava tendo já uma confusão entre os policiais da UPP e os moradores. Relataram que alguns moradores atiraram pedras e garrafas nos policiais, mas nenhum policial foi atingido. Os policiais relataram que dispararam tiro pro alto para dispersar aquela confusão. Confusão que se iniciou por conta de abordagens truculentas que aconteciam cotidianamente. E os moradores já muito saturados de tudo isso começaram a atirar pedras e tal. Sendo que eles fizeram os primeiros disparos pro alto, mas depois eles atiraram e um desses tiros atingiu o meu filho nas costas, bem na região do cóccix. Acho que se ele tivesse sobrevivido ele provavelmente não iria andar mais, não sei (voz embargada e pausa). Talvez ficasse em estado vegetativo. [...] No auge do que aconteceu, [uma vizinha] foi uma das principais testemunhas do assassinato do Johnatha, porque o Johnatha é baleado no momento em que está passando em frente a porta dela. Eu não a conhecia, apesar de morar na

mesma favela, mas é um pouco distante, dentro da área da favela. Quando o Johnatha é assassinado, assim que a gente vai pra UPA e o meu cunhado recebeu a notícia de que o Johnatha não tinha sobrevivido, a Assistente Social da UPA orienta ele a ir até uma delegacia mais próxima para fazer um boletim de ocorrência e ele faz isso. Isso foi fundamental, porque eu mesma não teria condições... não sei, naquele momento eu nem acreditava que o meu filho tinha morrido, sabe? Como é que eu ia fazer alguma coisa? Me levaram para casa e eu fiquei achando que a qualquer momento ele ia chegar e entrar ali. Começaram a chegar vizinhos, começaram a chegar familiares e cada passo que eu escutava na escada eu achava que era ele. Eu falava "é meu filho", parece uma loucura, mas só a gente que passa é quem sabe. Eu achava que ele ia chegar a qualquer momento, que aquilo não estava acontecendo, que era mentira. Então foi fundamental o meu cunhado ter tido essa ação de ir até a delegacia. A partir daí, o delegado orienta ele - porque é isso né, de fazer o papel da polícia - de ir atrás das testemunhas, porque se você não tem testemunhas nada vai andar. E graças a Deus a minha irmã, foi no local, na rua onde o Johnatha foi baleado e aí ela começou a perguntar para as pessoas se alguém tinha visto o que tinha acontecido, se as pessoas poderiam ir até a delegacia relatar, porque a gente não ia deixar ficar assim. E acho que as pessoas já estavam tão revoltadas, porque ele foi assassinado por policiais da UPP, Unidade de Polícia Pacificadora de Manguinhos. (AO., Rio de Janeiro)

Ainda na perspectiva do terrorismo apontado por Achille Mbembe, o "experimentar uma condição permanente de "estar na dor" perpassa por um estado de vigília constante por parte das mães (em grande maioria solas), avós, mulheres negras, moradoras das favelas e periferias. A elas são acarretadas preocupações, externadas na narrativa anterior, como não deixar os filhos saírem sem documento achando que a identidade irá garantir a vida deles, "o que não acontece"; não dormir enquanto os filhos não chegam, orientar os filhos a não usar determinadas roupas, cortes de cabelos, tatuagens, e, em sua totalidade, saber que os filhos são alvos de uma 'guerra' forjada e que a qualquer momento podem vir a ser as próximas vítimas, como relatado por outra mãe do Rio de Janeiro:

Então, no dia do fato eu tinha ido na padaria encontrar o meu irmão e comprar o pão. Foi uma coisa muito rápida. Porque na hora do pão o meu irmão já estava chegando. E o que acontece. Eu levei o meu filho mais velho – que provavelmente se eu não tivesse levado estaria morto também junto com o Fernando. Então, eu peguei o saco de pão, porque logo o meu irmão estava vindo...na hora que eu acabei de pegar o saco de pão começou a bala voar. Eu já peguei e sai correndo e falei com o meu filho mais velho que tinha ido comigo e o meu irmão "vamo bora, vamos correr". E a gente correndo, os moradores deitados no chão... e a gente veio correndo porque deixei o Fernando cuidando dos passarinhos – ele tinha acabado de levar o irmão na escola. Levou o irmão para escola, chegou em casa, foi cuidar dos passarinhos e eu fui na padaria com o meu mais velho. Então, na hora que começou o tiroteio que peguei o saco de pão eu já vim correndo. Nisso que eu vim correndo, muito tiro, muito tiro e eu com medo da gente também ser baleado, mas na hora eu pensava no Fernando em casa, então eu preferi correr. Porque geralmente, ou a gente corre, nessas áreas de risco, ou a gente deita no chão ou procura se enfiar na casa de alguém. E eu, corre, corre, corre, pro meu filho e pro meu irmão. Nisso, o vizinho que trabalha com quentinha, que eu até já trabalhei lá – o neném – abriu o portão e falou "entra". Falei "não" e vim correndo. Cheguei na esquina, o Cotinha, que tem a casa de material, falou "entra, vem, vem pra cá". Falei não, o Fernando está em casa sozinho e vim. O vizinho da esquina que também era amigo, não sabia nem o que estava acontecendo, me chamou pra entrar "vem tia, corre, vem pra cá, vem pra cá", eu falei "Não. Entra que eu vou embora que o Fernando está sozinho em casa". A gente veio embora e quando chegamos na esquina fomos embarrados por policiais que disseram 'podem ir voltando.' Falei 'não, não vou voltar, eu moro ali.' [...] eram policiais do Bope que estavam na esquina de casa, que é bem próximo. Falaram "volta". Eu falei "não vou voltar porque o meu filho está sozinho em casa". Paramos...e eles com aquela palhaçada,

ignorância como sempre né? Porque é assim que eles agem. Quando eles seguiram nós viemos atrás. Nisso que viemos atrás, tinha um monte de polícia saindo do meu quintal, mas até então, beleza – se está saindo do meu quintal está tudo bem né!? Mas foi onde nos aproximamos e vimos as pernas de alguém deitado. Estava descalço. Foi quando o meu filho conheceu o shorts e começou a gritar 'mãe, Fernando não! Fernando não!' A gente naquela...foi onde eu vi que o meu filho tinha sido executado covardemente pelos policiais do Bope. E o meu filho no quadrado dele! Na área particular dele!. Nisso que nós chegamos e o F. entrou já gritando "Fernando não, Fernando não," eles tentaram embarrerar a gente. Eu virei e falei assim, "olha só, vocês vão chamar o socorro de vocês! Vocês vão socorrer o meu filho! Vocês mataram um inocente no quintal de casa! O meu filho não deve nada pra ninguém! Vocês mataram o meu filho! Isso aí é área particular dele." Eles falaram que ninguém ia tocar no Fernando, ninguém iria botar a mão. Eu falei "como assim? Eu vou botar a mão no meu filho e vocês também, porque vocês vão socorrer. (AV., Rio de Janeiro)

Os territórios estigmatizados servem de pano de fundo para as 'intervenções' policiais, com consentimento da sociedade que não se importa em elucidar as mortes, uma vez que no imaginário delas o papel da segurança pública é o de protegê-las da violência gerada pela criminalidade, na falácia da guerra às drogas, mesmo que vidas sejam sentenciadas e exterminadas sumariamente. Como pudemos ver na narrativa da mãe do Rio de Janeiro, a pobreza é associada à criminalidade, onde ao tentar fazer um boletim de ocorrência (B.O.) pelo desaparecimento do filho a mãe é questionada se ele é bandido.

No dia 13 de julho de 2020, era uma hora da tarde, meu filho tinha acabado de almoçar, recebeu um telefonema e falou "mãe, eu vou ali no Vona e não demoro, vou até sem blusa"...então meu filho estava com depressão, ele não passava mais de 4 horas, 2 horas na rua, ele ía e voltava. Quando dei falta dele, eram umas 3 horas depois, umas 4 horas eu comecei a ligar pra ele. Nisso, ele deixou o notebook aberto e as mensagens que chegavam

iam pro notebook e ele estava conversando com a namoradinha que ele estava namorando em casa. Quando foi 5 horas da tarde eu falei "aconteceu alguma coisa com o meu filho", já peguei o documento dele, peguei o meu documento e fui andando no Vona, rodei o lote quinze, rodei tudo, não achei ele, foi caindo a noite e nada...[...] Essa noite eu não dormi, procurei em vários lugares e quando amanheceu o dia fui na delegacia pra fazer o B.O. (Boletim de Ocorrência) e lá o policial não queria fazer o B.O, eu falei que tinha que fazer porque o meu filho estava com depressão. Aí perguntaram se o meu filho era bandido, se ele era ladrão, falei que não e fizeram o B.O. Nisso começou a procura incansável! Se passaram dia 13, dia 14, dia 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, quando foi no dia 28 eu fui encontrar o meu filho procurando em favelas, sozinha, eu e meus vizinhos...minha mãe, né, que me ajudou um dia, só que ela não aguentou. Procuramos em IMLs (Institutos Médicos Legais), em favelas, Comando, TCP (Traficantes do Terceiro Comando Puro de Belford Roxo) facção rival, área de milícia, IML do Rio, IML de onde você pode imaginar eu procurei. Quando foi no dia 28, uma senhora que estava me acompanhando nas redes sociais, que a rede de mães me encontrou, junto com a Nivia, junto com alguns componentes, ela foi e ligou para mim e perguntou qual era a tatuagem do meu filho e eu falei. Ela falou "mãe, pode vir pra cá que o seu filho se encontra aqui", nisso quem atendeu ao telefone foi a minha mãe que pediu pra Sra. que é do quiosque, que vende peixe, pra ligar para o corpo de bombeiros e levar pro IML do Rio que já tinham encontrado os familiares dele porque a mãe estava sem condições de ir para a Ilha do Governador. Aí o meu primo partiu para a Ilha do Governador, chegou lá reconheceu que era ele e nós fomos direto para o IML do Rio. Foi onde encontrei o meu filho em decomposição depois de 17 dias. [...] Jogaram ele na descida do pilar ali na ponte amarela onde vai pra Maré, aqui perto de onde eu moro tem o Amapá. Se jogassem ele no Amapá ele ia aparecer no Rio Guandu e como jogaram ele depois do Vona, onde pega a Maré, ele



foi boiando 17 dias com tempo nublado...meu filho foi parar na beira da areia, só com as tatuagens, já estava só o esqueleto. (E., Rio de Janeiro)

A justificativa para tamanha arbitrariedade é a de que a polícia está fazendo o papel dela como 'bons combatentes de guerras'. Aos(as) moradores(as) desses territórios cabe a exposição constante ao medo e traumas, que levam ao adoecimento, além do risco de vida. Em várias narrativas as mães e familiares relatam como a negligência das autoridades leva as famílias a assumirem grandes riscos para investigar a morte ou desaparecimento do filho.

"[...] A S. me ligou, falou que ele tinha sumido, que não tinha dormido em casa de sábado para domingo...ela ficou sabendo no domingo que ele não tinha chego em casa. Na segunda-feira de manhã eles achavam que ele estava aqui em casa, porque ele tinha marcado pra vir no domingo passar o dia comigo, ficar aqui. Eles ficaram tranquilos, quando chegou na segunda-feira ela me ligou para perguntar se ele estava comigo e eu falei que não. Daí ela falou "ele está sumido desde sábado e eu não estou conseguindo dormir, estou desesperada". Aí, eu saí do meu trabalho e fui pra lá pra saber o que tinha acontecido, a gente foi procurar o L., porque quando ele saiu no sábado ele estava com os 3 primos dele e esse L. junto, aí fomos procurar ele pra saber informação. Ele falou que estava em Austin (Nova Iguaçu-RJ) na casa de uma menina, daí ficamos pressionando, pressionando ele, e ele só falou que era em Austin e a gente foi pra lá procurar ele. Na verdade, a gente estava tão desesperado que a gente não foi pra nenhum outro lugar, já foi pra Austin perguntar [...] É que ele falou que estava em um bar, que tinha um galpão que tinha uma festa lá e que ele estava com raiva da menina...na mesma hora do estresse, comecei a ficar nervosa, comecei a mandar ele falar onde ele estava, que o meu filho tinha ido com ele e ele voltou e o meu filho não, então ele sabia o que tinha acontecido. Ele falou que não, que o meu filho tinha se envolvido em uma briga e ele tinha voltado embora. [...] Aí, ela viu uma foto...começamos a ir no rastro assim "ah, um menino

aparentava ter 17, 18 anos está em tal lugar”, daí a gente começou a andar em Austin assim, por foto. Até que chegou uma foto de uma senhora que gravou e pela foto eu percebi que era ele. [...] Chegamos pra cá 11 horas (23 horas) da noite, deixei um apelo neste grupo de Austin pedindo alguma notícia, a gente não queria saber nem o nome da pessoa nem nada, só queria enterrar o meu filho, porque ele tinha família, a gente queria enterrar ele com dignidade, ele não era bandido, não tinha antecedentes criminais, só tinha 17 anos [...] aí, de manhã, 6 horas da manhã a moça me ligou e falou que a gente podia ir lá. Mesmo assim nós fomos, não encontramos... [...] Nós que investigamos, a F. começou a botar foto, falamos que ele tinha desaparecido lá.. quando encontramos essa foto dessa moça começamos a entrar em contato com ela, só que ela estava com muito medo de falar e apagaram o vídeo, apagaram a foto do grupo, ficamos mais desesperados ainda, né? Ficamos com medo de não achar, mas ela já tinha o meu número, quando foi a tardinha, já estava cansada...achamos o corpo 3 horas da tarde...no quarto dia...eu sei que a gente foi lá e a moça não queria atender a gente de jeito nenhum, voltamos no outro dia e quando chegamos ela falou que ia receber a gente, mas não podia levar policia, nada. Aí fomos. Eu falei “mas tem que chamar o camburão, chamar o expresso, deve estar em decomposição esses dias todos”, aí quando a gente chega lá a impressão que tivemos é que a gente estava sendo observada, era uma mata muito fechada. Hoje eu fico me perguntando como a gente teve coragem de ir pra casa de uma desconhecida que nunca vimos na vida e poderia ter sido ela ou não que falou comigo no telefone, porque eu deixei o meu número lá (no grupo) e qualquer pessoa poderia ter pego. Nós fomos, e um amigo da Suzane que eu agradeço muito a ele, muito! Ele ficou com a gente esses dias todos, andou com a gente pela mata...acho que andamos pela mata uns 20 minutos pra chegar até onde o Lucas estava, da casa da mulher para dentro da mata, e o irmão dela sabia direitinho levar a gente. Levou a gente direitinho, foi, falou que o corpo dele estava lá desde domingo. Meu filho foi espancado, muito espancado...ele cheirava mal,

mas o corpo dele ainda estava, assim, o rosto dele estava machucado mas dava para reconhecer o corpo. A moça falou, nossa, eu estava até com medo de vir aqui porque pra mim esse menino estava todo comido pelos urubus, não sei como esse menino está com o corpo assim, sem estar desfigurado...aí...sentei perto dele, a gente escutava passos pela mata o tempo todo. A polícia de queimados não foi lá, disse que era um local que não tinha número então falaram que eles não iam, de Nova Iguaçu não era a jurisdição deles, aí ficamos lá ligando pra alguém fazer algum favor para poder o camburão ir lá buscar porque a gente não ia conseguir nem deixar o corpo lá, ficamos lá. [...] chegou muita polícia porque pedimos ajuda para o F. que é policial, é tio do Lucas. Tivemos que pedir ajuda pra poder ir alguém lá. E também não queriam levar o corpo sem o papel da ocorrência, o camburão falou que não ia levar de jeito nenhum. Falamos que não tinha como porque a gente estava procurando, que o papel estava com o pai e o pai...o R. (suspiro) supostamente estava procurando no IML, nas delegacias, hospitais e acabou que eu nem sei por onde ele estava porque ele não chegou com papel nenhum lá, mas conseguimos que o camburão levasse o Lucas. Nisso, ela (senhora) fez um desabafo que ali tinha um poço, que matavam pessoas e jogavam ali, esquetejavam e depois disso... depois disso eu não sei se ela falou pra mais pessoas que depois esse Galeto do Vito foi fechado e ali onde é o poço foi fechado também, foi a polícia lá fazer mais investigação e ela teve que ir embora, foi expulsa de lá. (V., Rio de Janeiro)

As narrativas também deixam claro as contradições e o custo humano da “guerra contra as drogas” como justificativa da violência arbitrária praticada por agentes do Estado. Uma mãe de São Paulo relatou a brutalidade sofrida pelo filho nas mãos da polícia – mais um jovem assassinado pelo Estado - ao invés de receber um acompanhamento médico adequado para tratar sua adicção.

Aí, esses dias eu estava passando muito mal, né? Eu liguei pra saber do Renato e a minha filha falou que o Renatinho estava fazendo uns exames – porque a

gente ia internar ele – eu fiquei muito preocupada, acho que com isso e com aquelas dores. Foi quando eu acordei de madrugada, um dia antes do ocorrido. Acordei de madrugada e estava chorando na sala, eram umas 4 horas da manhã. Meu cunhado desceu e falou “o que você tá fazendo aí?”, eu falei “tô muito preocupada com o Renatinho, não sei porque”, e eu com aquelas dores – mãe sente né, Débora? E meu cunhado falou, então tudo bem, amanhã a gente vai lá, amanhã eu te levo pra ver ele e se for preciso a gente internar ele a gente interna, né? Porque o Renatinho estava na adicção, eu já tinha internado ele. Não era de crack, era de cocaína e eu já tinha internado ele 2 vezes por causa da cocaína, mas é tipo assim, o Renatinho só fazia mal pra ele e pra mim que não queria ver ele naquilo, só pra nós dois. Tanto que ele falava, “mãe, um dia eu vou parar com isso, eu não precisei de clínica para começar a usar e não preciso de clínica pra parar com isso”. Ele sempre me falava isso. Era um menino que todo mundo amava, todo mundo adorava o Renatinho. Nunca, nunca no meu portão foi alguém reclamar do Renatinho, ou a polícia no meu portão, nunca! Então, voltando, nesse dia, fui ao médico, o médico pediu uns exames, só que eu liguei pra minha filha e ela ia conseguir os exames aqui em São Miguel, porque ela já exercia a enfermagem. Nesse dia fui pra escola normal, sabendo que no outro dia eu ia pra São Miguel. Fui pra escola e quando foi 10 horas liberaram a gente porque não íamos ter as últimas aulas. O meu celular tinha descarregado, cheguei na minha irmã, já coloquei o celular pra carregar. Assim que eu cheguei subi para trocar de roupa e o celular da minha irmã estava tocando e ela estava na parte de baixo. Eu falei: “R., o seu celular está tocando”, ela falou para mim. Eu atendi e era a minha nora, a D.. Achei estranho, a D.? Eu falei: “Oi D...”, ela falou “eu liguei no seu celular”, falei “é, o meu celular está descarregado, cheguei da escola agora”. Ela falou assim, “a R. chegou de viagem, foi tudo bem?”. Achei estranho, mas tudo bem, né? Daí ela falou “deixa eu falar com a R.”. Fui, dei o celular pra R. e subi pra terminar de me trocar, por o pijama.

Quando estou terminando de me trocar, a R. chega na porta com a minha sobrinha. Ela não balbuciou, não me preparou, nem nada, sabe?! Ela chegou na porta do quarto, olhei pra ela, ela estava branca, minha sobrinha do lado dela. Ela falou "M., o Renatinho morreu". Oh Débora, naquela hora o meu chão abriu, comecei a gritar, gritar, gritar, gritar, gritar. Eu gritava tanto dentro daquela casa, tanto, tanto, tanto que eu gritava, sabe, parece que eu caí dentro de um buraco, pra mim, naquela hora acabou o meu mundo (voz embargada). Foi o pior dia da minha vida! Foi o pior dia da minha existência (voz emocionada). Nem na morte do meu pai, da minha irmã, do meu irmão eu senti tanta dor, como eu senti naquele momento. Naquela hora, eu só queria vir pra São Miguel, só queria vir, falava pelo amor de Deus, me leva, me leva...minha sobrinha me colocou dentro do carro, parecia que nunca chegava, sabe? Até que cheguei no hospital, na Maternidade Santa Marcelina do Itaim Paulista. Quando eu cheguei eu já vi todo mundo lá embaixo, já descii do carro da minha sobrinha querendo subir, todo mundo me segurando, tanto que não me deixaram subir, não deixaram eu entrar, não deixaram sabe... ali me seguraram, e...sentei lá no chão, na guia da calçada e pra mim aquilo não estava acontecendo comigo. Não estava acontecendo. [...] O Renatinho foi abordado às 3h40 da tarde. Tarde de uma quarta-feira do dia 18 de março de 2015, estava de dia ainda. Na hora que o rapaz ouviu os gritos do Renatinho, ele foi com a bicicleta e começou a filmar. Esses policiais espancaram tanto o Renatinho no local, foram 40 minutos o Renatinho ali, apanhando no local. [...] frisaram chutes, murros, pontapés, e uma testemunha chegou a ver eles passando um negócio brilhoso no corpo dele, que disse que ele pulava no chão conforme eles passavam aquele negócio no corpo dele. Ainda ele algemado em pé, com a mão pra trás, eles deram uma rasteira nele que caiu no chão. Foram ao todo 4 policiais, conforme ele caiu no chão, um ficou olhando na esquina, e os outros 3 policiais ficaram socando, batendo nele. As testemunhas viram muito bem ele entrando dentro da viatura, gritando. Ele

falava: "avisa a minha mãe, avisa lá na rua 5 pelo amor de Deus''. Ele entrou na viatura falando, conversando. Depois de 2 horas eles entregam o meu filho morto no hospital. Em coma, né? Em coma. Dizem eles no hospital que ele chegou em coma, mas eu acredito que ele já chegou morto. Depois de 2, 3 horas. Porque isso aí foi umas 4 e pouco, quando foi às 18h04 da noite, o horário certinho, que eu fui no saque do hospital, a entrada dele no hospital foi 18h04 da noite. Então, das 4 e pouco até às 18h04 eles ficaram com o meu filho. [...] O que eu vi na filmagem foram 3 que ficaram em cima dele. Depois daquela filmagem eles ficaram ainda com o Renato umas 3 horas, eu não sei o que fizeram com o meu filho. Ali, naquela hora ele já foi muito espancado, quer dizer, o Renatinho teve traumatismo craniano, sufocamento no tórax, hemorragia em todos os órgãos do corpo. O corpo dele onde mexia tinha sangue por dentro (voz embargada). (M., São Paulo)

Outra dinâmica da violência do Estado no Brasil apontada na introdução que também surgiu das narrativas é a frequência de homicídios praticados por policiais depois de um agente policial ser morto. Uma mãe de vítima do litoral de São Paulo relatou as circunstâncias da morte do filho, no mesmo território que seria a cena da "Operação Escudo" onze anos depois.

[...] Olha, foi no dia 06 de outubro, no dia 07 seria eleição, de 2012. No dia 6 meu filho estava na casa da minha filha, aí ele chegou em casa, foi para o quarto dele e ficou na frente do computador. O rádio dele chamou, eram os amigos chamando pra vir pra cá, pra ir pra rua. Na época eu estava morando no Gonzaga, uns 50 metros da praia, bairro nobre, mas como o meu filho não tinha amizade lá, ele vinha pra cá, onde ele nasceu, foi criado aqui. Ai, ele recebeu o telefonema e veio. Ainda falei pra ele, filho não sai de casa porque amanhã a gente vai trabalhar cedo. Ele falou, não mãe, eu vou só na rua marcar um dez e já volto. Falei, tá bom. Ai, tudo bem. Arrumei as camisas, as roupas e deitei. Acordei com alguém me chamando. Fui na varanda da minha casa e falei: "Júnior, você esqueceu a chave?". Quando

olhei não tinha ninguém, voltei e fiquei sentada na sala. Nisso, o meu telefone na sala toca, e era um amigo falando, "tia, vem pra cá que mataram o Pina". Na hora eu não acreditei, não caia a ficha, quando caiu eu chamei o meu sobrinho que estava deitado ao lado, subimos no carro e viemos - subi do jeito que estava, de camisola, coloquei só um casaco por cima e vim. Cheguei em uma certa distância que não consegui mais ultrapassar, mas aí já estava vindo o meu sobrinho, já estava vindo às minhas filhas, já estava vindo às minhas irmãs, todo mundo já estava avisado, acho que eu fui a última a ser avisada. Passei um momento difícil. Dali sai de ambulância, quando acordei já estava na Santa Casa, fui medicada e vim embora pra casa (pra fazer os trâmites). Não consegui entrar pra reconhecer, foi a minha filha que foi. Quando chegamos lá, ainda estava fechado, porque estavam embalando (um policial da PM que tinha morrido também) - aí vem a causa morte do meu filho - porque na noite que ele morreu mataram um sargento da polícia militar, o sargento Fukuhara. Quando mataram ele na Ponta da Praia, já vieram fazendo besteira pelo caminho, e nessa, meu filho estava na rua também. Aí, quando nós chegamos no IML estava fechado porque estavam embalando ele. O moço mandou a gente aguardar, e quando o corpo saiu, nós entramos, a minha filha foi reconhecer e era o meu filho que estava lá. Depois de liberar tudo, fazer o velório - no velório do menino que morreu junto com o meu filho estava uma Mãe de Maio, que é falecida também, a Vera, que me aconchegou e me trouxe pro núcleo das Mães de Maio. (MH., São Paulo)

No entanto, seis anos antes da morte do filho de MH, e 17 anos antes da "Operação Escudo," aconteceu o maior massacre praticado pela polícia brasileira, também como vingança pelas mortes de policiais, os Crimes de Maio de 2006. O relato de uma das centenas de mães que perderam os filhos naquele massacre evidencia outra dimensão perversa da violência do Estado, na qual a família tenta lidar com a dor da perda do filho, se culpando e perguntando o que fez de errado, quando a íntegra da responsabilidade pertence ao Estado que permite seus agentes exercerem o uso da força letal de forma arbitrária e com a certeza da impunidade.

2012

06
OUT



[...] No dia do falecimento dele, foi um dia depois do dia das mães, na segunda-feira, porque o dia das mães foi domingo. Como ele estava trabalhando muito no domingo na pizzaria, ele ligou avisando que viria almoçar comigo na segunda-feira e veio. Nós almoçamos, eu fiz a unha dele, porque como ele era pizzaiolo ele gostava das unhas muito bem limpinhas, muito bem feitinhas pra não ter problemas com a massa, mesmo usando luvas. Ele saiu e eu fiquei olhando ele sair de bicicleta, até hoje vejo ele saindo de bicicleta da minha casa, né?. E a noite, veio aquela situação de tudo se fechar, toque de recolher. Como a gente não tinha esse costume de toque de recolher, aqui na Baixada Santista, achei muito estranho - eu nem entendia o que era realmente um toque de recolher -, ai ele me ligou às 3 horas e perguntou pelo bebê - o meu neto que tem hoje 18 anos - "mãe, cadê o bebê?". Falei: "o bebê está na creche", porque a creche dele era noturna, a minha filha trabalhava das 2 às 10 e ele ficava nesse período na creche. Ele falou, mãe, busca o bebê porque está tudo se fechando, e ainda falou, não pega o carro sozinha, vai com o tio - que é o meu marido. Nós fomos, pegamos o bebê, quando deu 5 horas ele ligou outra vez e falou "mãe, tô aqui na frente da pizzaria e está fechada", eu falei "meu filho, o que você está fazendo na rua, vai pra casa, e não saia de casa, pelo amor de Deus!" Ele estava com o pai dele, fazia um mês. Ele falou "tudo bem, dona M., eu vou, eu vou ficar em casa." E, não sei quem convidou ele, se foi o primo, pra ir jantar na casa da minha filha e eles foram. Minha filha pediu muito pra ele não sair, mas você sabe como é que é, né? Jovem quer jogar, e na casa da minha cunhada tem videogame e na casa da minha filha na época não tinha. Então, eles queriam jogar videogame. Ele falou assim, é rápido, só vou sair da casa da minha irmã pra casa da minha tia, então não vai ter problema nenhum, só que nesse meio termo ele não conseguiu chegar, porque pegaram eles dois no meio do caminho. [...]

Até hoje eu ainda fico me perguntando porque? O que aconteceu com ele, porque ele? Porque meu filho?

Fiz tanto esforço pra ele estudar, será que errei em alguma coisa pra acontecer isso? Porque não segurei ele naquele dia em casa? Porque ele tinha que sair da casa da minha filha? Porque ele foi lá jantar? A minha filha e o meu genro pediram tanto, na época para os dois ficarem. Meu genro até brincou com eles, falou que tinha uma cama de casal para os dois na parte de cima. Porque ele foi jogar videogame na casa da minha cunhada, sabe? [...] E antes dela me ligar, o telefone estava tocando e eu senti um negócio me puxar, eu fui e voltei, na cama, estava deitada. Eu estava sozinha no quarto, o M. tinha ido atender o telefone, que na época ficava no salão, e era só o telefone fixo, né? Eu pensei, eu devo estar morrendo, porque era uma sensação do espírito saindo do meu corpo. Depois que eu vim entender que foi ele que veio me chamar, me dizer "mãe, já não estou mais aqui", sei lá... foi ele que me puxou. Como ele não conseguiu puxar o corpo, veio o espírito que foi e voltou, foi e voltou, saiu do meu corpo. A parte que saiu do meu lado eu senti como um papelzinho fino, que foi e voltou e quando voltou eu pensei vixi, estou morrendo, o meu espírito está saindo do meu corpo. Depois, quando eu cheguei no hospital, a primeira coisa que eu fiz foi procurar o nome dele lá na lista de entrada e não tinha o nome dele, perguntei "cadê o nome do Wagner?". O rapaz falou: "espera um pouco até que a Dra. venha conversar com a senhora. Falei "porque? Cadê o nome dele que não está aqui? Porque não colocaram o nome dele na entrada? Ele não deu entrada aqui no hospital?", ali na Zona Noroeste. Colocaram ele no CREI, mas ele nem passou perto do CREI, não foi pra lá. Levaram ele pra Zona Noroeste e de lá ele já foi direto para o IML em Santos e de lá foi para a OSAN. E ainda tinha um agravante, não tinha caixão para ele! Aguenta uma coisa dessas? Além do seu filho ter morrido, não tem um caixão para enterrar ele? E você pagando a OSAN. A OSAN falou que estava fabricando um caixão que coubesse ele. Fizeram um caixão tão rente, que a cabeça e os pés ficaram travados no caixão. Ele tinha dois metros. (MS., São Paulo)

DA DOR AO ADOECIMENTO: O IMPACTO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

A violência de Estado inclui não só o ato em sua perversidade direta, como assassinatos, desaparecimentos forçados, torturas, e, embora os homens negros sejam a maioria dos atingidos pelas forças policiais, as mulheres negras sofrem desproporcionalmente os efeitos cumulativos do terror policial ao longo do tempo. Mulheres negras são vítimas de violência sexual, abuso físico e assassinatos pela polícia em uma taxa alarmante (Smith, 2022)⁷³. Porém, além disso, também sofrem os impactos de longo prazo, persistentes e mortais, da violência de Estado: a perda de filhos, pais, familiares e entes queridos, altera devastadoramente as suas vidas (Smith, 2022). Considerando as peculiaridades acerca do luto, da dor e do adoecimento que tamanha violência tem causado, é importante destacar o conceito de saúde adotado pela OMS “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (SILVA, 2021 apud VIANNA, 2012, p. 85). As sequelas dessa violência do Estado influenciam nas subjetividades, afetando o bem-estar físico, mental e social, causando uma série de doenças, levando-as a sobreviver em sinal constante de alerta, criando uma sensação de perigo permanente e torturador, intensificando o sofrimento causado pela perda, impactando diretamente no convívio social e familiar, nas atividades rotineiras, como o asseio e os afazeres domésticos.

Os resultados são problemas físicos, incapacidades, estresse psicológicos, depressão, pensamentos que levam a tentativas e atos suicidas, o uso frequente de medicação, hospitalização e até mesmo a morte prematura, conforme veremos nos trechos das narrativas a seguir:

Hoje eu tenho problema de tireoide, por conta disso que também foi acarretado na minha vida, então eu procuro também cuidar da minha tireoide, tenho aí esses problemas de hipertireoidismo.

É muito sofrimento, sofrimentos incalculáveis, a gente não deseja isso para nenhuma mãe, que nenhuma mãe passe por isso, infelizmente passam. Cortaram o sonho do meu filho, um jovem de 18 anos que tinha anseios, muito estudioso,

⁷³ Christen A. Smith, ENTREVISTAS . Educ. Pesqui. 48, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248002002> - Acesso em 22/06/2024 (<https://www.scielo.br/j/ep/a/n4T27pVc35QYdyfPn9YVp/>)

dedicado, menino assim que tinha uma vida pela frente, como outros tantos jovens que tem a sua vida ceifada, dilacerada mesmo. (C., Bahia)

Assim, hoje essa é a minha maior dor. O meu filho mais novo ficou doente por conta dessa situação toda, ele tem transtorno bipolar, meu filho mais novo, J. e eu me faço de forte todos os dias para não deixar ele cair, e ele surtou várias vezes depois que vim morar em Brasília, várias vezes foi ao psiquiatra, ficou internado e eu para não surtar também, porque eu tinha que ser forte naquele momento, tinha que me fazer de forte naquele momento para ele não perceber, hoje meu filho faz tratamento psiquiátrico, psicológico, por conta desse transtorno que ele tem, porque foi ambiental, foi um transtorno. Na família a gente não tem nenhuma, mas por conta das consequências do que aconteceu com o irmão dele, hoje meu filho é uma pessoa assim, com esses problemas, acarretou problema mental no meu filho, então é uma luta, eu procuro não falar isso perto dele, porque antes ele ficava me cobrando muito, quando ele surtava, ele fica falando, cadê meu irmão, e foi muita dor, muita luta, só Deus sabe a luta que eu tive que travar comigo mesma para ser forte, não deixar cair, para buscar uma outra linha de trabalho, um trabalho mais para poder trabalhar em casa, não ter que trabalhar para os outros, trabalhar para mim para eu dar mais direção para ele, graças a Deus ele está bem, mas toma medicação controlada, isso é o resto da vida. (C., Bahia)

A mãe tem que lidar com a perda do filho e, ao mesmo tempo, precisa se manter aparentemente forte para não deixar o restante da família cair.

Não, eu tava com uma médica aí, uma clínica, ela até falou que iria arrumar uma psicóloga para mim, após ouvir a minha história com o meu filho, aí eu tomo uma medicação para dormir, porque tem dias que eu não durmo, de ontem para hoje eu não



dormi, ansiosa, eu tomei até uma medicação agora, só que eu estava assim, não vou dormir, porque se eu tomar ele cedo, eu sempre durmo a tarde, quando eu acabo os meus afazeres em casa, porque eu cuido de 2 crianças, eu trabalhei com uma família 19 anos e eu vi essas 2 crianças nascer e aí então os pais me chamou para ficar com eles porque tem uma secretária que mora distante, mora muito longe e já eu moro aqui perto da casa dela, aí eu fico essas 3 horas de relógio com essas 3 crianças, até os pais chegarem, quando eles chegam eu venho para casa, eu pego as 5 e saio às 8, aí venho para casa. Eu tenho buscado muito a Deus, eu estava no evangélico, aí saí, aí agora voltei, não vou direto, mas de vez em quando eu vou à igreja, buscar forças, peço a Deus para me dá força, de vez em quando tomo uma, fumo um cigarro porque o meu marido fuma, mas ele não quer que eu fume, mas quando eu to demais, Deus me perdoa, mas eu vou fumar, aí eu pego um cigarrinho para dar uma acalmada e eu faço uso do Clonazepan, desde o tempo da minha mãe porque ela fazia uso, minha mãe teve uma depressão e aí foi logo quando Mateus desapareceu, e eu tomava muito chá e não resolvia, aí fui e tomei uma banda desse clonazepan e me viciiei, só que o médico mandou que eu retirasse, que era para eu tirar, que no futuro não vai fazer bem para você, mas eu não tirei não, porque eu não sinto sono, eu não durmo e quando eu estou assim, muito triste, eu tomo ele para relaxar. (L., Bahia)

Perder um filho já não é algo que se está preparado(a), ou, parte de um ciclo que se entende como natural, agora perder um filho de maneira brutal e desumana é algo imensurável em sua definição. O impacto de tamanha violência, como já apontado anteriormente, perpassa por todos os aspectos das vidas dessas mulheres, mães e familiares, inclusive funções básicas para uma vida digna, como por exemplo se alimentar e dormir. Praticamente em todas as narrativas, a falta de apetite causada pela sensação de angústia e a insônia são apontados como fatores acarretados, após a morte de seus filhos e entes queridos.

No período que teve o encontro das Mães de Maio, fazia pouco tempo que Rodrigo tinha falecido, aí me senti mal lá, aí uma pessoa veio, me socorreu, o pai de um menininho, esqueço o nome dele, é do menininho que faleceu no Rio, aí ele me orientou, você vai precisar de ajuda, não fique assim sozinha. Aí ele falou você vai precisar de ajuda, porque a gente nunca acha isso, que vai passar, pois passar não passa, tem aquele período, depois vai trabalhar, vai chorar de noite ou quando chegar em casa. Eu comecei ouvindo as vozes, nesse momento uma senhora me abraçou e me deu um cartão e pediu meu contato e pouco tempo depois ela me ligou e conseguiu psicólogo para mim, na universidade, na UFBA, eu fui umas vezes, mas eu não conseguia falar, fui 2 dias, sem falar, ela ficava olhando para a minha cara, e eu lá calada, não saía, e ele, fale alguma coisa, seu nome, não conseguia, aí um dia, já chateada, não estava gostando disso não, ele, pode falar, estou esperando, aí falei meu nome, eu acho que você sabe o que ocorreu comigo, e ele, não, é melhor que você fale, aí eu fui falando, mas tinha um horário e eu estava passando do horário já, quando terminou a minha fala, eu não me controlei, entrei em desespero de chorar, sabe o que é chorar de você não parar, e haja lenço, parece que era uma torneira aberta, não era um choro, e eu assim, dentro do consultório, o que é que eu faço, meu Deus me controla, por favor, e ele só me dava o lenço, aí ele falou que tinha o horário, uma pessoa esperando, mas que eu voltasse, eu escutei e não voltei mais. (M., Bahia)

[...] eu tô doente, eu tô falando agora, sem tá cochilando, sem tá dormindo, porque eu não tomei o remédio, é como eu estava falando antes, os remédio é uma bomba e falo o nome deles tudo, não é um só, nem um, nem dois, nem três, é muito remédio que eu tomo, não consigo dormir direito, mesmo com o remédio, passo da hora dormir, acordo cedo e fico zamzando, se eu tomar o remédio tudo bem, tudo isso causado depois disso aí, do desaparecimento de Rildean, aí tive AVC, açúcar ficou alto, diabetes, eu não tinha isso, depressiva, nervosa demais,

tem horas que eu fico dentro de casa, eu começo a gritar, eu grito, eu peço socorro a Deus, eu peço que tenha misericórdia, eu grito mesmo, tem dia que eu to só Deus mesmo para me manter e acalmar, fico pensando não é possível, como é que pode e o Estado, o governo que não faz nada pela gente, não está nem aí, to fazendo tratamento, algumas pessoas que eu conheço ficou me incentivando e falando, eu estava de um jeito, teve uma vez que eu tentei me jogar da passarela, de tão machucada que eu estava, fazendo tratamento com psiquiatra, psicólogo, no Aristides Novis, aqui em Salvador, to fazendo tratamento com eles, para que eu possa reagir, para que possa continuar firme lutando, mas o Estado não me fez nada disso, eu que fui em busca, porque eu vi mesmo que eu estava precisando, minha família viu que eu precisava, para eu não enlouquecer. (Mm., Bahia)

[...] pois a cada dia que passa eu venho me abater, eu já sou uma mãe depressiva. Há 8 anos eu também entrei em depressão, estava tentando me reerguer, acompanhamento com psicólogo e vou muito para a igreja e isso aí tá voltando tudo, ansiedade, não durmo, não me alimento direito e me acabo no cigarro. [...] Minha Psicóloga é a Dra. R. [...] foi muito antes, por causa do meu problema de ansiedade, depressão, antes de acontecer isso, ela já me acompanhava, eu já estava quase no final do tratamento. [...] eu recaí, eu cai em pranto, eu gritava, aconteceu aqui a morte de um menino de 17 anos, aquilo ali me matou, aquilo ali parecia que era comigo de novo [...] mas não foi a polícia não, mas foi confronto deles lá, aquilo ali parecia comigo de novo, aí o meu filho de 15 anos, não aguentou ver os meus prantos, veio me abraçou, o Mãe não fique assim não, minhas filhas ficaram preocupadas, porque meu problema de pressão é emocional, então se eu me emocionar ela vai para os ares. O Mãe fique quieta, se acalma, aí pegou água com açúcar e eu não parava, e eu vi aquilo parecia comigo, então sempre que eu ver eu vou me abater, sempre que eu ver eu vou me desesperar, porque não vai passar nunca, eu já sofria quando não era comigo, imagina hoje que é comigo. (S., Bahia)

A medicalização após o ocorrido, também aparece nas narrativas, como forma de amenizar e até mesmo amortecer a dor e o sofrimento em primeiro momento. Cabe ressaltar, que a medicalização sem levar em consideração o trauma de âmbito social a que essas mulheres são arrastadas também é uma das estratégias do terrorismo de Estado. De modo geral, os fatores sociais relacionados ao processo saúde-doença são desconsiderados, ou seja, são tratados como casos isolados e não como um problema coletivo, tendo a violência estrutural como causa. Nesse sentido, as mulheres, mães e familiares vítimas da violência estatal, são expostas ao uso de medicamentos também como um controle de seus corpos, na tentativa de levá-las à aceitação e a não reagir, no sentido de “a vida continua” e até mesmo de calar as vozes. E, uma vez que o Estado não se reconhece como produtor do terrorismo, as próprias instituições que deveriam acolher e cuidar, não estão preparadas para atender as demandas da violência de Estado e seguem reproduzindo violências em variados níveis.

Eu hoje vivo a custo de remédio, quando vejo que vou cair, Deus não deixa eu cair, ele me levanta e a falta dele é muito grande, muito grande. Não durmo sem tomar o remédio. [...] Hoje, tomo remédio pra dormir e pra depressão. Tentei suicídio porque eu não queria mais viver, porque o Mizael era muito carinho comigo, ele me cheirava toda hora, me abraçava, se ele fosse daqui pra esquina a gente pastorava (pastoreava) porque ele não gostava de ir só, não gostava de sair de casa, o negócio dele era ficar dentro de casa 24 horas. (L., Ceará)

Toda a família é abalada com a morte brutal e prematura. É a perda de um vínculo familiar. A ausência no cotidiano do toque, do abraço, do cheiro, como mencionado nos relatos das mães, acarreta uma tristeza profunda de não poder mais compartilhar momentos com o ente que morreu e o trauma gerado pela violência afeta toda a rotina familiar em aspectos essenciais, como trabalhar, no próprio autocuidado, na convivência familiar, até mesmo o líbido e na sociabilidade.

[...] a vida da minha família, a saúde, o psicológico de toda a minha família tá abalado, de todos, meu marido nervoso, meu marido ficou 5 anos sem cortar o cabelo, sem fazer a barba, mesmo assim tem dias que ele fica meses sem cortar o cabelo, eu sinto, porque eu to vendo, que o

que eu to passando, todos ao meu redor estão prejudicados, é todo mundo nervoso. (Mm., Bahia)

[...] A minha mãe não tem mais saúde, desde a época que mataram o meu irmão, ela vive um dia de cada vez, tem dia que ela está bem, tem dia que ela não está e a gente faz o impossível para levantar ela. Teve uma época que ela chegou a dizer que queria morrer que não ia tomar os remédios que queria morrer, que iria desistir, acabar com essa dor e ir para o lado do filho dela e eu digo isso para ela, Mãe eu sei que é muito difícil o que a senhora tá passando, só que a senhora ficou com mais 5 filhos e a gente não tem saúde mais, não tem saúde mental, saúde psicológica, só que todo dia a gente luta para poder ter saúde para poder ajudar ela a vencer isso, porque na verdade quando o Tico morreu, eles só não levaram um pedaço da gente, levou a vida, porque é um dia de cada vez a gente lutando, tem que dia que você está bem, tem dia que você não está, mas você tem que ter força para continuar, a nossa vida é assim. (F., Ceará)

Na busca por auxílio passam por um processo de julgamentos que muitas vezes partem das próprias instituições e organizações que deveriam acolher e auxiliar, numa perspectiva de 'favor' e não de acesso a direitos constituídos. Conforme o relato a seguir, as (os) familiares das vítimas passam a se sentir culpadas (os) pelo que aconteceu. E com o passar do tempo, com a falta de resoluções, vai sucedendo por parte dessas 'ajudas' uma imparcialidade, que corrobora com o apagamento dessas histórias, principalmente dados os números de execuções que acontecem diariamente no Brasil, seguindo uma lógica de dar atenção a apenas o que está sendo noticiado e destacado nas 'grandes mídias' naquele momento.

Esses anos tem sido muito difícil para a gente, vivemos um dia de cada vez, no começo a gente teve muito apoio de outras instituições, teve apoio dos Direitos Humanos, arrumaram psicólogos, ajudaram a gente na maior parte do tempo, até a gente entrar no grupo e eles ajudarem a gente. Nós nos sentimos revoltadas porque eles tem muito preconceito com a gente tanto porque a gente é pobre, meu irmão era preto, como se eles que fossem a vítima e nós os

culpados, nesse caso eles disseram para a gente que ia dar indenização para a mãe, por conta que a mãe gastou com muita coisa, porque a mãe desde que o Tico morreu toma remédio controlado para dormir, ela já passou por várias coisas e o Estado ia ajudar nisso, disse que iria ajudar com o velório, ia arcar com tudo, já que tinha sido os policiais. (F., Ceará)

São inúmeras as sequelas deixadas pelo sofrimento e pelo sentimento de incapacidade que se constituem em doenças que acometem o corpo dessas mulheres e familiares, dentre as citadas nas narrativas estão: *hipertireoidismo, transtorno bipolar, ansiedade, depressão, insônia, diabetes, AVC, pressão alta, síndrome do pânico, úlcera nervosa, queda de cabelos, problema cardíaco, tireoide, osteoporose, câncer, mioma, cisto no útero, enfisema pulmonar, arritmia cardíaca e derrame.*

Na época do acontecido, minha pressão subiu muito, até hoje, eu não tenho, mas fiquei com esses problemas, estou ficando com crise de ansiedade, eu não tinha, ultimamente, até falei para o meu marido, o que não presta está vindo para cima de mim, tem dia que eu estou aqui, alegre e satisfeita, de repente me dá aquela crise de choro, parece que vou morrer, aquela agonia, meu Deus será que vai acontecer alguma coisa, o que está acontecendo, você pensa logo, aí não, fui para o Hospital, teve uma vez que entrei numa crise tão grande aqui que eu fui para o hospital, aí o médico disse que eu estava tendo crise de ansiedade, a senhora vai se acalmar, quer dizer não aparece mais nada bom não, a minha pressão do nada sobe, quer dizer a minha saúde boa que eu tinha não tenho mais, é difícil. (Ma., Ceará)

eu trabalho em casa porque não consigo trabalhar fora, eu tenho medo, às vezes de sair na rua, fui ao médico recente, tive que passar com psicólogo, pois só vivia chorando e esse mês vai o mais difícil da minha vida porque vai fazer 7 anos que eu perdi meu filho dessa maneira cruel, sem piedade. eu clamei a Deus pelo amor de Deus não mate o meu filho, mas não tiveram piedade, e é isso, eu vivo

aqui muito triste, sei que não vai mais trazer nossos filhos de volta, mas a gente vai conseguir a justiça da Terra, e através desse projeto Mãe da periferia, eu conheci a Dona Edna, uma pessoa boa, maravilhosa, que pena que foi dessa maneira que ela perdeu o filho dela, mas nós todas uma fortalecendo a outra e juntos somos mais fortes para nós seguir essa caminhada. [...] Eu tava tomando remédio para dormir, graças a Deus eu não estou mais tomando, agora só tomando mesmo para a pressão e o outro que a gente toma junto, que é para dor de cabeça forte e o outro para quando eu me sentisse triste para tomar, que não é para eu estar chorando o tempo todo, ele aliviava um pouco, mas eu sou uma chorona, eu choro por tudo. (R., Ceará)

a partir daí tudo na minha vida mudou, a partir daquele momento eu perdi a minha vontade de viver, eu não nego para ninguém, apesar de que eu tenho outros filhos, mas naquele momento eu me vi sozinha, no meio de um deserto, não sabia para onde ir e a partir daquele momento eu tinha perdido uma das pessoas que eu mais amo na minha vida, ele era o meu filho mais novo, no dia 08 de setembro o meu filho tinha acabado de fazer um curso de Socorrista, era o sonho de Juan ser um socorrista, meu filho amava essa profissão, então a partir daquele momento eu sabia que o meu filho não iria ser mais aquele profissional, que o meu filho nunca mais ia lutar o muay thai dele, nunca mais o meu filho iria me abraçar, nunca mais Juan iria ligar para mim, Mãe a senhora tá onde, a partir daquele momento eu perdi o que tinha de mais precioso na minha vida, então, eu passei muitos meses sem sair de casa, eu passei 3 meses sem sair de casa [...] Hoje eu já não estou mais acompanhada, pelo menos não tive mais contato e às vezes que a gente tem algum acompanhamento e através do movimento, a Edna consegue alguns psicólogos para conversar com a gente e aí a gente tem esse acompanhamento, mas se for esperar que o Estado dê um psicólogo, faça alguma coisa, não faz nada, e até quer um hospital para internar as mães e pronto, e entupir de remédios, é isso que eles querem fazer com a gente e se você quiser saber de alguma coisa você tem que estar em

cima procurando porque eles mesmo não procura saber de nada, deixa lá, quieto e pronto. (T., Ceará)

Eu me pego pensando assim, caracas já se passaram 17 anos, daqui a pouco os caras estão soltos. Eles têm que cumprir 30, quer dizer, 13 anos, piscou o olho já passou 13 anos. Aí eu fico imaginando em ver esses vermes soltos, Nivia? Não vou aguentar isso. A gente já adquiriu várias doenças, eu mesma já adquiri tantas doenças, estou aqui só pela misericórdia do senhor. Imagina vendo um sujeito desse que cumpriu 30 anos, saiu numa boa. [...] É que muitas dessas pessoas não se enxergam como alvo, acham que nunca vai acontecer, só com outra pessoa, não vai acontecer com ela. Até acontecer com eles, né? A dor é só aqui em mim né? O outro não é afetado né? Ai, Nivia, quanto a isso eu sou muito revoltada. Já adquiri doença, sou depressiva, não consigo mais viver feliz, nunca mais, não tenho alegria, não adianta. Às vezes as pessoas falam "vai viver". Vai viver não, eu tô viva, mas é não a mesma alegria, não tem como a gente voltar atrás e fazer tudo de novo. Tudo bem, eu vivo porque o meu coração está batendo, mas dizer que tem alegria, não tem não. [...] Eu fui ao médico ontem porque ultimamente eu não tenho dormido porque o meu coração está muito acelerado, então eu posso ter um infarto. Aí fui ontem ao médico e ele até aumentou a quantidade do remédio. [...] Tomo remédio pra pressão, pro coração, a vida nunca mais vai ser a mesma, porque eu já não tinha tanta alegria de viver e depois de tanta decepção, de tantas tragédias, tanta tristeza, não tem mais como dizer que eu sou feliz, por mais que a gente queira. (S., Rio de Janeiro)

Quando me perguntam se eu tô bem...a gente fala que tá bem porque não adianta falar que não, né? Mas assim, acho que também a parte espiritual precisa ser fortalecida também, sinto isso sabe... mas eu sinto que existe um adoecimento...mas são coisas que...não sei...de uma coisa eu tenho certeza. Se eu não estivesse nessa luta eu já teria morrido. Essa luta é o que tem me salvado desse adoecimento mais profundo, sabe? Acho que a luta tem me dado



2012
10
MAI

PORTA
ABERTA
PORQUE
MATHEUS VAI
VOLTAR

esse respiro. Porque é o lugar onde eu choro, onde eu grito, onde eu falo, onde sorrio quando eu falo e lembro do Johnatha. É o lugar onde eu tenho esse escape, onde falo e faço coisas que dentro de casa eu não vou fazer. Se eu tentasse voltar a minha rotina antiga, acho que eu não estaria viva, estaria profundamente adoecida. Encontrei na luta esse lugar...é...às vezes as pessoas até falam "está com acompanhamento psicológico e tal?". Eu falo, "ah, meu psicólogo é a luta, a minha luta, onde eu me curo". É assim que eu sinto, é meu lugar de cura. Mas eu confesso que diante de tanta violência que está a cada dia mais acirrada, confesso que tem horas que... parece que, sei lá...é estranho. Às vezes penso assim "ah, vamos parar, deixar isso pra lá, não vai dar em nada, muitas vezes a gente só está se desgastando", porque você sabe Nivia, você sabe que essa luta não é fácil. Não é fácil pra gente estar travando essa luta contra esse Estado que é tão bem organizado. Por exemplo, eu aqui que estou tão próxima desses locais onde aconteceram essas chacinas...ontem mesmo estava vendo o Profissão Repórter eu fiquei em prantos, chorando, chorando, chorando vendo o depoimento das mães. Então, acontece uma chacina aqui do Jacarezinho, completa 1 ano, no mesmo mês acontece a chacina da Vila Cruzeiro e são regiões que ficam muito próximas de Manguinhos. É uma sensação de impotência, porque parece que realmente não vai dar em nada (voz embargada). Isso acho que adoce mais a gente. Isso adoce com certeza. Às vezes eu perco as forças. (AO., Rio de Janeiro)

Eu tenho passado por um processo bem grande com o Paulinho depois da morte do Fernando. O Paulinho tem tido umas crises fortes de ansiedade, então a minha vida é hospital - ele no oxigênio, quando não é isso é nebulização, faz uso de bombinha, Aerolin e Crenil - está com uma úlcera nervosa também, devido a ansiedade, teve crise de bronquite e asma, quando ataca a ansiedade. Depois da morte do irmão toma remédio controlado, toma antidepressivo, inclusive, na semana passada ele

estava querendo se cortar e a gente sem entender nada do que estava acontecendo, e com muito custo ele falou que estava querendo se cortar para passar a dor. Então, são os procedimentos que a gente passa, a vida que a gente leva depois da perda. Já tive várias perdas, mas não assim. Perdi o meu irmão também em um acidente, perdi o meu sobrinho que era policial e foi assassinado, mas o baque do Fernando foi bem pior, né? Acaba com a nossa saúde, acaba com a nossa vida. Então, é o que fica, o Estado mata e continua matando aos pouquinhos, porque fica difícil! Toda vez que acontece essas coisas a gente lembra, já não tem como esquecer mesmo, mas é uma coisa que a gente está sempre lembrando por causa do procedimento do dia a dia que a gente passa, entendeu? Mas é isso aí, o P. já faz tratamento com o psiquiatra já faz 4 anos... e estamos aí. (AV., Rio de Janeiro)

[...] o NAPAVE eu vim conhecer depois, através da Nivia, porque eu já estava com problemas psicológicos. [...] Tomo rivotril, remédio de pressão, vitamina D porque entrei em depressão, tomo vários remédios, fiz vários exames, não é a mesma coisa. [...] eu só tinha pressão alta, aumentou com a perda do meu filho. Cada dia aparece uma dor, uma coisa, cabelo caindo. (E., Rio de Janeiro)

Quando o meu filho morreu eu fiquei muito desesperada, fiquei triste, fiquei arrependida, porque eu tenho mais 3 filhos e eles estão comigo. E eu fiquei com a mente muito confusa. [...] Teve um tempo que eu estava tão dopada de remédio que a minha filha escreveu uma carta para mim e todo dia o meu filhinho que tinha 8 anos, o D., tinha 7 para 8 anos, vai fazer 4 anos...ele escrevia uns bilhetinhos e colava na cabeceira da minha cama e eu nunca lia e quando eu ficava sóbria porque eu não tomava o remédio pra poder ir fazer faxina e ir trabalhar, que eu comecei a ver aquilo e fui ler a carta onde a minha filha falava que o Lucas tinha morrido, mas que eles ainda estavam aqui e precisavam de mim. [...] Eu não acreditava

em ansiedade, não acreditava em depressão, incrível, era até uma hipocrisia, eu achava que era uma frescura, mas eu tive depressão e crise de ansiedade e passo por uma médica aqui do NAPAVI, tomo fluoxetina, agora troquei e estou tomando sertralina e consegui cortar o clonazepam, mas eu tomava pra poder dormir porque eu acordava muito desesperada durante as noites, eu lembro muito de estar procurando o meu filho na mata, tenho alguns reflexos do Lucas, de estar procurando ele. A minha saúde é assim, à base de remédio mesmo. [...] a minha pressão oscila. Se eu ficar muito pensativa sobre essas coisas...às vezes a gente fica pensando, pô o meu filho morreu e não aconteceu nada, ninguém foi punido, então a justiça não foi feita, eu fico com a pressão muito alta, é emocional mesmo. Já fui ao cardiologista e a minha pressão estava 10, aí eu tinha que tirar a minha pressão por 3 dias pra poder levar lá no posto e a minha pressão ficou 10. Já estive no posto e a minha pressão está 15, 16 por 3 dias e o médico me passou remédio, então eu tomo remédio porque a minha pressão oscila. Tomo mais na hora de dormir pra poder controlar. [...] Todo dia de manhã eu tomo uma sertralina se não eu fico angustiada, nem sei como explicar, é uma coisa muito...se eu não tomar a sertralina, eu já fiquei sem tomar, eu sinto o meu coração disparado, eu fico suando, fico com medo de ir na rua. Eu também não gosto muito de ir na rua, os meus filhos que fazem as coisas aqui em casa, mercado, fazem tudo. Eu passo a maioria do tempo aqui. (V., Rio de Janeiro)

Há muito tempo eu tinha problemas com intestino, mas nunca corri atrás. Depois de 5 anos eu acabei ficando doente, com dores. E no momento estou com problema no coração, que é a cardiopatia, e do resto, a gente tem mesmo as dores da vida...eu fiquei mesmo muito doente, assim como a F. também acabou ficando. Depois de 2 anos que o Paulinho foi embora ela acabou ficando com problema da tireóide e fez tratamento dos carocinhos que apareceram fora, e quando ela foi operar do outro lado já tinham mais dois carocinhos que ela tirou. Ela ficou sem a tireoide, o que prejudicou muito, e a doença

ficou um pouco mais evoluída, e isso prejudica, né? Porque as pessoas olham, as pessoas falam e isso me deixa muito triste, mas parece que ela superou um pouco porque nunca reclamou disso. Agora mesmo estou muito feliz porque ela vai fazer uma operação da hérnia e ao mesmo tempo de um problema que ela tem na barriga, então é como se a minha filha voltasse como ela era quando nasceu. [...] e 14 anos depois aconteceu a doença dela do pulmão, né? E foi o próprio N. que trouxe essa resolução pra ela fazer o tratamento. Espero que daqui pra frente só tenha melhora, porque até o F. (esposo), esse ano, está sendo muito sacrificado pra eu acompanhar ele e ele me acompanhar. Mas está correndo tudo bem. Hoje mesmo ele vai saber a resposta da radioterapia que ele vai fazer porque não pode fazer a operação porque já está de idade. Então, é melhor fazer essa radioterapia porque o câncer dele não é agressivo, pelo menos isso foi um alívio muito grande, desde a primeira resposta que falou que ele estava com esse tumor eu já sabia que não era agressivo. Ele acabou ficando doente de saudade do Paulinho, da Juliana, isso judia um pouco da gente, mas a gente tendo as graças do céu, a gente vai em frente e fica ali, lutando, esse é o remédio. [...] A gente fica doente, um pouco é da idade também, né? Dores no corpo eu tive dos 30 anos pra cá, mas eu sempre acabo superando isso e seguindo em frente, como estou indo até hoje. Agora, esse ano está sendo mais sacrificado por causa de sair muito, eu saí ontem de ontem, saí ontem, vou sair hoje, amanhã vou ter uma teleconsulta com o Dr. da urologia, porque estou com problemas de cálculos nos rins que já foram destruídos, então é isso aí. É mais pela idade também, entende? Mas antes disso a gente era feliz, com os filhos, já casei 'véia', né? A F. já nasceu quando eu tinha 32 anos, a Juliana 33 e o Paulinho 34. Era uma felicidade! A gente tinha dificuldades, mas superamos isso, até que com os 14 anos do (Paulinho) começaram os problemas, a F. já ia em bailinho, também dava preocupação, a Juliana também, mas a gente era feliz. E, pra falar a verdade pra você, nós continuamos felizes! Porque

felicidade a gente corre atrás, nos momentos, as coisas que acontecem com a gente, um passeio. Eu falo pra você que perante todas as minhas dores eu sou feliz! Eu não sou infeliz! Eu corro atrás de agarrar na felicidade, seja uma criança que nasceu, seja em um presente que eu ganhei, são os momentos, e isso é a gente correr atrás da felicidade, entendeu? [...] Eu procuro muito pela oração para que ele esteja sossegado, não sei se ele está na Terra ou no céu. Então eu peço pra Deus não deixar ele sofrer (onde quer que ele esteja). E a superação...a gente acaba tendo uma saudade muito grande (choro)...ao mesmo tempo que eu me preocupei com ele, eu me preocupei com a F. porque ela pegou toda a minha dor pra ela, e isso também me deixou um pouco desassossegada...até que chegou o N. para ajudar a gente, né? Para matar um pouco a saudade, porque ele é uma criança muito boa pra gente. É a luz que veio no nosso caminho e pelo menos ajudou um pouco a F. na depressão dela, porque ela pegou toda a minha depressão pra ela, toda. Eu luto bastante, tenho como sair disso, mas ela já tem um pouco de dificuldade, e o resto a gente corre atrás porque a vida continua, né? **(M., São Paulo)**

[...] Nenhum pai e mãe consegue suportar isso, perder dois filhos de forma violenta, como foi com a Ju e como foi com o Paulinho. Então tem essa diferença. Em relação a mim, quando aconteceu com a Juliana, eu tinha 18 anos, eu era muito nova e de lá pra cá já se passaram 23 anos e nesse intervalo de tempo aconteceu isso com o Paulinho, então, nesses 23 anos pra cá, acho que dá pra dizer que não teve dias que eu não tenha tomado remédios, entendeu? Inclusive, até hoje eu tomo remédio pra dormir. Tomo antidepressivos até hoje. Então, com certeza, no meu caso, que não sou uma pessoa de idade, dá para afirmar que tem total relação com essa não resposta, de como é difícil ser a filha que sobreviveu – as psicólogas falam, quando comecei a fazer terapia no CRAVI, logo depois que aconteceu, desse lugar de ser a filha que sobreviveu, do quanto é difícil. **(F., São Paulo)**

Eu tenho bastante amigos maravilhosos, muita gente boa. Só que a partir do momento que eu fiquei em depressão eu me isolei de tudo e de todos, amigos, família, de tudo. Eu me isolei. [...] Antes eu gostava muito de ir em shows de artistas, tipo assim, eu trabalhava, mas o tempo pra mim sair era mais isso. Eu ia em bastante shows de artistas que eu gostava, mas hoje, já não vou, pelo fato da depressão, por ficar isolada, pelo acontecimento, né? [...] No dia que fizemos o protesto por causa da matança dos jovens eu conheci a Márcia, no protesto. [...] aí a gente se reuniu naquele dia, todo mundo, a Rede Contra o Genocídio também, conheci a Márcia lá, entrei no grupo... não sou muito fluente lá no grupo pelo fato de ter perdido essa comunicação, por causa da depressão, por me isolar, não querer falar, é mais por esse motivo. A depressão que eu fiquei é daquela que você não quer ver ninguém, você não quer conversar, você não quer sair. Parece que a vida perdeu a cor, a vida não tem mais alegria. Parece não, é assim que eu me sinto. A vida não tem mais cor, não tem mais alegria e... é difícil lidar... é difícil. [...] Ah, hoje vivo à base de remédios, né? Porque se não fossem os remédios eu já tinha morrido. Eu lembro que naquele dia que mataram o meu filho me mataram também. [...] O remédio adormece, tanto é que o remédio serve para acalmar mais, porque se não fossem os remédios! No começo tentei parar e tive uma crise muito feia de pânico, eram 3 horas da manhã, começou aquela dor, aquela falta de ar, o coração acelerado, comecei a tremer, estava na minha casa e a minha mãe mora em cima, subi na minha mãe, queria gritar, mas não conseguia, faltava o ar. A minha mãe falou para o meu filho tirar o carro para me levar ao médico. Enquanto ele estava tirando o carro a minha mãe me deu o Diazepam, que eu não estava tomando, começou a passar álcool no meu peito (gesto de massagem no peito), foi aliviando, ela fez um chá e me deu, foi quando começou a passar e não precisei ir ao médico. Foi quando voltei a tomar os remédios. Tomando os remédios, fui ao mercado com a minha mãe e quando vi um monte de gente começou a me dar

um desespero, um desespero, vi tudo rodando, me deu aquela agonia, falei: "me tira daqui, me tira daqui, me tira daqui". Então, a crise de pânico, né? O medo. Às vezes dá esse aceleração, essa falta de ar, começo a tremer...foi quando eu percebi que era uma crise de pânico, por isso que eu me isolo, não quero ver ninguém, muita agitação na minha cabeça começa a dar essa sensação. O médico me passou o remédio pra eu tomar só quando sentir os sintomas do pânico. [...] Eu não sei dizer, mas só o fato de sair na rua...eu não quero sair... não quero conversar com ninguém. Tanto, que do tempo que aconteceu, eu não ando mais nas ruas daqui pra fazer alguma coisa. É sempre o meu filho ou o meu irmão que me leva de carro, pra mim evitar aquele bloqueio. Não sei se...no começo, estava tomando remédios, e saí pra trabalhar. Fui atender uma amiga, muito amiga minha...estava atendendo e ela falou: "nossa P., graças a Deus que foi só o seu filho que mataram". Me deu aquele choque, eu travei. Percebi que ela não soube se expressar, mas aquilo ali foi um bloqueio, que não quis nem sair mais na rua. Ela ficou calada e eu voltei pra casa indignada com aquilo. Como graças a Deus que mataram o meu filho? Fiquei indignada com aquilo. Tive um bloqueio que não quis mais falar com ela, não quis mais ver ela, não quis sair na rua, porque eu acho que as pessoas vão perguntar, porque as pessoas sempre questionam: "nossa, não descobriram nada?" "Ah, é porque a gente é pobre, a gente mora na periferia", e isso me derruba também, me derruba ouvir isso. As pessoas perguntam, elas querem ter uma resposta também, né? E falam "ah, não vai descobrir, P., porque a gente é pobre". [...] Eles acham que eu tenho que sair, ver gente... daí vem as críticas. Eu estava em crise de pânico, acho que há uns 20 dias mais ou menos, e eu estava isolada. A minha mãe entrou aqui e falou tanto, tanto, tanto, reclamou tanto, tanto, tanto, falou assim: "Ah, olha aí, está se acabando aí. Não tem ninguém, está morrendo". Falou um monte de coisa e foi embora. Quando ela foi embora eu chorava, chorava, estava mesmo em crise de pânico. Pensei, é mesmo, eu vim para que nessa vida? Perdi o meu

filho, não tenho uma resposta, não tenho ninguém. Peguei uma cartela de remédio e tomei tudinho e só falei para o meu filho – pensei, vou falar para o meu filho que mais demora ver o telefone e dar as dicas do que é pra ele fazer, deixei as dicas – quando ele abriu eu já estava desmaiada, ele estava vindo do serviço pra casa. Ele ligava, ligava, eu silencieiei o celular, mas eu já estava apagada. Quando ele chegou e me achou, me tirou, levou para o hospital, eu já estava inconsciente, não vi quando entrei nem quando saí, fiquei completamente dopada. No hospital fizeram lavagem, não lembro de nada...só lembro que chegou um homem que se debatia e eu olhei para um rapazinho com medo e ele falou pra eu ficar calma que ia cuidar de mim. Falou: "ele não vai fazer nada não". O cara estava muito agressivo, amarrado, se debatendo. Mas depois quando eu vim embora, perguntei pra minha vizinha que me internou e que me retirou, junto com o meu filho, porque o meu filho estava com a cabeça a milhão, perguntei pra ela e ela me contou as histórias, que a enfermeira perguntou assim: "é verdade que mataram o filho dela?" Ela respondeu, é verdade. A enfermeira falou (choro, voz embargada): "ela entrou aqui, ela só gritava, mataram o meu filho." (choro) Acho que eu queria dizer, mataram o meu filho e ninguém me entende!" (A., São Paulo)

[...] os meus filhos, o N. era muito apegado com ele, o mais novo. O outro casado já não convivia muito na minha casa, tinha a casa dele, mas mesmo assim era apegado com o Renatinho. Mas o N., que sempre estava na minha casa e que era o meu filho depois do Renatinho, ele sofreu muito, nossa...o N. chegou a ter quase um infarto, depois de um tempo da morte do Renatinho. Ele estava na casa dele, eu estava na minha casa e a minha nora me ligou, falou o N. está desmaiado aqui. Do nada, diz que ele estava no sofá, começou a chorar, deu um negócio nele, deu uma tremedeira, ele desmaiou. Daí levei ele ao hospital, tudo e o médico falou que tinha sido crise de nervo. Então, todos tiveram. Mexeu com a estrutura de todo mundo da minha casa. O meu finado ex marido, ele na época estava com câncer.

Ele vinha todo dia na minha casa, final de ano ele ia e comprava as roupas pro Renatinho, tênis. Ele era muito presente mesmo a gente não estando juntos. Todo dia ele vinha na minha casa pra saber como o Renatinho estava, final de ano comprava o presente, roupas pro Renato, tudo e cinco meses depois que o Renatinho morreu ele morreu, porque ele estava com câncer. Um dia antes da morte do Renato, estava tendo uma campanha na igreja, aí a L., minha filha é evangélica, né? Ela pôs nessa campanha o nome do pai dela, porque a gente já tinha descoberto o câncer nele, então estava tendo a campanha na igreja, pra saúde dele, pro milagre acontecer na vida dele. Foi quando o Renatinho...um dia antes, eu tenho até a roupinha que ele morreu, ele estava na igreja. Um dia antes o Renatinho estava na igreja orando pelo pai, pela saúde do pai, no outro dia meu filho está morto". [...] meus filhos hoje em dia já não falam mais nada, mas no começo eles tinham muito medo, tanto que a M. quando via a polícia ela começava a tremer. A M. hoje tem depressão, ela toma calmantes, toma remédio pra dormir. A M. vive tremendo, tem medo de andar de carro, tem medo de tudo, e, foi depois da morte do Renatinho, né? Depois que perdi o meu filho perdi muito a minha saúde também. Tive um câncer de pele, me vi muito doente depois que perdi o Renatinho. Entrei em depressão, lutei muito contra a depressão. Quando eu vi a minha filha em depressão fui obrigada a me curar sozinha, se não, ia perder a minha filha também. Eu tinha que cuidar dela, tinha que correr atrás da justiça pelo Renatinho, então não podia ficar doente. Tive que ser forte, erguer a cabeça e ir à luta pra cuidar da minha filha e correr atrás de justiça pelo Renatinho. [...] É que sou uma pessoa que não se entrega. Mas eu fui diagnosticada já com arritmia. Tenho infecção de urina direto. A depressão às vezes me ataca de ansiedade. Em dezembro tive que ir para o hospital, tive que tomar um calmante, ficar no soro. Foi quando os médicos descobriram minha arritmia. Então, às vezes estou aqui bem e a noite começa a me sufocar, sufocar, tenho que estar ali, fazendo alguma coisa, porque se eu me deixo entregar pronto, é onde tenho que ir para o hospital, tomar calmante,

ficar dopada pra melhorar. Além disso, também fui diagnosticada com enfisema pulmonar em 2017, porém hoje o médico disse que está estabilizado. [...] antes de perder o meu filho eu tinha uma vida normal, eu tinha uma vida saudável, não havia problemas de saúde. Hoje tenho pressão alta – não é que eu tenha direto, tenho picos de pressão. Tô aqui e derrepente a minha pressão sobe. (MC., São Paulo)

As mães relatam que a tristeza, o vazio pela falta da presença física deles, a saudade, é um dos fatores principais para as doenças aparecerem. Porém, a impunidade aparece em quase todas as narrativas também como um dos principais fatores que deixam as sequelas nos corpos dessas mulheres. É como se a ferida fosse aberta todos os dias porque não tem respostas do Estado. São anos de espera. Tem mães que nunca tiveram audiência e quando conseguem ter acesso ao processo se deparam com o arquivamento do caso.

Olha, não tem como superar, mas eu fui parar no NAPS, fazem 10 anos que eu trato no Núcleo de Assistência Psíquico Social e tomo medicamentos, tomo antidepressivos, comecei a ter síndrome de pânico. Tem época que eu não saio nem de dentro de casa, as mães que vem e me puxam quase que arrastada. Mas é dureza! Tomo remédio pra dormir até hoje. Recentemente tenho tido muitas dores nos ossos porque tenho osteoporose, falta de sol, de cálcio, porque não tomo sol, não saio, não ando. Tive pressão alta, essa osteoporose, me apareceu um caroço no seio, a diabetes. Perdi 3 anos da minha vida, eu esqueci, não lembro. Tem natal, finais de anos que eu não lembro. Minhas filhas, minhas netas tentam puxar, mas eu não lembro de ter estado presente. (MH., São Paulo)

Ah, sim, com certeza. Eu não tinha nada, era uma mulher saudável, sadia, brincava, saía, me divertia com família, com neto. Depois do acontecido! E diga-se de passagem, não foi só eu, mexeu com a família inteira, né? As minhas filhas adoeceram, uma engordou demais, começou a beber, ela pensa que o mundo vai acabar amanhã. A minha irmã também não pode ver ninguém chegar

que ela já fica assustada, achando que é notícia ruim. Ela não atende telefone, ela não dorme enquanto o filho não chega também em casa. A família inteira ficou doente. (MH., São Paulo)

Tem muita diferença do tratamento que eu faço no NAPS. No NAPS eles não olham pra minha cara, só receita o remédio. Tem muita diferença, a gente não conversa no NAPS, só pergunta a senhora está bem, está se sentindo bem? E passa os remédios, é assim. Agora, nesse grupo que estou com as mães, já é diferente, a gente conversa, pergunta como eu estou passando, se houve alguma mudança, a gente conversa muito, é uma terapia. São horas que a gente passa conversando que é muito bom, é diferente. [...] A gente sente muita falta disso, de conversar. Porque eu acho que não é só eu que vou falar, porque fora a minha irmã, a M., a família não gosta muito de ficar falando no assunto. Eles procuram esquecer e querem que a gente esqueça, entendeu?. (MH., São Paulo)



[...] eu fiquei com problema no útero, mioma, cisto, vários cistos, e, eu era uma pessoa que se você pegar os meus exames anteriores, você vai ver que não tinha nada. Fiquei com cisto no seio, ovário policístico, cisto no útero, o meu ovário secou e colou com o útero, tinha um ovário que estava dando hemorragia, então tive que fazer histerectomia total, depois peguei três cistos na tireóide, então tive que tirar a tireóide, porque o médico falou que estavam grandes, e iam voltar, então precisava tirar total, então eu não tenho tireóide. Tinha uma dor de cabeça incessante, que não tinha o que controlar essa dor de cabeça, passei dois, três dias com essa dor e, até hoje, tenho problemas, tenho que tomar remédio de manhã. Agora, tenho pressão alta. Então, assim, fui adoecendo aos poucos. Fui tendo uma coisa ali, outra coisa ali, e tudo problemas grandes".

[...] Depois que ele morreu, o pai dele ficou muito triste, não se alegrava com coisa nenhuma, e ele se abandonou muito. Ele já fumava, passou a fumar mais que o dobro, ele ficou muito calado, começou a desenvolver doenças, como diabetes, pressão alta, aí começou com problema na próstata, aí apareceu na cabeça, problema no coração, em seguida teve um avc e ele chamava pelo filho e, daí pra frente, não parou mais até morrer. (MS., São Paulo)

3.3 “A JUSTIÇA SOMOS NÓS”: O ACOLHIMENTO PELOS MOVIMENTOS DE MÃES E A LUTA PELA JUSTIÇA

As narrativas de mães e familiares de vítimas da violência de Estado revelam que uma das principais estratégias para lidar com a morte do ser querido é através da participação em movimentos sociais que reúnem mães e familiares e os apoiam na busca pela verdade e a justiça, seguindo uma tradição global de organização social contra a repressão e violência de Estado por parte das famílias das vítimas, das quais a mais conhecida é o grupo Madres de Plaza de Mayo, na Argentina. Essa modalidade de mobilização é uma forma de resistência indispensável contra a violência de Estado, pois, como aponta Edkins, “O depoimento dos sobreviventes pode desafiar as estruturas de poder e autoridade” (Edkins 2003, pág. 4).

Neste capítulo, trataremos sobre o acolhimento realizado pelas mulheres/mães que estão à frente dos movimentos nos estados, as quais se denominam “mães de referência” por não se considerarem lideranças, tendo em vista que compartilham da mesma dor. Essas mulheres desempenham um papel fundamental na vida de outras mulheres que dia após dia são recebidas no luto pela perda de seus filhos e filhas para a violência que assola as comunidades e periferias de todo o país. Em Lélia González (1984:223-244) encontramos elementos que evidenciam a lógica reproduzida pela sociedade em relação à violência perpetuada pelo braço armado do Estado.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis,

situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (p. 232)

Perante essa condição de opressão baseada em critérios de raça, classe gênero e território, a resposta coletiva das mães e familiares de vítimas da violência estatal nos lembra ao que Patricia Hill Collins chama "trabalho materno" ou "*motherwork*." Segundo Collins, "As mulheres e suas famílias se engajam em um esforço coletivo para criar e manter a vida familiar em face das forças que minam a integridade da família... Esse tipo de trabalho materno reconhece que a sobrevivência, o fortalecimento e a identidade individuais exigem a sobrevivência, o fortalecimento e a identidade do grupo" (Collins 1994, 373).

Diante disso, torna-se importante situar sobre como se entende o papel dessas mulheres na sociedade brasileira. Quem são essas mulheres/mães que ousam, mesmo adoecidas pela dor e traumas ocasionados pela violência, sair em busca de justiça contra o Estado que retirou de suas vidas o que lhes é mais caro: seus filhos e filhas.

Com isso em vista, é importante ressaltar o conceito de acolhimento, numa perspectiva técnica, compreendendo que deve ser pautado pelo respeito às diferenças, as diversas formas de como lidar com a dor, os modos de vida e de estar na vida, convertendo-se na construção de relações de confiança,

compromisso e vínculo entre trabalhador/equipe multiprofissional e usuárias/os com sua rede socioafetiva⁷⁴. (BRASIL, PNH, 2013)

No contexto em que foi iniciado este estudo, vivíamos um período em que a população de modo geral se viu amedrontada e fragilizada pela pandemia da COVID 19. Para além do isolamento social, a equipe de pesquisa em conjunto com as mulheres/mães de referência aqui reconhecidas como mães pesquisadoras sociais, trouxeram várias situações em que este acolhimento fosse pautado na escuta ativa com empatia e sem julgamentos, criando um espaço em que pudessem compartilhar suas experiências e sentimentos em relação à violência policial que permaneceu assolando a periferia das cidades.

Vale dizer que o papel que deveria ser assumido pelo Estado que produz a violência não chega nem perto de acontecer, isso porque não há na rede de saúde ou assistência social e equipes capacitadas para lidar com o luto e o sofrimento a que são submetidas após a morte de seus filhos e filhas, como demonstra em depoimento uma das mães participantes deste estudo.

No período que teve o encontro das Mães de Maio, fazia pouco tempo que Rodrigo tinha falecido, aí me senti mal lá, aí uma pessoa veio, me socorreu, o pai de um menininho, esqueço o nome dele, é do menininho que faleceu no Rio, aí ele me orientou, você vai precisar de ajuda, não fique assim sozinha. Aí ele falou você vai precisar de ajuda, porque a gente nunca acha isso, que vai passar, pois passar não passa, tem aquele período, depois vai trabalhar, vai chorar de noite ou quando chegar em casa. Eu comecei ouvindo as vozes, nesse momento uma senhora me abraçou e me deu um cartão e pediu meu contato e pouco tempo depois ela me ligou e conseguiu psicólogo para mim, na universidade, na UFBA, eu fui umas vezes, mas eu não conseguia falar, fui 2 dias, sem falar, ela ficava olhando para a minha cara, e eu lá calada, não saía, e ele, fale alguma coisa, seu nome, não conseguia, aí um dia, já chateada, não estava gostando disso não, ele, pode falar, estou esperando, aí falei

⁷⁴ Nota Técnica no link: <https://repositorio.unifesp.br/items/dd476177-fbd0-4248-8a04-69829214851f>

meu nome, eu acho que você sabe o que ocorreu comigo, e ele, não, é melhor que você fale, aí eu fui falando, mas tinha um horário e eu estava passando do horário já, quando terminou a minha fala, eu não me controlei, entrei em desespero de chorar, sabe o que é chorar de você não parar, e haja lenço, parece que era uma torneira aberta, não era um choro, e eu assim, dentro do consultório, o que é que eu faço, meu Deus me controla, por favor, e ele só me dava o lenço, aí ele falou que tinha o horário, uma pessoa esperando, mas que eu votasse, eu escutei e não voltei mais. (L., Bahia)

A “DORORIDADE” E O ACOLHIMENTO ENTRE AS MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS

A importância do acolhimento realizado pelas mulheres/mães de vítimas da mesma violência, se reconhecendo na mesma dor e sofrimento, fazem a diferença pois conseguem garantir que se sintam à vontade para compartilhar sem medo, suas angústias e desejos, demonstrando que estão juntas, se fortalecendo e criando uma poderosa conexão ao dividirem suas experiências. O fato da violência de Estado se caracterizar por um inegável filtro racial, ressalta a relevância do conceito de “dororidade,” proposto por Vilma Piedade. A violência de Estado é, sem dúvida, um fenômeno social que gera uma “Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (Piedade 2017, p. 17). As mães e familiares que participaram da pesquisa, assim como a grande maioria das vítimas da violência de Estado no Brasil, pertencem ao setor da sociedade denominado “preto, pobre e periférico,” pelo qual elas se reconhecem e se unem a partir de uma experiência compartilhada, não só da violência estatal, mas também de exclusão social, racismo, e machismo.

Diante disso, a partir da metodologia adotada as narrativas das mães e familiares das vítimas da violência estatal reafirmam que:

[...] nas relações entre as mulheres/mães é que o diálogo e as trocas de experiências têm causado um efeito que, retomando o que destacamos acerca do conceito saúde-doença no plano individual

e coletivo, possibilitam alcançar um certo entendimento entre elas, porque se compreendem na dor e no sofrimento e em consequência retomam suas forças para seguirem na luta. (SILVA, 2021, p. 87).

Conforme os trechos das narrativas de vida individuais, é possível identificar o processo de compreensão mútua baseada na dor e nas vivências compartilhadas.

Sobre isso, Bertini (2014) fundamentada em Sawaia (2009, 2018) destaca que a dor é intrínseca ao ser humano e está relacionada à capacidade de sentir. Já o sofrimento é resultado das opressões causadas pelos efeitos das desigualdades sociais. Esse sofrimento, de acordo com estudos da psicologia social está relacionado às injustiças sociais, contendo várias dimensões, tais como: humilhação, vergonha, depreciação e desadaptações, como algo vivenciado e sentido na relação entre subjetividade e sociedade, não sendo visível, tampouco compartilhado coletivamente. (SILVA, 2021, p. 82 apud BERTINI, 2014, p. 62-63).

[...] as análises não se reduzem à compreensão das marcas que as determinações deixam em nossos corpos e mentes. Entendem que o fenômeno psicossocial está inserido na estrutura e organização capitalista de expropriação da sociedade brasileira, mas vão além, escutam e analisam a força de resistência e a transformação da subjetividade, rebatendo a concepção tradicional das ciências humanas e sociais de subjetividade assujeitada, reacionária e da ordem do erro e da patologia. (SAWAIA, 2018, p. 17)

Aprendi que chorar sozinha é muito ruim. A gente tem que chorar juntas, entendeu? A gente ganha mais força. Não falam que uma andorinha só não faz verão, então a gente tem que se juntar para adquirir forças, porque é disso que a gente precisa, muita força, muita fé, porque está

difícil, tá difícil. (S., Rio de Janeiro)

Quando eu vi o caso da Rute, igual ou parecido com o meu, queria saber o porquê, me envolvi com ela também, por conta do filho dela, senti a mesma dor que eu carregava, vi que ela estava ali sofrendo e foi um encontro mesmo de almas. Eu dei o meu momento ali para fortalecer, eu dei ali o meu momento para ela, outras mães que também conheci e eu vi que não estava sozinha, que não era só eu e com tantos casos de impunidade que tem, que existe e a gente não sabe mais o que fazer [...]. Às vezes sinto falta sim, toda vez que aconteceu algo com o meu filho, o caçula, eu caio no chão, praticamente perdida e nessa coisa de eu levar ele para o psicólogo, e o psicólogo falava você também precisa de ajuda, você também precisa, porque às vezes você quer ser forte, você também precisa ser tratada e precisa ser cuidada. Aí né, comecei a falar um pouco mais do que aconteceu na minha vida do meu passado e foi dividindo com pessoas, que me deu mais conforto. Acalentou mais a alma. (C., Bahia)

Depois que eu entrei no grupo das Mães da Periferia, a dona Edna ajudou muito, porque aqui em Redenção eles estavam só colocando eu para rodar, não me davam resposta de nada, aí na época eu botei um advogado, só que o advogado cobrou para poder seguir em frente, aí eu disse que não tinha condições de pagar, aí o processo ficou parado, aí quando foi o mês de Maio, aí a dona Edna foi e pediu para entrar em contato com os advogados, aí eu entrei, ela trouxe os advogados e na correria da gente do dia a dia passa do sentido e aí eu fui atrás e a advogada agora está com o processo, ela disse que o advogado aqui tinha que assinar para ele sair do processo e ela entrar, para revogar, aí ela me disse que agora no final de setembro para começo de outubro ela iria me dizer alguma coisa, porque ela ia estar de férias e só ia voltar agora em setembro, mas ela olhou o processo e ele estava parado, [...] mas é polícia a gente tem medo, a gente tem muito medo, eu disse, tá certo, eu não irei obrigar

ninguém [...] teve missa e em uma dessas missas que foi a missa de 1 mês foi quando eu encontrei a Edna, vou dizer para você que naquele momento eu estava tão perdida que eu me lembro que ela me abraçou e disse que eu não estaria sozinha, [...] eu não gosto de sair da minha casa, o lugar preferido da minha vida é estar dentro da minha casa, até saio quando tem alguma coisa do movimento, a gente tem reuniões, a gente tem confraternizações e isso que motiva a gente, saber que a gente não está sozinha, [...] (R., Ceará)

[...]hoje eu acho que já estou tão cansada que eu não consigo nem raciocinar, eu fiquei com problema até na minha memória, porque isso não sai da minha cabeça, porquê de tanta maldade, o porquê de tanta crueldade. [...] Hoje eu já não estou mais acompanhada, pelo menos não tive mais contato e às vezes que a gente tem algum acompanhamento é através do movimento, a Edna consegue alguns psicólogos para conversar com a gente e aí a gente tem esse acompanhamento, mas se for esperar que o Estado dê um psicólogo, faça alguma coisa, não faz nada, e até quer um hospital para internar as mães e pronto, e entupir de remédios, é isso que eles querem fazer com a gente e se você quiser saber de alguma coisa você tem que estar em cima procurando porque eles mesmo não procura saber de nada, deixa lá, quieto e pronto.[...] Eu acho que sem o apoio dela, porque até então você é vítima, você fica perdida, você não sabe, eu sabia da chacina, já tinha visto, mas eu nunca fui me aprofundar, porque a gente imagina que nunca a gente vai passar por aquilo ali, mas eu já tinha visto na tv, o que aconteceu, quantas pessoas, mas até então, eu não sabia o quanto essa polícia é malvada, o quanto essa polícia é bandida, porque é isso o que acontece, e muitas vezes eu me pegava assim, meu Deus, o quanto essas mães estão sofrendo e eu tinha muito medo de perder um dos meus filhos e eu não sentia dor porque eu não passei por aquilo ali, passei muito depois e hoje a gente encontrar a Edna para nos apoiar mesmo com a dor dela é importante, ela já tem uma fala de muita potência

e que a gente se inspira nela para não abandonar nossa luta e nem deixar nenhuma mãe desamparada, porque infelizmente, embora a gente lute, a Edna venha de uma caminhada muito grande, mas todo dia tá aí, Domingo já mataram mais um jovem e quando eu escuto isso, eu novamente estou escutando a morte do meu filho, eu to vivendo tudo aquilo novamente, é muito difícil, tem mãe que já tentou se matar, nem todo mundo reage da mesma forma, então, assim, ela é muito forte, apesar que muitas vezes ela não demonstra, ela tem o sentimento dela, ela também é mãe, ela também sofre, mas é onde ela consegue lutar e não demonstrar tanta fragilidade é na luta dela, então, isso inspira todas as mães. mesmo que a gente esteja com vontade, que não tenha mais ânimo, por diversas vezes eu já me desanimei, não vou mentir, porque de tudo que a gente escuta, tudo o que a gente ouve, de tantas maldades, de falta de justiça, eu já me desanimei muito, mas pelo meu filho e pela força que ela dá a gente, eu continuo. (T., Ceará)

O Fundo Brasil de Direitos Humanos me ajudou muito a unir essas mães porque quando D. me falava de Dona R., eu queria chegar perto dela, mas como eu ia chegar e falar assim, vem cá ficar no Movimento, até então era só o grupo de WhatsApp, aí quando surgiu os 10 mil reais que veio do Fundo em 2020, eu disse, agora que eu tenho que formar esse grupo, é agora que eu pego essas mães, aí foi quando eu liguei para ela, aí eu falei com a Dona R., a senhora não me conhece, mas quem me deu o seu número foi a D., ela me falou de você faz tempo, mas eu disse que o dia certo eu iria procurar a senhora e a Dona R. ficou muito feliz quando atendeu a minha ligação e desde então eu segurei a Dona R., formamos o grupo, no ano de 2020, conseguimos ele todinho com atendimento de psicólogo, tendo reunião quinzenal, com as faculdades, bora gente vamos ajudar essas mães, foi logo no início que pegamos essas mães tudo com depressão, tinha mães que se eu falasse um pouco mais duro já chorava logo, aí eu dizia não estou brigando com vocês, mas era a depressão que estava muito aflorada e

graças a Deus a gente conseguiu trazer psicólogo, conseguimos trazer advogados, psiquiatra para as reuniões, mesmo online, mas a gente trouxe psiquiatra, tudo que a gente pode trazer para dar o amparo, para ensinar, como essas mulheres tomaram remédio, como elas faziam, como elas agiam, então a gente fez e hoje esse Movimento Mães da Periferia é essa potência, não é por minha causa, é porque elas são potências, a potência está nelas, elas só não sabiam que tinha essa potência toda e a Dona R. é muito amada no grupo, assim como todas são amadas por iguais. [...] onde a gente se apoia é no movimento ou alguém que chega, estou aqui do seu lado, a gente tem vários parceiros, várias pessoas que chegam, que apoiam o nosso movimento é de onde a gente consegue tirar força porque pela justiça mesmo, as pessoas que deveriam fazer a justiça, ela geralmente não acontece, geralmente a gente não tem esse apoio, querem fazer o quê? dar remédio para as mães, internar mãe, achando que a gente é louca por buscar justiça, um direito nosso, era a vida do meu filho, ela valia muito para mim, até a minha vida, o meu filho valia tudo para mim e a gente é taxada de louca porque a gente está buscando justiça, porque a pessoa quer internar as mães, entupir de remédios, tá chamando a gente de louca e não tem nenhuma mãe louca não, tem mãe buscando justiça, e é muito difícil, muito doloroso, [...] (E., CE)

Os espaços que a gente tem, igual aos encontros que nós tivemos aqui na minha casa, são únicos. É único, são horas que significam muito na minha vida pelo menos, faz muito bem pra mim. Aquela hora de eu estar com as mães, é um encontro, é uma unificação porque eu sei que ali é onde que a gente pode chorar, a gente pode falar, a gente ri, a gente brinca, a gente chora, aquele espaço é único, nós mães todas juntas. Eu acho que isso faz muito bem pra gente, os encontros, esses espaços são muito bons... Eu acho que esses encontros é o único momento em que você se fortalece, que você está ali gritando e tem outras mães com você. Você não está gritando mais só pelo seu filho, tem outras mães ali com a mesma dor que a gente.

Nós todas ali juntas nos fortalecemos mais. Eu acho isso, fortalecimento. (MC., São Paulo)

Então, foi o que eu falei, quando estou com as mães eu me sinto feliz, me sinto bem. Sinto que elas me abraçam, eu abraço elas, é diferente da família, porque eu sei que a dor que elas sentem é a dor que eu sinto. É um prazer enorme estar com elas, nossa senhora, eu consigo sorrir, eu sinto que eu estou feliz quando estou com as mães, consigo ficar feliz! (MH., São Paulo)

Esse grupo, das Mães de Maio, é que me deram uma força. Quando conheci esse grupo, que comecei a falar do meu filho, que eu podia falar do meu filho, que podia falar da minha dor sem pudor, sem ter que cortar nada, sem ter medo de falar, foi onde senti que tinha forças pra continuar viva. Porque a gente fica meio viva né, não fica totalmente viva. (MS., São Paulo)

Um dia eu fui acolher uma mãe, ali perto do Borel, que é a J.A., mãe do Jhonata D.. Quando eu soube da morte do Jhonata da J,, eu queria muito dar um abraço nela. Eu acompanhei pelas redes sociais, eu estava fora do Brasil, mas no momento que eu vi aquilo, era o mesmo nome do meu filho, mexeu muito comigo. Eu falei, cara, eu preciso dar um abraço nessa mãe. Quando eu voltei, recebi um convite do Tainã, que era do Coletivo Papo Reto. Ele falou "AO., a gente está se organizando...eu, a M.C., a M. F...a gente está se organizando pra ir na casa da mãe do Jhonata, que foi morto pela polícia. Você gostaria de ir com a gente? Vai ser um café das fortes" Minto, foi ali que nasceu o café das fortes. Ele falou "ó, cada um vai levar uma coisinha, mas se você não tiver nada pra levar não tem problema. A gente vai levar um bolo, um suco, cada um vai levar uma coisa". Falei, "não, tudo bem. Vamos sim, quero muito ir". Fomos. E aí, chegamos lá a J. tava daquele jeito que a gente fica, muito abatida, muito, muito abatida. Era o filho mais velho dela, muito companheiro. E ouvindo a Janaína falar parecia que ela estava falando do

meu filho também, sabe? (voz embargada com risos). Como ele era namorado, como era alegre, como era um ótimo filho, obediente, companheiro... nossa, a saudade apertada. Daí a gente fica sentindo aquele filho como o nosso filho também. Meu Deus do céu...a gente chora junto, quer abraçar, quer ficar ali apertado naquele abraço. E a gente conversando... eu estava com a camiseta do meu Johnatha, ela falou "nossa, o seu filho era lindo", eu "o seu também", ela me fez uma pergunta que mexeu muito comigo. Porque eu fui naquele lugar com o intuito de dar forças para aquela mãe. Daí, eu chego ali, ela me pergunta assim: "AO., e o caso do seu filho? O policial já foi preso, a justiça já foi feita?" Caramba...aquilo ali me quebrou. Eu pensei, como vou incentivar essa mãe a entrar em uma luta em busca de justiça se essa justiça não chega pra gente? Meu Deus, eu vim aqui pra dar palavras de fortalecimento e de incentivo pra essa mulher e agora? E ali, sabe, na hora eu falei assim "olha J, infelizmente não, mas eu sinto que a justiça somos nós". Aí eu passei a mão na foto do meu Johnatha, no meu peito e falei assim: "cada dia que eu consigo vestir essa camisa com foto do meu filho, e estar em algum lugar falando dele, pra mim é como se eu fosse a justiça, como se eu tivesse fazendo justiça. Falei pra ela "sinto que a justiça somos nós! Cada vez que a gente consegue levantar da nossa cama, sair dessa tristeza profunda que muitas vezes nos para. Acho que nós estamos fazendo justiça, de alguma forma. No momento que eu consigo chegar aqui na sua casa, te dar um abraço, ouvir você falar do seu filho, poder falar do meu também, acho que isso é uma forma de justiça". E, dali, todas as vezes que me perguntam sobre a justiça institucional eu sempre falo com muita força, a justiça sou eu, a justiça somos nós! (AP., Rio de Janeiro)

No contexto do acolhimento entre as mães, um dos elementos mais significativos é o afeto, como apontam nas narrativas concedidas.

A expectativa da gente para com esse grupo é justamente por isso para ajudar as mães, para com esse sofrimento, para não, diminuir, porque nunca na vida elas vão parar com esse sofrimento, mas a gente quer trazer um pouquinho de alegria para elas, através desse movimento, através desse apoio que a gente recebe todo dia e que a tenha força, a gente quer dar força a elas, para lutar, para poder não entrar em depressão, não desistir nunca, nosso objetivo é fazer justiça, por isso é importante essas instituições e esse movimento. (F., Ceará)

Parece que um abraço de uma mãe para outra os corações se unem. São os dois corações dos filhos se unindo ali. O coração do seu filho quando te abraço está unido com o coração do meu filho, quando abraço outra mãe o filho dela está lá. São os nossos filhos que estão dentro do nosso coração se abraçando. (MC., São Paulo)

Eu me sinto bem com vocês, porque a gente acaba repartindo as palavras de amor, as palavras de compreensão, as músicas, porque eu gosto muito de cantar, então eu me sinto muito bem... Por mim estava com vocês todos os dias, mas não dá, né? Então, quando a gente se encontra, a gente se agarra. Eu amo todas vocês. Não posso contar pra todo mundo, mas pra mim você (Débora) é muito especial, por tudo! (M., São Paulo)

[...] o afeto tem duas dimensões: a da experiência da afetação (affection) e das modificações que meu corpo e minha mente sofrem na forma de emoções e sentimentos (affectus), sendo que dessa flutuação depende a minha força vital de resistência ou a qualidade ética de minha existência. Em outras palavras, afeto é a forma pela qual experimentamos em nosso corpo e mente o efeito das relações que partilhamos com outros corpos, o que para Espinosa significa a transição de um estado de maior ou menor potência de vida para outro, encontros que aumentam ou diminuem nosso conatus. Palavra latina que designa esforço para perseverar na

existência e aumentar a potência de vida, o que é um direito natural de todos (ESPINOSA, *Ética IIII, Prop. VII apud SAWAIA, 2018, p. 30*)

Até aqui, podemos compreender que o processo de acolhimento também é um espaço para a criação de estratégias e de apoio mútuo para promover o bem-estar e o autocuidado entre as mães e familiares de vítimas, como uma forma *de resistência* diante do processo de adoecimento que foi analisado no capítulo anterior.

Bom, o meu encontro com a dona Edna, aconteceu através do D., amigo da gente e jornalista. Ele que me acompanhou desde o começo e ainda me acompanha. Ele me ligou perguntando se podia passar o contato da dona Edna, eu disse que podia, aí em três dias a dona Edna me ligou, a ficha ainda não tinha caído real, né? Depois eu liguei pra dona Edna, falei: "dona Edna, a minha ficha caiu", a dona Edna conversou comigo e depois disso eu entrei no grupo da dona Edna, "Mães da Periferia", quando eu preciso de algum remédio, alguma coisa a dona Edna tenta me ajudar e é muito bom esse grupo porque me fortalece. Quando eu peguei a depressão, foi a dona Edna que veio me buscar, já tinha uma corja ajeitando para me internar num asilo de doido e dona Edna chegou na frente. Eu liguei pra ela e falei: "dona Edna estão querendo me internar em um asilo de doido, me socorre". A dona Edna veio de Fortaleza, mais o D. e mais um pessoal e me resgataram. Comecei a fazer o tratamento lá em Fortaleza, depois a dona Edna com contato com o pessoal daqui, conseguiu que eu ficasse com consultas aqui pra eu não ficar indo, porque a gente não tem como ficar indo direto para Fortaleza, daí a dona Edna conseguiu que eu ficasse fazendo as consultas daqui, por telefone. Eu passei quase um mês em Fortaleza, né dona Edna? Passei quase um mês em Fortaleza fazendo tratamento e sendo acompanhada pela N., que me apoiou na casa dela com o pai idoso, e, é isso, conheci a dona Edna através do D. e depois daí é só benção. [...] O dia da beleza que a dona Edna dedicou pra mim, né? Isso (risos). Dona Edna dedicou pra mim,

porque, ele (Mizael) que me arrumava no Dia das Mães, né? Ele chegava com uma coisa, com outra... agradeço a dona Edna porque ela fez o grupo, me botou no grupo, me sinto muito acolhida no grupo e agora, depois desse dia da beleza, (me sinto) mais linda ainda, né? (risos). (L., Ceará)

Outra coisa que eu quero falar, a Dona Edna faz esses eventos, Dia da beleza, outros eventos que ela também faz, é o momento mais feliz das nossas vidas. (T., Ceará)

Conforme exposto, quando falamos em resistência, acolhimento, trocas e afetos nos remetemos a um conceito denominado sofrimento ético-político (Sawaia, 2018), que passa a ser determinante, transformando-se em potência de ação. Este conceito traduz que o sofrimento é fruto das afetações causadas pelas desigualdades, ou seja, a relação que existe no conjunto de condições que dão origem ou complementam esse sofrimento, posto que [...] o sofrimento ético-político coloca em cena o retorno afetivo da vivência do contexto social vivenciado, fazer uma leitura da situação social a partir do afeto significa desvelar uma realidade concreta, muitas vezes encortinada por ideologias ou conformismos. (BERTINI, 2014, p. 67).

Além do afeto e o autocuidado, o acolhimento também se manifesta como um exercício de memória, permitindo às famílias manterem viva a memória do ente querido que foi morto pelo Estado, como demonstra um diálogo entre uma mãe entrevistada e uma pesquisadora social da equipe:

E., Rio de Janeiro: Ah, eu fiz os memoriais né?!

Nivia: então, você acha que isso também é um tipo de superação do seu filho?

E.: Ah, é, porque eu chego eu falo "meu filho, cheguei", eu saio "meu filho tô saindo", "meu filho vou limpar aqui", é como se ele estivesse vivo.

Nivia: É uma memória que fica pra você e fica para o local.

E.: Foi um presente! Fizeram em outubro, né?

Vocês fizeram em outubro, novembro foi meu aniversário, então aquilo ali foi um presente. E aquilo ali, praticamente eu levantei a bandeira porque muitas mães aqui tem medo.

Nivia: E aquilo ali você entende que é uma ressignificação do espaço? Porque aqui é um espaço que você poderia pensar ali fora "meu Deus do céu, eu não tenho mais meu filho, meu filho não tá aqui comigo", mas ao mesmo tempo é um espaço que te dá uma força e olha, você (re)significa aquele lugar que é um lugar de dor, no lugar vem a superação, ao mesmo tempo é uma briga com Estado por uma memória, você está impondo aquela memória ali. Aquela rua já não é a rua Fadel Fadel, é a rua onde tem o memorial do Carlinhos. Você entende como isso é importante?

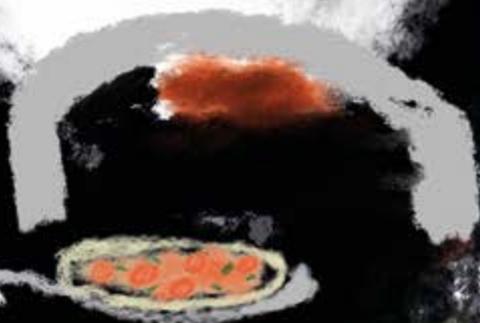
E.: Entendo, entendo sim, porque não tem uma pessoa que passa...as vezes tiram foto, porque aqui na baixada, onde eu moro, nunca teve isso. O primeiro memorial feito aqui é o do Carlos Henrique.

A gente foi fazendo também, dentro da própria favela espaços de memória. Então ali no próprio campo, campo do Society, que é um campo muito conhecido que fica bem no centro da região de Manguinhos a gente ergueu um memorial, porque aquele campo é muito simbólico. É o único espaço de lazer que as crianças e os adolescentes têm naquele espaço. Ali a gente ergueu o memorial que tem a frase escrita "Nossos Mortos têm Voz", logo abaixo vem o nome dos meninos que estão na nossa bandeira, que foram assassinados pela polícia. Esse memorial foi erguido em 2016. Nele temos duas placas em homenagem a Mariele e a Vera do Movimento das Mães de Maio em São Paulo e a Janaína. A gente fez essa homenagem pra essas mulheres guerreiras que nos acompanharam nessa luta que foram fundamentais para essa nossa luta. (AO., Rio de Janeiro)

O acolhimento entre mães e familiares dentro do contexto dos movimentos sociais também é um processo de aprendizagem, onde uma mãe ajuda

2006

15
MAI



outra a buscar diversas instituições sociais e estatais com o objetivo de adquirir apoio e serviços necessários, mobilizar a opinião pública através da imprensa, ou mesmo para acionar instituições do Estado que não cumprem seu papel.

No mesmo ano, o filho da F., aos 18 anos, foi morto, espancado pela polícia até a morte. E sete meses depois do assassinato do filho da F., ela presencia o meu filho sendo baleado no momento que ele estava passando na porta dela. É aí que a gente se conhece e junta forças e forma o movimento das mães de manguinhos. Mesmo sem eu conhecer a F., quando ela soube do assassinato do meu filho, ela acionou as redes que já estavam apoiando ela no assassinato do filho dela. Acionou Mariele, que no mesmo dia do assassinato do Johnatha me ligou, entrou em contato comigo. Acionou o jornal "A Nova Democracia", que é uma mídia independente, uma mídia ativista. Ela acionou um advogado voluntário que trabalhava na Fiocruz e que também foi o advogado que auxiliou ela no momento em que o filho dela foi assassinado. Essa mulher, apesar de não me conhecer, foi acionando todas as redes que a apoiaram no momento em que o filho dela foi assassinado. (AO., Rio de Janeiro)

Esse acolhimento que a gente encontrou uma na outra a gente sentia uma necessidade de levar isso para outras mães, para as outras famílias. Porque infelizmente não parou, né? Não parou no Johnatha. Agora, no dia 18 de junho completam 8 anos que o Afonso Maurício também foi morto pela polícia em Manguinhos, pela UPP. Praticamente um mês depois do assassinato do Johnatha os policiais da UPP estavam matando outro jovem que estava apitando um jogo de futebol no campo da comunidade. Esse jovem se levanta para questionar a abordagem da polícia que estava abordando um outro jovem e é morto com um tiro no olho... Então é isso, a gente foi acolhendo. Todas as informações que a gente tinha dessa rede de apoio a gente ia passando...a gente começou a fazer encaminhamentos também. Começamos a acompanhar as famílias até o Ministério Público, até a Defensoria Pública. A gente

orientava que diante de uma ação dessa, as famílias não deveriam ir até a delegacia desacompanhadas de um advogado. Então, todas as informações que a gente vinha obtendo nesse caminho a gente repassava. Às vezes acontecia alguma coisa...até hoje, né? As pessoas já nos procuram. (AO, Rio de Janeiro)

Depois que eu entrei no grupo das Mães da Periferia, a dona Edna ajudou muito, porque aqui em Redenção eles estavam só colocando eu para rodar, não me davam resposta de nada, aí na época eu botei um advogado, só que o advogado cobrou para poder seguir em frente, aí eu disse que não tinha condições de pagar, aí o processo ficou parado, aí quando foi o mês de Maio, aí a dona Edna foi e pediu para entrar em contato com os advogados, aí eu entrei, ela trouxe os advogados e na correria da gente do dia a dia passa do sentido e aí eu fui atrás e a advogada agora está com o processo. (Ma., Ceará)

“Para tentar fazer que outras mães não chorem:” A luta das mães contra a violência de Estado

O processo de organização dos coletivos de mães nos quatro estados, além do acolhimento, também estimula as mães a lutarem contra a violência de Estado que causou a morte dos seus entes queridos. Como relatam muitas mães em suas narrativas, o desejo de entrar na luta e não desistir também é motivado pelo objetivo de evitar mais mortes, de evitar que mais mães se somem a seus movimentos.

Eu ainda encontro força do luto, eu tô na luta, outras mães, como Rute, as demais mães, para tentar fazer que outras mães não chorem. Como o Estado fala, os representantes armados dizem que as Mães tem que chorar para que a deles não chorem e o Governador diz que tem fazer gol com a vida dos nossos filhos e recentemente na chacina da Gamboa, ele falou que os policiais tem que ser frio, o mais frio possível, matar mais ainda e nós sabemos que

esses policiais são premiados, financeiramente com dinheiro com a vida dos nossos filhos, então, se tem dinheiro para pagar pela morte porque não paga pela escola, pela faculdade, então o Estado não tem interesse nenhum, isso é racismo, é pacto de morte para os nossos, enquanto eu estiver viva eu vou fazer a minha luta, não só por isso, mas por outros assuntos porque eles deixam que a gente o tempo todo para lá e para cá, saindo de audiência pública, entra aqui, vai para lá para que a gente morra depressa e eles se decepcionam quando veem a gente assim os cabelos embranquecerem, eles não conseguiram matar de fome, desemprego, falta de assistência médica e quando não tem mais nada o que fazer, matando os filhos da gente, porque perder um filho é triste, perder 2 filhos é desumano e eu tenho amigas que perderam 3 e tem o quarto ameaçado e ela perguntou, porque ameaçar o quarto? Para não vingar os outros 3 [...]. (L., Bahia)

Assim, eu fiz de tudo que mandaram, marcar audiência, elas vão, [...] sempre é eu, eu estou em todas, não vou mentir, não quero parar, como eu disse no começo, até enquanto eu viver, eu vou longe, porque eu não quero parar, não só por mim hoje, mas eu tenho mais 3 filhos homens, [...] não só pelos meus filhos, mas também pelos filhos de outras mães, pelo meus dois netos, mas tenho amigos, tenho sobrinhos, tenho amigas que tem filhos, tem pessoas também que tem filhos, tem homens, então precisa de apoio, uma mãe ajudando a outra, uma mão segurando a outra, então eu acho bonito, a gente tem que apoiar, não só esperar acontecer para apoiar, a gente tem que lutar antes que aconteça, entendeu, e eu tô aqui, para o que der e vier, se precisar pode me chamar, para tudo, não quero parar, não vou desistir nunca, e eu só vou ficar bem, não sei né que ano e que mês irá parar isso, nós não sabemos, quando vai parar, mas só vai ficar bem quando parar. (S., Bahia)

Essa aproximação ocorreu através dos meninos dos Direitos Humanos [...]. Aí foi indo para um lado, indo para o outro, a gente conheceu a Edna após o

caso de morte dela, no caso do filho dela, aí ela disse que ia fazer o movimento, aí ela colocou o meu nome, porque minha mãe, ela era idosa. Eu que sempre fico, mais a minha irmã responsável, eu estou até hoje no grupo. [...] A gente se sente muito mal, muito violada, porque a gente luta tanto, passar por tanta coisa para poder ter justiça e eles não estão nem aí, para nada, aí eu acho isso revoltante, porque quanto mais a gente luta, quanto mais a gente faz por onde, acaba com essa injustiça, eles querem saber só do dinheiro, eles não tem sentimento, eles não vê que é uma família que morre, cada dia, todo dia morre, eu acho que essas pessoas não são seres humanos, muito triste um negócio desses, eu sinto muito, que a gente é muito desprezado por conta disso, assim como se a gente fosse os réus e eles que fossem a vítima, eu acho muito ruim isso, é triste. [...] minha expectativa é que a gente leve para todo canto para que pelo menos diminua essas mortes porque a gente tá aqui, a gente luta pelo meu irmão e luta também por essas mães pois elas ficam desamparadas, elas ficam com medo, sem saber o que faz, com medo, porque que se fizeram isso e ele não fez nada, se eu for atrás mesmo sendo o meu direito eu vou morrer também e a gente quer colocar na cabeça dessas mães, desses políticos, a justiça, que o mundo tem que ser mais justo, tem que ter mais paz porquê do jeito que está não pode. Se depender da minha família a gente não vai desistir nunca, mesmo não tendo justiça que a gente fica meio assim, e já tem 8 anos e já entraram outros casos, como você disse mesmo, se tiver que condenar 1, eles tem que condenar todos, mesmo que não tenha justiça ou que seja arquivado, a gente vai atrás e vamos continuar a luta, como digo para a minha família, enquanto eu estiver viva e força, meus planos é montar uma instituição que esteja no nome do meu irmão e que a gente lute por isso, porque eu não quero que nenhuma mãe passe pelo que a minha mãe tá passando aqui, até hoje, o que a gente tá passando, porque o meu irmão morreu, mas ficou cicatriz. [...] A gente sofre, a gente luta, tem gente que fala vocês ainda estão atrás disso, tá com 8 anos, pode

passar 20, pode passar 30, nós vamos continuar lutando, por ele, pelo Tico e pelas outras pessoas que não tem direito nem de se defender, de abrir a boca porque se você abrir a boca você ainda está errado. A expectativa da gente para com esse grupo é justamente por isso para ajudar as mães, parar com esse sofrimento, parar não, diminuir, porque nunca na vida elas vão parar com esse sofrimento, mas a gente quer trazer um pouquinho de alegria para elas, através desse movimento, através desse apoio que a gente recebe todo dia e que a tenha força, a gente quer dar força a elas, para lutar, para poder não entrar em depressão, não desistir nunca, nosso objetivo é fazer justiça, por isso é importante essas instituições e esse movimento. Porque é difícil, você tem que ter um psicólogo muito bom e como é que tem numa situação dessa, se eu tô lutando pela morte do meu irmão e todos os dias, eu tô vendo que todo dia tem morte no mundo e é como se tivesse, quando eu vejo um negócio desse, é como se estivesse acontecendo comigo, com a minha família de novo. Aí a gente tem que ter bastante força e se cuidar para ter um psicólogo bom para poder vencer isso. (A., CE)

Quando tem uma oportunidade de me juntar com as mães, parece que eu já vou de coração aberto, quando a gente se junta é uma fortaleza, e quando volto, eu volto um pouco mais fortalecida, com vontade de lutar um pouco mais, porque as mães preenchem aquela necessidade de fortalecimento, de carinho, tipo, olha, você está sofrendo, está com essa dor, e eu também. Então, essa troca de afeto que todas as mães tem, a gente virou uma família, às vezes estou até precisando de uma palavra mais forte, não só aquela passada de mão na cabeça, mas um incentivo para acordar, uma força, uma ajuda de todas as mães, inclusive, uma vez eu estava ficando até meio nóia, e a Débora me deu um chacoalhão: "S., acorde, é o seu filho, acorde!". Eu precisava daquele chacoalho, porque quando eu estava com o meu marido, ele falava "não, mas o seu filho está no céu, deixa ele em paz, porque você vai ficar correndo atrás das mães? Fica correndo atrás dela e fica lembrando e fica sofrendo".

Mas é o contrário! Você se junta com as mães, você fica mais forte, se sente mais mulher, fala eu estou aqui, eu coloquei aquela criatura no mundo e tiraram ele de mim. Tenho que lutar para que outras mães não venham chorar o mesmo choro, não venha gritar a mesma dor. Eu tenho esperança que a gente vai chegar em um ponto que não terá nenhuma mãe chorando pelo filho que faleceu, ou por causa de situações que não precisavam, que são desnecessárias. (MS., São Paulo)

No começo meus filhos não aceitavam devido a isso, medo de represália. Aí eles viram que eu não ia desistir mesmo, que não tinha jeito, aí eles pararam de querer me deter. Falaram "não mãe, faz o que a senhora achar melhor porque não adianta, a senhora vai continuar mesmo"- essa luta por justiça, não é só pelo Renatinho, mas por tanta violência que a gente vê nas periferias. (MC., São Paulo")

Eles já tinham matado outras pessoas e nada aconteceu. Não aconteceu nada! É uma coisa que dá força para que eles continuem agindo dessa forma violenta, né. E quando eu descobri isso, Nivia. Isso me deu ainda mais força, porque eu fiquei imaginando essas mães. Porque a gente sabe que as coisas na Baixada são ainda mais difíceis. É pé na porta, é extermínio de famílias inteiras. Então, fiquei imaginando, essas mães provavelmente não deram andamento a isso por medo. E aí eu senti mais força. Eu falei, não é só pelo Johnatha sabe. São pelos outros também. São pelas vítimas que ele fez. Fiquei tentando imaginar esses meninos e isso foi me dando mais força. (Ao., Rio de Janeiro")

O ACOLHIMENTO COMO JUSTIÇA AFETIVA

Como demonstram as narrativas, o acolhimento entre mães e familiares de vítimas da violência de Estado cumpre um papel fundamental nas suas vidas. Também faz parte de processos históricos, sociais e estruturais mais amplos no contexto brasileiro, como aponta uma das pesquisadoras sociais da equipe, Nivia Raposo.

Essa epidemia de violência do Estado acontece em vários territórios brasileiros, especialmente em lugares empobrecidos. Nesses lugares figura-se o braço armado do Estado sendo usado contra a população negra e pobre, defendendo os interesses da burguesia. Essa instituição foi criada para proteção da família imperial, que se instalaram na colônia, trazendo consigo regras portuguesas, descolado da realidade dessa colônia. Posteriormente, essa instituição alçou novos poderes. Ao refletir sobre as produções criadas a partir das dores, sofrimento, genocídios, catástrofe podem fomentar violências, insensibilidade e despertar certas patologias quase sádicas em algumas pessoas. Alguns compartilham os sofrimentos em mídias sociais e ganham curtidas despertando interesse de determinado grupo. Chegando algumas vezes viralizar esse conteúdo. Sendo visto de forma desumanizada por uma parte da sociedade. No sentido inverso, as mães e os familiares produzem memórias que remetem a lembranças de seus familiares. Memórias essas que historicizam as vivências de seus entes queridos. Ao pensar numa forma de explicar e analisar tais produções, é perceptível que muitos dos casos não obterá nenhuma justiça. Reconhecendo todo apagamento histórico social dos elementos negros e indígenas no país, adotei um tom intimista e enegreci o conceito de justiça, apelidando de "justiça afetiva", sabendo da trajetória de luta dos movimentos revolucionários negros, evitando ser chamada de divisionista e centralizado num debate antirracista, ampliando as reivindicações dos movimentos de mães, jogando luz sobre as diversas formas de opressão que as mulheres negras passam. Dessa forma, quando pedimos por justiça afetiva, é a forma de sermos lembradas na área jurídica social, pois esse conceito tem um caráter multirracial. Podendo ser usada em diversas áreas, incluindo a comunicação televisiva e jornalísticas, que não pensam de forma antirracista, pois suas informações se tornam parte de nossos acervos, arquivos e memórias.

CONCLUSÃO



PARTE VI

4.1 RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA REPARAÇÃO

Um dos propósitos da pesquisa realizada é contribuir no desenvolvimento de políticas públicas que visem interromper o ciclo de arbitrariedades, impunidade e violações aos direitos fundamentais que foi identificado pelas análises realizadas, como também garantir a dignidade e os direitos das famílias de vítimas da violência de Estado. Aliás, desde o começo do projeto, a equipe da pesquisa participou de várias atividades destinadas a contribuir com a produção de políticas públicas e a articulação com atores estratégicos na área.

Durante o primeiro ano da pesquisa, uma parte da equipe baseada em São Paulo, liderou a elaboração de uma Nota Técnica, “Contribuições para implantação dos núcleos especializados de atendimento integral às vítimas de violência estatal,” para subsidiar uma Proposta de Política Institucional de Proteção e Acompanhamento das Vítimas de Violência Estatal apresentada pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos à Defensoria Pública do estado de São Paulo. A Nota Técnica foi fruto de uma “equipe de trabalho multidisciplinar, constituída por profissionais com formação em ciências sociais, direito, psicologia, serviço social, educação e direitos humanos, movidos pela premência de um atendimento integral aos familiares diretos (consanguíneos ou afins) de vítimas da violência impetrada por agentes de segurança pública.”⁷⁵

No mesmo período, a Sra. Débora Silva uma das pesquisadoras da equipe e mãe de referência do Movimento Independente Mães de Maio, a partir de uma articulação com o então vereador pelo município de São Paulo hoje Deputado Eduardo Suplicy, coordenou a partir de verba procedente de emenda parlamentar, a implantação de um projeto piloto denominado “Escute as Mães de Maio” a fim de subsidiar a proposta de criação da Lei Mães de Maio (PL 2.999/22) que estabelece um Programa de Enfrentamento aos Impactos da Violência Estatal aos Familiares de Vítimas e/ou sobreviventes por meio da atenção psicossocial, simbólica e de saúde, visando acolher mulheres em situação de luto.

A equipe de pesquisa também fez duas viagens estratégicas no ano de 2023 com a finalidade de sensibilizar funcionários públicos, estudantes e pes-

⁷⁵ A Nota Técnica pode ser consultada no link: [Contribuições para implantação dos núcleos especializados de atendimento integral às vítimas de violência estatal: nota técnica](#)

quisadores sobre a necessidade de políticas públicas de reparação integral para familiares de vítimas da violência de Estado. Em agosto de 2023, a equipe viajou a Brasília para realizar encontros estratégicos com a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida; além de vários/as secretários e secretárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério das Mulheres, e o Ministério da Saúde; como também para apresentar a metodologia participativa da pesquisa num seminário organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, onde também participaram funcionários dos Ministérios citados.

Em outubro de 2023, a equipe de pesquisa viajou à Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde realizou uma apresentação da pesquisa e participou de um debate sobre políticas públicas de reparação para familiares de vítimas da violência de Estado no Brasil e nos Estados Unidos, junto com Justin Hansford, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Howard e membro do Fórum Permanente sobre os Povos Afrodescendentes da ONU. Através do Prof. Hansford nossa equipe também foi convidada a apresentar um resumo da pesquisa e recomendações de políticas de reparação para familiares de vítimas da violência de Estado ao Grupo de Trabalho Intergovernamental da ONU sobre a implementação efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban como subsídio para o Projeto de Declaração da ONU sobre a Promoção e o Respeito Pleno dos Direitos Humanos de Pessoas de Ascendência Africana.

Portanto, concluímos esse relatório identificando as principais problemáticas diagnosticadas pela nossa análise e propondo uma série de recomendações para uma política pública de reparação integral para as famílias de vítimas da violência de Estado.

PRINCIPAIS DIAGNÓSTICOS DA PESQUISA

DESCASO DO ESTADO EM GARANTIR O DIREITO À MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Nos quatro estados estudados na pesquisa realizada as mães das vítimas contaram histórias semelhantes de descaso e omissões do Estado, investigações paralisadas ou inexistentes; em alguns casos, as mães realizaram suas próprias investigações, coletando provas e conversando com testemunhas, em um esforço para obter justiça pela morte ou desaparecimento de seus filhos. Muitas mães identificaram uma ligação entre a falta de

resposta do Estado e suas próprias identidades intersetoriais. Como disse uma mãe da Bahia, “você chega em uma Delegacia, no setor, o pessoal, sei lá, não dá a mínima para você, não dá importância, não tá nem aí, você tá falando, tá aquela coisa que parece que está até duvidando de você, por ser negra, por ser pobre, não mereça o respeito, a atenção, a preocupação deles de correr atrás, investigar, descobrir o que aconteceu” (Mm., Bahia).

TRANSFORMAÇÃO DA VIDA FAMILIAR E DA VIDA COMUNITÁRIA

A pesquisa também constatou que os efeitos duradouros da violência estatal vão além da trágica perda de um ente querido, transformando muitos aspectos da vida familiar e da vida comunitária. Muitas mães entrevistadas assumiram a responsabilidade de cuidar de seus netos, que agora haviam perdido um dos pais. Nos quatro estados muitas mães descreveram viver em um clima de medo, sentindo-se traumatizadas ao verem viaturas policiais circulando em frente às suas casas e o medo constante de que a polícia possa fazer algo que ameace ou prejudique os filhos ou netos que ainda lhes restam. Uma mãe no Ceará relatou que, após a morte de seu filho, a polícia invadiu a casa de sua mãe, tentou acusá-la de tráfico de drogas e espancou seu sobrinho. Outra mãe na Bahia compartilhou que a polícia entrou na casa de sua filha em várias ocasiões, o que a família interpretou como uma tentativa de intimidá-la ou ameaçá-la, e que a polícia retornou a um bairro para intimidar os moradores que se envolveram em um protesto contra uma morte pela polícia.

AS PROFUNDAS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA ESTATAL PARA A SAÚDE

As participantes das entrevistas nos quatro estados relataram uma série de problemas de saúde mental e física que, segundo elas, surgiram nos meses e anos seguintes à morte ou ao desaparecimento de seus filhos pelas mãos do Estado. Como nos disse a mãe de uma vítima da Bahia, “tudo isso causado depois disso aí, do desaparecimento de Rildean. Aí tive AVC, açúcar ficou alto, diabetes, eu não tinha isso, depressiva, nervosa demais...” (Mm., Bahia). Todas as narrativas relataram o surgimento de problemas de saúde física ou mental após a violência do Estado, afetando a si mesmas e/ou a um de seus filhos sobreviventes, incluindo: anemia, ansiedade, transtorno bipolar, câncer, depressão, complicações de diabetes, hipertensão, hipertireoidismo e derrame. Essas condições de saúde representaram desafios adicionais para várias famílias afetadas, incluindo a incapacidade de trabalhar devido a condições de saúde física e mental, hospitalização psiquiátrica e tentativas de suicídio entre várias mães ou um de seus filhos sobreviventes. Além da grave perda de um filho, a violência do Estado, como disse uma mãe do Rio de Janeiro, “Acaba com a nossa saúde, acaba com a nossa vida. Então, é o que fica, o Estado mata e continua matando aos pouquinhos, porque fica difícil!” (A., Rio de Janeiro)

O DIREITO À REPARAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE ESTADO

A pesquisa confirma como as mães das vítimas em todo o Brasil estão se mobilizando para fazer valer seu direito à reparação pela morte de seus entes queridos nas mãos do Estado e pelo conjunto de consequências adversas do trauma induzido pelo Estado. A violência de Estado afeta desproporcionalmente as pessoas afro-brasileiras. Como demonstram os resultados do estudo realizado, os efeitos da violência do Estado são multidimensionais, abrangentes e profundos. Finalizamos a coleta de dados da pesquisa perguntando para as mães e familiares entrevistadas o que seria uma reparação para elas. Como apontam as intervenções de cada mãe, as políticas públicas de reparação também precisam ser multidimensionais, multissetoriais, e integrais:

Quem sofre o erro espera no mínimo o reconhecimento de que errou, pedido de desculpa né, reconhecimento público de que errou, é são vários tipos de reparação, é quando, também a reparação financeira, e o cuidado para que não ocorra, existem várias maneiras de cuidar para que não ocorra mais o erro né, investimentos né em cima dessa questão que foi. (M., Bahia)

Eu acho que reparação é isso, reparar os danos, os danos que deixam na pessoa, no caso psicológico, saúde, saúde mental, estabilidade na família. Então eu acho que isso seria reparação, ser reparado o que causou esses danos na vida da pessoa entendeu? Doença, as pessoas ficarem doentes, e não ter nenhuma ajuda, nada, isso que, eu acredito que reparação seja isso. (Mm., Bahia)

Reparação é um ato de reparar alguma coisa, de restaurar, de consertar. É uma retratação de palavras injustas, ofensivas, então...reparação seria isso né? Mas nos nossos casos, não houve reparação, não tem reparação, não existe reparação, quando se tira a vida de alguém e quando você não tem vestígios desse alguém, então não houve e nunca haverá reparação. (C., Bahia)

O que eu acho é que a gente deveria ter, assim, uma ajuda do poder público... Eu mesmo, não tive notícia nenhuma, resultado nenhum do meu filho até hoje, quer dizer vai fazer 12 anos agora em Maio, 12 anos esse ano, dia 10 de Maio faz 12 anos né? [...] Eu não tenho ninguém aqui, não tenho marido, sou sozinha e Deus, que corra atrás pra sobreviver, tive que sair do trabalho, largar meu trabalho pra ir à procura em busca de uma resposta do meu filho. (A., Bahia)

Reparação pra mim é, eles se retratar e eles voltar atrás e reparar o erro que eles fizeram na morte do Tico e trazer dignidade de volta pra minha família, porque depois que eles mataram o Tico, depois que o estado tirou a vida do Tico é, nunca mais a gente foi a mesma. E pra poder a gente ter um pouco de dignidade e viver em paz, pra mim reparação é isso, eles reparar o erro que eles cometeram na morte do Tico e ter arquivado o processo. O dinheiro não vai trazer a vida dele de volta não, mas repara muita coisa, que a gente vai ter o poder de uma vida digna, poder pagar um médico bom, um psicólogo, um psiquiatra para tratar da saúde mental da gente, porque desde que o Tico morreu não é a mesma. (A., Ceará)

Sou a mãe do Juan morto dia 13 de setembro de 2019 aos 14 anos. E reparação para mim é o policial ser, condenado e preso, expulso da corporação e pagando pelo crime que ele cometeu, ceifando a vida do meu filho. Reparação pra mim é o PM condenado e que ele fique preso, seja expulso e que ele pague pelo crime que ele cometeu como qualquer outra pessoa né, ele tirou a vida de uma criança e reparação pra mim seria isso, que ele fosse expulso e que ele pague pelo crime que ele cometeu. (T., Ceará)

O que é uma reparação para mim? Uma reparação para mim é quando a justiça for feita, quando eu vir que a justiça sobre a morte do meu filho foi feita e minha neta receber alguma coisa desse governo pro futuro dela, que é pro estudo, para cursar uma faculdade. Isso aí, eu vou ver que foi uma reparação, tá certo, isso ai pra mim é uma reparação. (M., Ceará)

Eu sou a R. a mãe do Rafael, que foi morto em 2015 na chacina lá em Vicente Pison. Ele tinha 22 anos, foi morto pela polícia, na minha frente, na frente dos meus 3 filhos pequenos. O que é reparação? Reparação significa isso: a satisfação dada para alguém por causa de algo que foi lhe retirado como por exemplo, que o caso deve ser devidamente investigado, apurado e gerar a responsabilização para os culpados. (R., Ceará)

A reparação que eu gostaria de ter era média, social, mental, principalmente mental que eu tomo há 11 anos remédio controlado, às vezes não tenho como comprar, situação difícil e minha saúde muito frágil, é saúde corporal, tenho dores pelo corpo inteiro, não tenho condições de trabalhar, não tenho como conviver em sociedade, não tenho mais como conversar, sorrir, ir pra rua trabalhar, e até mesmo pra moradia tá difícil pra mim, financeiramente [...]se eu pudesse ter minha saúde de volta era tudo o que eu mais queria... é eu não sei o que vocês acham o que seja reparação, porque a minha vida tornou-se um caos, eu tinha uma casa, eu tinha uma família, eu tinha tudo na minha vida, hoje eu não tenho nada, hoje eu não tenho nada, sou uma pessoa solitária praticamente, porque eu não consigo, mesmo estando com gente ao meu redor eu não consigo conversar mais, me comunicar, ultimamente as coisas tem sido muito ruim pra mim e assim eu vou tentando sobreviver, porque isso pra mim não é viver, é sobreviver. (MH, São Paulo)

É difícil a gente é passar e explicar o que é reparação, a reparação monetária, pensa, quando se fala em reparação, já se pensa em reparação monetária, mas na verdade não é isso, a reparação que queríamos era a reparação moral, que foi tirada, que nos tiraram, nos tiraram a felicidade, nos tiraram a alegria e nos tiraram a saúde o mais importante...a reparação que a gente fala, seria uma reparação com um tratamento adequado também né, pra ela, pra ela como outras mães poder recuperar o que perderam né, a vida, o sei lá, a vontade de viver. (MT, São Paulo)

Pra mim a reparação, ela precisa ser uma reparação ampla, muito pra além de pensar em reparação financeira, mais uma reparação de todos os aspectos de saúde dos familiares né, então, principalmente física e mental, isso pra mim é reparação, uma reparação que reconheça o nosso adoecimento físico e mental e essa reparação só é possível se a gente tiver o reconhecimento e o olhar do Estado pra essa nossa condição de total fragilidade, então pra mim, reparação é isso, uma reparação ampla e restrita, que é muito, muito maior do que pensar numa reparação financeira, seria uma reparação do ponto de vista moral, do reconhecimento do nosso sofrimento. A reparação moral também inclui pra minha família e a família de todas as vítimas de desaparecimento forçado, o direito ao sepultamento digno, o direito a saber, localizar os restos mortais, saber a história do que aconteceu, resguardar a memória deles em vida e ter essa possibilidade de fazer esse ritual importante de passagem, que é o sepultamento, que é o fechamento do ciclo, isso pros familiares de vítimas é um vazio, é um silêncio sepulcral, é uma indefinição permanente, então com certeza a reparação do ponto de vista moral também é pressupõe e exige pra esses casos de desaparecimento o direito a verdade e o direito da preservação da memória, isso sem dúvida é um fator ai que ocasiona né o nosso adoecimento. (F., São Paulo)

A memória é um fator primordial ,afinal nós mães demos a luz,criamos com muita dificuldade. Muitos deles morrem como suspeitos, isso é adoecedor. Até porque, eles têm nomes e sobrenomes e residência, além de ter uma família. O apagamento da memória é adoecedor, não aceitaremos, isso pra mim é reparação "Moral. (Débora, pesquisadora social, São Paulo)

Seguindo o exemplo dessas mães de vítimas, afirmamos o direito à reparação para as vítimas de violência de Estado como uma afirmação da dignidade das vítimas e da luta das famílias. Portanto, as principais recomendações para políticas públicas de reparação capazes de interromper o ciclo de violência, impunidade, e trauma propiciado pelo próprio Estado, seguem

os Princípios e Diretrizes Básicos sobre o Direito a um Recurso e Reparação para Vítimas de Violações Graves do Direito Internacional dos Direitos Humanos e Violações Graves do Direito Internacional Humanitário.

- Investigações efetivas, rápidas, completas e imparciais de casos de mortes e desaparecimentos pela polícia, com possibilidade de acompanhamento de perícias independentes;
- Acesso à justiça e assistência às vítimas, como um processo integrado e permanente, até a concretização da resposta;
- Tratamento das vítimas e de suas famílias, seguindo a concepção de acolhimento definido neste estudo (com participação de mães de referência), com humanidade e respeito à sua dignidade e direitos humanos, e medidas apropriadas para garantir sua segurança e bem-estar físico e psicológico.
- Deve ser fornecida compensação por quaisquer danos economicamente avaliáveis, incluindo: danos físicos ou mentais, perda de oportunidades de emprego e educação; danos morais; custos necessários para assistência jurídica ou especializada, medicamentos e serviços médicos e serviços psicológicos e sociais.
- Reabilitação, seguindo a concepção de acolhimento definido neste estudo (com participação de mães de referência, com o devido reconhecimento econômico), incluindo atendimento médico e psicológico, bem como serviços jurídicos e sociais.
- Uma declaração oficial restaurando a dignidade, a reputação e os direitos da vítima e de seus familiares, incluindo um pedido público de desculpas e o reconhecimento dos fatos e da responsabilidade.
- Comemorações e homenagens às vítimas.
- Garantias de não repetição, inclusive assegurando o controle civil efetivo das forças militares e de segurança e a independência dos promotores e do judiciário.

4.2 POSFÁCIO

DÉBORA MARIA DA SILVA

Movimento Independente Mães de Maio

Quando ocorreu o massacre de maio de 2006, onde eu perdi meu filho, eu tive uma recaída muito forte emocionalmente e espiritualmente. Eu senti uma tristeza muito grande dentro do meu coração. Eu queria que o mundo acabasse. Naqueles momentos terríveis, um momento que você não liga mais para o corpo, você não quer tomar mais banho. Você não quer mais comer, se alimentar, você não quer muitas vezes e não consegue nem beber água. É com pensamentos só naquele filho que o Estado matou, e querendo uma explicação para tamanha brutalidade que ocorreu com meu filho. E queria essa explicação e sentia falta da parte física dele que não chegava mais, não conseguia visitar. E isso é torturador para mim, imagine qualquer outra mãe. Meu filho era o meu tudo, era meu companheiro, era meu filho. Eu vi um filme na minha cabeça. Tão difícil foi a gravidez dele com 17 anos e foi tão difícil para ele nascer. Eu tive também a violência obstétrica onde eu tive meu corpo mutilado pela cesárea que fizeram. Eu era tão jovem, com uma cesárea toda torta. Tudo isso vem na sua cabeça, porque você sofre para ter seu filho. Depois sofre para passar aqueles meses quando nasce, porque quando uma criança sai de dentro do nosso ventre, ela começa a se adaptar com o ambiente fora. E tem as consequências, meu filho teve hepatite com dois anos. E foi assim, também muito cruel para eu cuidar dele, fazer tudo para que meu filho não morresse dessa doença. Depois a gente vê o estado tirar a vida do seu filho.

Eu passei por várias violações, tanto dentro da polícia judiciária como do sistema de Justiça, no ministério público. Mas aquela depressão foi um alerta. Eu caí na cama do hospital, fiquei sete dias internada. Eu tinha problema nas costas, era uma mancha que tava nas costas de tanto ficar deitada, toda enrolada com muito frio. E me recuperei. Desde o momento que eu me recuperei, veio de mim, de um abraço que meu filho me deu. Depois de ter morrido, ele apareceu para mim, me deu um abraço e pediu para eu me levantar.

Ao longo dessa luta de 18 anos, eu conheci tantas mães que vivenciaram a mesma dor, as mesmas doenças, as mesmas violações pelo Estado. A gente precisava desenvolver uma pesquisa que mostrasse o adoecimento dessas mães. Porque até então, no decorrer dos anos, a gente começou a perder mães com depressão, por exemplo a Dona Maria pureza, que era uma avó que perdeu o neto quando ele tinha saído do colégio, ele estudava o ensino

médio. E depois a gente vê a Rita de Cássia, a mãe do Rogério Ferreira, que era uma amiga minha na juventude que acabou perdendo o filho também em 2007 - ela desenvolveu o câncer. Então chamou muito a atenção o falecimento dessas duas mães por essas doenças, tanto depressão como câncer.

Aí, nós passamos a ser pesquisadoras da base, indo nas casas das famílias das vítimas de maio de 2006, e conseguimos encontrar várias famílias, mas que as mães também já tinham falecido. Teve mãe que morreu de tristeza. Então, a gente procurava esse farol, procurava fazer um levantamento sobre esse adoecimento e isso foi crucial com essa pesquisa dos Crimes de Maio feita pela Universidade Federal de São Paulo. Depois dessa pesquisa começamos a cobrar um atendimento psicológico e social para essas mães, mas ninguém olhava para nós. Ninguém falava sobre esse adoecimento, mas a gente via mais mães adoecendo, e já tinham outras mães morrendo.

Em 2018 a gente perde a Verinha. A perda da Verinha, da Vera Gonzaga, mãe da Ana Paula, grávida de nove meses [executada em maio de 2006 pela polícia) foi a gota d'água. Ela era uma mulher forte. Ela não aceitava ser tratada pelos psicólogos. Ela dizia que não precisava de remédio, mas nós vimos que estava debilitada. Então, quando a Vera morreu, foi um farol, foi esse farol que trouxe à tona o adoecimento das Mães.

Aí vem aí a Yanilda, a gente conversava muito sobre o adoecimento. Ela conseguiu um apoio dentro da Universidade de Harvard para fazer essa pesquisa. É uma pesquisa para o Brasil, para mostrar que a violência policial com a retirada dos nossos filhos, é crucial para matar a mãe e até a família inteira. Porque a gente tem casos de Mães de Maio que quem adoeceu foram os outros filhos. A gente tem uma família onde 10 filhos adquiriram doenças de saúde mental. Em outra família, 2 filhos tiveram câncer. Então essas duas doenças, tanto a depressão quanto o câncer, vêm de uma tristeza, do luto, de uma perda do ente querido. A gente tem certeza absoluta disso. E a gente precisava mostrar isso para o Brasil, mostrar para o mundo.

Essa pesquisa foi muito interessante, porque nós construímos uma metodologia coletiva, junto com as mães pesquisadoras sociais, Rute Fiuza, Edna Carla e Nivia Raposo, e com as profissionais da área de serviço social e da área das ciências sociais. Assim, levantamos um leque do acolhimento. O acolhimento para nós é um abraço, e um abraço diz muito porque a gente desenvolveu vários paradigmas sobre o abraço. Quando perdemos nossos filhos, a gente não recebia abraço, a gente recebia um beijo e muitas vezes, o beijo não era nem encostado no rosto, isso deixava a gente muito mal. Então, o acolhimento, o abraço, foram parte da metodologia da pesquisa. Isso é

muito gratificante, assim a gente só pode ter resultado positivo, porque uma mãe sabia da dor da outra, sentia na pele o que é isso. Talvez alguém da academia, os intelectuais não conseguiriam trazer um resultado tão positivo. Esse 'ser' pesquisadora para mim, como Débora, como mãe de Maio, é se aprofundar muito mais e colaborar com a ciência e mostrar que a segurança pública é violenta e que a gente tem um país que tem uma Segurança Pública violenta. Que temos um país genocida que mata famílias inteiras em nome da lei e da ordem. Que lei da ordem é essa onde mulheres estão perdendo principalmente filhos pretos, filhos pobres, porque o Estado dá sentença na ponta do fuzil, e a caneta do Judiciário acobertando, demonstrando que a causa da nossa constituinte é violada no meu país?

Então é o acolhimento. É a atenção a esse adoecimento violando os corpos de mulheres negras, de Periferia, é gritar ao mundo, "ser pobre não é crime!" Os pobres são vítimas da corrupção do meu país, porque os crimes de Maio foram por corrupção, e não é diferente dos outros crimes que ocorrem contra os filhos das outras mães, porque a corrupção é a protagonista da violência do nosso país, perante os nossos corpos de mulheres. Não vamos aceitar adoecer mais. Precisamos mostrar para o mundo que nós ficamos adoecidas, mas a solidariedade de um abraço vai vencer o ódio nesse mundo, no meu país também. Um abraço, ele vai se transformando dentro de cada um. E vamos, com um abraço, parar a rajada das metralhadoras, porque dói dentro da alma de uma mulher preta e pobre, moradora de uma favela, de uma periferia, que perde um filho.

Enfim, como se chama uma mãe que perde um/a filho/a? A ciência não deu o nome ainda. Se não deu, não há doutor que traga a cura. Até porque não tem, não podem amenizar. A cura vem só de nós por nós mesmo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARJUN, A. **The right to research. Globalisation, Societies and Education.** 2006, 4:2, p. 167-177, DOI: 10.1080/14767720600750696

ARIAS, E. & GOLDSTEIN, D.. **Violent Democracies in Latin America.** Duke University Press, 2010.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; MACEDO, N. F. ; SILVA, V. O. . **A construção do conhecimento a partir das experiências cotidianas de (re)existência dos sujeitos frente à violência estrutural na sociedade brasileira.** In: Cláudia Mazzei Nogueira; Renata Gonçalves; Sônia Nozabielli. (Org.). Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social. 1 ed.São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021, v. 1, p. 170-184.

ASSUMPÇÃO, R. P. S. **A narrativa como processo e síntese do experienciar: inquietações e aprendizados a partir da educação popular e dos direitos humanos.** In: Narrativas de Si – práticas em educação e saúde, ed.1. Porto Alegre: Rede Unida, 2020, v.1, p. 73 - 81.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; ROCCO, A. ; SILVA, V. O. **A reconstrução da história dos crimes de maio de 2006 a partir da experiência narrada pelos familiares das vítimas.** In: Amadeo, Javier. (Org.). Violência de Estado na América Latina. 1ed.São Paulo: FapUnifesp, 2019, v. , p. 355-372.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; ROCCO, A.; SILVA, V. O. **Reflexões sobre a continuidade dos crimes pela violência de estado na luta dos familiares das vítimas.** In: Amadeo, Javier. (Org.). Violência de Estado na América Latina. 1ed.São Paulo: FapUnifesp, 2019, v. , p. 373-394.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; AMADEO, J. ; FRINHANI, F. ; ROCCO, A. ; SILVA, V. O. ; SILVA, D. ; **A violência de Estado e a busca pelo acesso à justiça.** SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos (impresso), v. 15, p. 135-152, 2018.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; SILVA, V. O.; ROCCO, A. **Na contramão da narrativa oficial: vozes dos familiares das vítimas dos Crimes de Maio de 2006.** Lutas Sociais. v.22, p.334 - 349, 2018.

ATUAHENE, B. **Dignity Takings and Dignity Restoration: Creating a New Theoretical Framework for Understanding Involuntary Property Loss and the Remedies Required.** *Law & Social Inquiry*. 2016, 41(4), p. 796-823

BERTINI, F. M. A. **Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte.** São Paulo: Revista Psicologia e Sociedade nº 26, 2014.

BRASIL, Glaucéria Mota; Santiago, Érica Maria; Brandão, Marcílio Dantas. **A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza Dilemas.** *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 13, núm. 1, 2020. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563861896008>

BRINKS, D. **The Judicial Response to Policing Killings in Latin America: Inequality and the Rule of Law.** Cambridge University Press, 2008.

COLLINS, P. **“Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing About Motherhood.”** *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. Routledge, 1994.

COLLINS, P. **Social Inequality, Power, and Politics: Intersectionality and American Pragmatism in Dialogue.** *Journal of Speculative Philosophy*. 2012, 26(2): p. 442–57.

DELGADO, Fernando Ribeiro, Raquel Elias Ferreira Dodge, and Sandra Carvalho. 2011. São Paulo sob ataque: **Corrupção, crime organizado e violência institucional em Maio de 2006.** São Paulo: International Human Rights Clinic at Harvard Law School and Justiça Global.

EDKINS, J. **Trauma and the Memory of Politics.** Cambridge University Press, 2003.

FERREIRA, Poliana da Silva. **“Nas águas turvas do penal”: os fatos e a prova nos processos de responsabilização em casos de letalidade policial.** *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, n.7, 2022, p. 2245-2282.

17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: **Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.



GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Y. **Authoritarian Police in Democracy: Contested Security in Latin America**. Cambridge University Press, 2021.

GONZÁLEZ, Y., & MAYKA, L. **Policing, Democratic Participation, and the Reproduction of Asymmetric Citizenship**. American Political Science Review. 2023, 117(1), p. 263-279. doi:10.1017/S0003055422000636

GONZÁLEZ, Yanilda e Débora Maria Silva. 2024. **“A dívida da democracia: Violência do Estado e a persistência da impunidade no Brasil.”** LASA Forum 55(2): 16-18.

MARIANO, Benedito Domingos. 2018. **Pesquisa sobre o uso da força letal por policiais de São Paulo e vitimização policial em 2017**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo.

MBEMBE, A. 2003. **Necropolitics**. Public Culture. 2003, 15(1), p. 11-40

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, n. 32, p. 123–151, dez. 2016.

MOREIRA, A. P. G. e GUZZO, R. S. L. **Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignácio Martín-Baró**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2015, v. 32, n. 3 [Acessado 3 agosto 2022] , pp. 569-577. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>>. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300021>.

NOGUEIRA, Rose. 2007. **Crimes de Maio**. São Paulo: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

PIEIDADE, Vilma. 2017. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós

SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. (Org.). **Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. São Paulo: ALEXA, 2018. (e-book)

SILVA, Thiago do Nascimento. **O baculejo: a abordagem policial na periferia de Fortaleza**. Orientadora: Jania Perla Diógenes Aquino. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVA, V. A. de O. **A violência de Estado e as mulheres/mães: sofrimento e reparação pela perda de familiares durante e após os Crimes de Maio de 2006 na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS/SP)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais), Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

SOUZA, E. C. de ; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs). **Tempos, Narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986. Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição - relatório final [recurso eletrônico] / coordenador Javier Amadeo; professores Raiane Severino Assumpção ... [et al.] ; pesquisadores Marina Figueiredo ... [et al.]. – São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019.

A EQUIPE



ALINE LÚCIA DE ROCCO GOMES

Especializada em Direitos Humanos e Lutas Sociais pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF Unifesp). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pesquisadora do CAAF Unifesp. Está atualmente na equipe da Coordenadoria de Direitos Humanos da ProEC Unifesp.

e-mail: aline.lucia@unifesp.br



DÉBORA MARIA DA SILVA

Fundadora e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio. Pesquisadora do CAAF Unifesp. Coordenadora do Projeto piloto “Escute as Mães de Maio”. Educadora Popular.

e-mail: debi1977@gmail.com



EDNA CARLA SOUZA CAVALCANTE

Cofundadora e Coordenadora do Movimento Mães da Periferia do Ceará. Pesquisadora do CAAF Unifesp. Integrante do Movimento Cada Vida Importa e integrante do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará.

e-mail: ednacarla4949@gmail.com



NIVIA DO CARMO RAPOSO

Integrante do Movimento de mães e familiares de vítimas da violência letal do Estado. Pesquisadora do CAAF Unifesp.

e-mail: nivia.raposo@gmail.com



RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

Professora Associada II da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), doutora em Sociologia (2008) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Tem graduação em Ciências Sociais (1996) e mestrado (2000) em Sociologia pela mesma universidade. Está como reitora da UNIFESP (gestão 2023-27).

e-mail: raiane.assumpcao@unifesp.br

RUTE FIUZA

Mãe do Davi Fiuza. Coordenadora do movimento Mães de Maio do Nordeste. Integrante do coletivo de mães e familiares de vítimas do terrorismo do Estado e integrante do Coalizão negra por direitos. Pesquisadora do CAAF Unifesp.

e-mail: rutefiuza75@gmail.com



VALÉRIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA

Assistente Social, Pesquisadora pelo CAAF Unifesp. Especialista em Educação em Direitos Humanos; Mestra em Serviço Social e Doutoranda em Mudança Social e Participação Política pela EACH/Usp.

e-mail: valeria.oliveira18@unifesp.br



YANILDA MARIA GONZÁLEZ

Pesquisadora sobre violência policial na América Latina e Professora Assistente de Políticas Públicas da Escola de Governo da Universidade de Harvard. É doutora em Ciência Política e Políticas Sociais (2014) pela Universidade de Princeton.

e-mail: yanilda_gonzalez@hks.harvard.edu



Projeto Gráfico, diagramação e ilustrações

SILVANA MARTINS COSTA

Pós-graduada em Fundamentos de Cultura e das Artes pela UNESP e especializada em Arte e Sociedade na América Latina pelo Memorial da América Latina. É designer gráfica e ilustradora colaboradora de diversas ações dos movimentos negro, cultural e literário das periferias de São Paulo. Editora de arte premiada por excelência em Design pela Society for News Design (2012) e pela Editora Globo (2013).

e-mail: olhasilai@gmail.com



FICHA CATALOGRÁFICA

A851v Assumpção, Raiane Patrícia Severino. Gonzalez, Yanilda Maria. Silva, Debora Maria da. Gomes, Aline Lucia de Rocco, Cavalcante, Edna Carla Souza. Raposo, Nívia do Carmo. Santos, Rute Silva. Silva, Valeria Aparecida de Oliveira.

Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil. / Raiane Patrícia Severino Assumpção, Yanilda Maria Gonzalez, Debora Maria da Silva, Aline Lucia de Rocco Gomez et.al.; -- São Paulo, 2024. 181 p. ; 30cm Monografia (Universidade Federal de São Paulo).

1.Violência de Estado. 2. Brasil II. Título. Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil.

CDD 361.3

